



Número: **0801316-62.2019.8.15.0161**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Cuité**

Última distribuição : **25/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE VALMIR SILVA ARAUJO (AUTOR)		BARBARA NAYNNAR SOUSA LINS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
26486143	25/11/2019 11:48	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
26486419	25/11/2019 11:48	<a href="#">1. PETIÇÃO INICIAL - JOSÉ VALMIR</a>	Outros Documentos
26486420	25/11/2019 11:48	<a href="#">2. PROCURAÇÃO E DECLARAÇÃO</a>	Procuração
26486422	25/11/2019 11:48	<a href="#">3. DOCUMENTOS PESSOAIS - JOSE VALMIR</a>	Documento de Identificação
26486423	25/11/2019 11:48	<a href="#">4. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
26486425	25/11/2019 11:48	<a href="#">5. ATESTADO</a>	Outros Documentos
26486426	25/11/2019 11:48	<a href="#">6. RESUMO DE ALTA</a>	Outros Documentos
26486427	25/11/2019 11:48	<a href="#">7. DOCUMENTOS MÉDICOS-1</a>	Outros Documentos
26486431	25/11/2019 11:48	<a href="#">7. DOCUMENTOS MÉDICOS-2</a>	Outros Documentos
26486433	25/11/2019 11:48	<a href="#">7. DOCUMENTOS MÉDICOS-3</a>	Outros Documentos
26486435	25/11/2019 11:48	<a href="#">7. DOCUMENTOS MÉDICOS-4</a>	Outros Documentos
26486438	25/11/2019 11:48	<a href="#">7. DOCUMENTOS MÉDICOS-5</a>	Outros Documentos
26486440	25/11/2019 11:48	<a href="#">7. DOCUMENTOS MÉDICOS-6</a>	Outros Documentos
26486441	25/11/2019 11:48	<a href="#">7. DOCUMENTOS MÉDICOS-7</a>	Outros Documentos
26486442	25/11/2019 11:48	<a href="#">7. DOCUMENTOS MÉDICOS-8</a>	Outros Documentos
26486444	25/11/2019 11:48	<a href="#">7. DOCUMENTOS MÉDICOS-9</a>	Outros Documentos
26486446	25/11/2019 11:48	<a href="#">7. DOCUMENTOS MÉDICOS-10</a>	Outros Documentos
26486699	25/11/2019 11:48	<a href="#">7. DOCUMENTOS MÉDICOS-11</a>	Outros Documentos
26486702	25/11/2019 11:48	<a href="#">7. DOCUMENTOS MÉDICOS-12</a>	Outros Documentos



26486703	25/11/2019 11:48	<a href="#">7. DOCUMENTOS MÉDICOS-13</a>	Outros Documentos
26486704	25/11/2019 11:48	<a href="#">7. DOCUMENTOS MÉDICOS-14</a>	Outros Documentos
26486707	25/11/2019 11:48	<a href="#">7. DOCUMENTOS MÉDICOS-15</a>	Outros Documentos
26486708	25/11/2019 11:48	<a href="#">8. BOLETIM DE OCORRÊNCIA</a>	Outros Documentos
26486711	25/11/2019 11:48	<a href="#">9. CARTA DE INDEFERIMENTO</a>	Outros Documentos
27460169	15/01/2020 11:56	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
29479538	27/03/2020 20:55	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
29554947	31/03/2020 15:12	<a href="#">Informação</a>	Informação
29837191	14/04/2020 13:33	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
29837193	14/04/2020 13:33	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER</a>	Outros Documentos
29837194	14/04/2020 13:33	<a href="#">2712018_CONTESTACAO_Anexo_02</a>	Outros Documentos
29837197	14/04/2020 13:33	<a href="#">2712018_CONTESTACAO_01</a>	Outros Documentos
29915894	16/04/2020 13:04	<a href="#">Habilitação em processo</a>	Petição de habilitação nos autos
32932857	05/08/2020 14:19	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
32997135	06/08/2020 19:25	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
33147893	12/08/2020 15:59	<a href="#">IMPUGNAÇÃO - NECESSIDADE DE PERICIA</a>	Petição
33147895	12/08/2020 15:59	<a href="#">IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO - JOSE VALMIR</a>	Documento de Comprovação
33157306	12/08/2020 18:43	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
33157307	12/08/2020 18:43	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
33193070	13/08/2020 15:26	<a href="#">Informação</a>	Informação
33285121	17/08/2020 14:50	<a href="#">Petição</a>	Petição
33285123	17/08/2020 14:50	<a href="#">2712018_PETICAO_DE_PROVAS_01</a>	Outros Documentos
30061669	08/09/2020 11:05	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
34051905	08/09/2020 12:19	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
34144488	10/09/2020 10:36	<a href="#">Comunicações</a>	Comunicações
34253047	14/09/2020 11:30	<a href="#">Petição</a>	Petição
34253048	14/09/2020 11:30	<a href="#">2712018_PETICAO_DE_QUESITOS_01</a>	Outros Documentos
34643398	23/09/2020 10:06	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
34643950	23/09/2020 10:06	<a href="#">img515</a>	Devolução de Mandado
34808943	28/09/2020 11:55	<a href="#">Petição</a>	Petição
34808945	28/09/2020 11:55	<a href="#">2712018_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02</a>	Outros Documentos
34808948	28/09/2020 11:55	<a href="#">2712018_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</a>	Outros Documentos
39631004	18/02/2021 15:08	<a href="#">Petição</a>	Petição
39631006	18/02/2021 15:08	<a href="#">2712018_PET_PROSSEGUIMENTO_DO_FEITO_01</a>	Outros Documentos



40185 303	03/03/2021 21:36	<a href="#">Certidão de Decurso de prazo</a>	Certidão de Decurso de prazo
40219 597	05/03/2021 12:18	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
40220 001	05/03/2021 12:18	<a href="#">Quesitos Multirao DPVAT.</a>	Documento de Comprovação
40330 878	08/03/2021 12:11	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
40330 888	08/03/2021 12:14	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
40487 296	11/03/2021 09:38	<a href="#">Comunicações</a>	Comunicações
40885 899	20/03/2021 11:50	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
40885 900	20/03/2021 11:50	<a href="#">JOSÉ.VALMIR.SILVA.ARAÚJO</a>	Devolução de Mandado
40955 418	22/03/2021 19:07	<a href="#">Comunicações</a>	Comunicações
41122 296	25/03/2021 17:39	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
41126 504	25/03/2021 18:20	<a href="#">Comunicações</a>	Comunicações
42495 364	30/04/2021 11:08	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
42495 371	30/04/2021 11:08	<a href="#">0801316-62.2019.8150161 JOSE VALMIR SILVA ARAUJO</a>	Laudo Pericial
42566 776	03/05/2021 10:57	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
42567 008	03/05/2021 11:16	<a href="#">Alvará de Levantamento</a>	Alvará de Levantamento
42649 724	04/05/2021 15:29	<a href="#">Manifestação do Laudo</a>	Petição
42649 728	04/05/2021 15:29	<a href="#">Manifestação - Laudo - DPVAT - José Valmir</a>	Documento de Comprovação
43136 046	14/05/2021 15:22	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
43136 604	14/05/2021 15:22	<a href="#">COMPROVANTE DE DEPÓSITO ALVARÁ</a>	Documento de Comprovação
43847 836	31/05/2021 12:01	<a href="#">Petição</a>	Petição
43847 839	31/05/2021 12:01	<a href="#">2712018_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_A nexo_03</a>	Outros Documentos
43847 840	31/05/2021 12:01	<a href="#">2712018_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_A nexo_02</a>	Outros Documentos
43848 327	31/05/2021 12:01	<a href="#">2712018_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_0 1</a>	Outros Documentos
45995 867	20/07/2021 15:53	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
42649 740	21/07/2021 14:47	<a href="#">Ciente</a>	Petição
47286 387	18/08/2021 11:43	<a href="#">Execução / Cumprimento de Sentença</a>	Execução / Cumprimento de Sentença
47286 393	18/08/2021 11:43	<a href="#">Cumprimento de Sentença - DPVAT - José Valmir</a>	Documento de Comprovação
47286 397	18/08/2021 11:43	<a href="#">Planilha de Calculos</a>	Documento de Comprovação



Em anexo.







**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_ VARA MISTA DA COMARCA DE CUITÉ, PARAÍBA.**

**JOSÉ VALMIR SILVA ARAÚJO**, brasileiro, solteiro, portador do RG: 4.670.305 com data de expedição em 01/02/2019, inscrito no CPF sob o nº 118.849.424-40, residente e domiciliado no Sítio Gangorra, S/N, Zona Rural, Barra de Santa Rosa, Paraíba, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por meio de seus procuradores signatários, conforme instrumento em anexo, mover á presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Assembleia, nº 100, 16º andar, Centro, CEP 20011-000, Rio de Janeiro/RJ, pelos fatos e fundamentos adiante delineados, alicerçado nos seguintes fundamentos de fato e jurídicos que passa a expor:

**I - PRELIMINARMENTE**

**GRATUIDADE JUDICIÁRIA**

Este juízo entende que a declaração de hipossuficiência não é absoluta, razão pela qual deve a parte autora comprovar que não possui condições financeiras, para fins de concessão da gratuidade judiciária.

Conforme declarado acima, o autor é autônomo, não possuindo renda fixa, que dá apenas para seu sustento e de sua família. Dessa forma, conforme já declarado nos autos, o requerente não tem condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios, uma vez que colocarão em prejuízo seu próprio sustento e de sua família.



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







Vejamos decisões judiciais nesse sentido:

Processo: 00107443720154020000 0010744-37.2015.4.02.0000  
Orgão Julgador: 6ª TURMA ESPECIALIZADA  
Julgamento: 14 de Março de 2016  
Relator: NIZETE LOBATO CARMO

**PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. RENDIMENTOS INFERIORES A TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS. HIPOSSUFICIÊNCIA DEMONSTRADA.** 1. A decisão agravada negou a gratuidade de justiça, pois as declarações de renda apresentadas demonstram capacidade econômica do autor/agravante para arcar com as despesas processuais. 2. Embora, em princípio, baste a afirmação de miserabilidade para se deferir o benefício de gratuidade de justiça, pode o juiz de primeiro grau afastar a presunção relativa de hipossuficiência e indeferi-lo, considerando os elementos dos autos; e o Tribunal também, se o agravo não vier instruído com comprovantes de despesas pessoais e/ou familiares suficientes para convencer do justo enquadramento do autor (a) na classe. Precedentes. 3. O agravante recebe valor líquido abaixo de três salários mínimos, critério objetivo adotado neste Tribunal, e comprovou, na esfera recursal, a impossibilidade de arcar com as despesas inerentes ao processo, na Justiça Federal, diante dos elevados gastos com energia elétrica, gás, condomínio, telefonia móvel, telefonia fixa, TV a cabo, internet e educação, entre outros. 4. Agravo de instrumento provido.

Processo: AI 70065625857 RS  
Orgão Julgador: Quinta Câmara Cível  
Publicação: Diário da Justiça do dia 21/07/2015  
Julgamento: 16 de Julho de 2015  
Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RENDIMENTOS INFERIORES A TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.** 1. A concessão de assistência judiciária gratuita decorre de efetiva demonstração de carência econômica, mesmo momentânea, independentemente da condição de pobreza



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







ou miserabilidade da parte, consoante estabelece o art. 2º, § único da Lei 1.060/50, combinado com o artigo 5º, LXXIV da CF. 2. A situação fática examinada autoriza a concessão do benefício, em função do agravante perceber rendimento mensal inferior a três salários mínimos, valor este insuficiente para atender as necessidades básicas garantidas constitucionalmente e as despesas processuais. Dado provimento, de plano, ao agravo de instrumento. (Agravo de Instrumento Nº 70065625857, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 16/07/2015).

Requer, desde já, a demandante, a concessão do benefício da gratuidade judiciária, pois não possui condições de arcar com o encargo financeiro porventura gerado nesta relação processual, com base no Art. 4º da Lei 1.060/50, o que pode ser evidenciado pelo só fato de ser beneficiária da Previdência Social, com RMI equivalente a um salário mínimo, além de ser pessoa idosa que necessita de alimentação, medicação e cuidados específicos.

## **II – DOS FATOS**

O Autor foi vítima de acidente de trânsito em **14/10/2018**, na cidade de Barra de Santa Rosa, apresentando trauma de face e torácica, o que o tornou incapaz para o seu trabalho habitual na função de agricultor, por um período de 06(seis) meses, conforme atestado em anexo, Boletim de Ocorrência da Polícia Civil e documentos médicos.

No momento do sinistro, conforme documentalmente comprovado, o autor foi socorrido pela Samu e conduzido até o hospital de Trauma de Campina Grande/PB.

Acontece que a parte autora pleiteou administrativamente o valor do seguro obrigatório (**Sinistro nº 3190538419**) apresentando a documentação necessária e o mesmo lhe foi negado na via administrativa com a seguinte justificativa:

**Não foi verificada a existência de sequela permanente prevista na tabela da Lei nº 6.194, de 1974, razão pela qual o dano pessoal não possui cobertura pelo Seguro DPVAT.**



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







Vale ressaltar que **não foi realizada perícia médica na via administrativa**, para que fosse constatada de fato da incapacidade do autor, bem como as sequelas em consequência do acidente.

Sendo assim, diante da comprovação do acidente, através de Certidão de Ocorrência Policial em anexo, bem como, dos documentos hospitalares da vítima, não existem razões para não se proceder ao pagamento integral da indenização ao promovente.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento integral da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que ela pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

### **III – DO DIREITO**

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz jus à indenização financeira pelas sequelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso I, II e III, in verbis:

**Art. 3º** - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
☎ 83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
☎ 83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

**PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO**

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

***“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente” ...***

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

***“registro da ocorrência no órgão policial competente”.***

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, **exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de**



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
☎ 83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
☎ 83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







**Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim porventura alegar.**

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 333, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), **portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário**, não podem ser admitidas.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 333, II do CPC, **que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**

Não obstante, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL  
RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 69727/2008 -  
CLASSE II - 21 - APELANTE: SUL AMÉRICA CIA.  
NACIONAL DE SEGUROS  
APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA  
Número do Protocolo: 69727/2008  
Data de Julgamento: 8-9-2008**

**EMENTA:**

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE DESERÇÃO - REJEITADA - **ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE - COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA**



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

meiraadvocacia@gmail.com







IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA -  
PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO  
DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - **GRAU  
DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE  
TRÂNSITO - DESNECESSIDADE** - RESOLUÇÕES DO  
CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO  
DESPROVIDO.

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, "**o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**".

**Demonstrado o nexó causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.**

Ademais, Excelência, cabe destacar que o autor passa por inúmeras dificuldades após o acidente, não tendo mais voltado ao seu estado normal, não sendo possível por parte da promovida alegar que não lhe restou demais sequelas, em razão de todos os seus laudos e exames.

É o entendimento da Jurisprudência:

**INDENIZAÇÃO - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - PAGAMENTO INFERIOR AO DETERMINADO EM LEI - RECEBIMENTO - QUITAÇÃO - RAZÃO QUE NÃO IMPEDE A PARTE DE PLEITEAR O VALOR REMANESCENTE EM JUÍZO - JUROS DE MORA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.** O termo de quitação do seguro obrigatório exonera o devedor apenas do valor nele declarado, e não de todas as diferenças que forem apuradas como devidas. Tendo a companhia de seguros efetuado o pagamento da indenização em valor inferior ao que determina o art. 3º. a da Lei n.º 6.194/74, pode a parte interessada pleitear em juízo o recebimento do valor remanescente. Os juros de mora são devidos a partir da data do ato omissivo da ré em pagar a quantia legalmente devida à autora, pois não existia embasamento legal que autorizasse a apelante a efetuar o pagamento da indenização em valor inferior ao determinado em norma específica.



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







(TJ-MG 200000042808590001 MG 2.0000.00.428085-9/000(1), Relator: ANTÔNIO SÉRVULO, Data de Julgamento: 17/03/2004, Data de Publicação: 27/03/2004)

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

### **DA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA**

Deve ser frisado também que o autor tem dificuldades de mastigar tendo em vista as lesões sofridas no maxilar, também sente dores com frequência em decorrência da lesão sofrida na coluna torácica, desse modo faz uso de medicação para que traga ao menos um alívio quando sente dor, o que resulta na prática é a impossibilidade de ele atuar em suas obrigações no dia a dia como qualquer outra pessoa, sendo tudo isso é fruto do sinistro ocorrido.

Logo, deve ser observada a **NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA**, para que não restem dúvidas da situação da vítima, uma vez que os exames que fora juntado nos autos não são suficientes para que seja reconhecida a efetiva lesão.

APL 0139610-39.2004.8.19.0001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 21 VARA CÍVEL Órgão Julgador QUINTA CÂMARA CÍVEL Partes APELANTE: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, APELADO: MARIA ELENA MARTINS DA SILVA Publicação 25/07/2005 Julgamento 19 de Julho de 2005 Relator REBELLO HORTA Ementa AÇÃO SUMÁRIA - SEGURO DPVAT. AÇÃO SUMÁRIA - SEGURO DPVAT. AÇÃO SUMÁRIA - SEGURO DPVAT. AÇÃO SUMÁRIA -- SEGURO DPVAT. O recibo passado pelo beneficiário como pagamento da cobertura do DPVAT por valor inferior ao estabelecido na Lei não o inibe de deduzir em Juízo pretensão condenatória da seguradora pela diferença entre o valor recebido e o valor devido. Preliminar de carência da ação rejeitada. A cobertura do referido seguro deve corresponder a 40 vezes o valor do salário-mínimo, conforme art. 3º, alínea a da Lei nº 6.194/74, cuja regra é insusceptível de ser modificada por Resolução da CNSP. Uso do salário-mínimo como critério de fixação do valor da cobertura do seguro e não como fator de atualização monetária. Recurso não provido.



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com





**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - NECESSIDADE DA PROVA PERICIAL JUDICIAL PARA QUANTIFICAR O GRAU DE INVALIDEZ - CERCEAMENTO DE DEFESA - PERÍCIA MÉDICA - NÃO COMPARECIMENTO - IMPERIOSA A INTIMAÇÃO PESSOAL DO PERICIANDO - ANULAÇÃO DA SENTENÇA - RECURSO PROVIDO.** 1. A perícia judicial, nos seguros DPVAT, necessária para quantificar o grau de invalidez do segurado é ato personalíssimo. O seu não comparecimento ao exame pericial, pela inexistência de intimação pessoal, caracteriza o cerceamento de defesa. 2. A parte interessada deve ser intimada pessoalmente para comparecer ao local e data designada para o exame, não existindo o que se falar de preclusão, se o periciando deixou de comparecer ao evento. 3. A anulação da sentença se impõe, justamente porque além do vício preconizado, não houve a possibilidade da manifestação do autor sobre tal fato. 4. Recurso que se dá provimento.

(TJ-PE - APL: 4969857 PE, Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, Data de Julgamento: 10/10/2018, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 19/10/2018)

Posto isto, tendo em vista a não realização de perícia na via administrativa, o que impossibilita a averiguação do grau da lesão sofrida e as sequelas deixadas ao autor, requer desde já que este juízo designe médico perito a fim de averiguar as lesões e sequelas do autor.

#### **IV – DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) A concessão do benefício de **Gratuidade de Justiça**, nos moldes do art. 4º, da lei nº 1.060/50, eis que o Autor, não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo.

b) A citação da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







revelia quanto ao fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final.

c) A condenação da Requerida ao pagamento do Seguro DPVAT a parte Autora, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data que seria o pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação.

d) A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente, a prova testemunhal, prova documental e principalmente a **realização de perícia médica, a qual não foi realizada na via administrativa.**

e) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

f) Ao final a total procedência da presente demanda, para o pagamento do seguro devido ao Autor.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos  
Pede deferimento.

Barra de Santa Rosa, 19 de novembro de 2019.

**Barbara Naynnar Sousa Lins**

OAB/PB 24.609

**João Barboza Meira Júnior**

OAB/PB 11.823

**Lucélia Dias Medeiros de Azevedo**

OAB/PB 11.845



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







**OUTORGANTE: JOSÉ VALMIR SILVA ARAÚJO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 118.849.424-40, residente e domiciliado no Sítio Gangorra, S/N, Zona Rural, Barra de Santa Rosa, Paraíba.

**OUTORGADOS: LUCÉLIA DIAS DE MEDEIROS**, brasileira, divorciada, advogada, OAB/PB nº 11.845, **JOÃO BARBOZA MEIRA JUNIOR**, brasileiro, divorciado, advogado OAB/PB nº 11.823, e **BARBARA NAYNNAR SOUSA LINS**, brasileira, solteira, advogada OAB nº 24.609 com endereço profissional à Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27, Centro, Barra der Santa Rosa/PB, onde recebe intimações.

Por este Instrumento Particular de Mandato, o(a) **Outorgante(a)** concede o(à) **Outorgado(a)**, os **poderes** abaixo discriminados:

**PODERES:** O(A) outorgante confere ao(à) outorgado(a) amplos e gerais poderes para o foro em geral, inclusive, cláusula "*ad judicia et extra*", para defender os interesses do(a) outorgante promovendo em qualquer instância, juízo ou tribunal, curadoria, delegacia ou em qualquer outra autoridade, seja legal, ou administrativa, podendo para tanto, manusear os autos, pedir vista, requerer diligências, perícias, exames, fotocopiar as peças que entender necessárias, participar de audiências de interesse da parte, interpondo peças de defesa e recursos, e ainda agir, transigir, acordar, discordar, dar e receber quitação, desistir, confessar, juntar e retirar documentos, pleitear perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim praticar tudo o mais que se fizer necessário para o bom e fiel cumprimento do presente Mandato, inclusive substabelecer, conjunta ou separadamente, com ou sem reserva de poderes, de acordo com as leis em vigor.

Barra de Santa Rosa /PB, 09 de Maio de 2019.

*José Valmir Silva Araújo*  
**OUTORGANTE**



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Morais, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







**MEIRA**  
— ADVOCACIA —

**DECLARAÇÃO**

**JOSÉ VALMIR SILVA ARAÚJO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 118.849.424-40, residente e domiciliado no Sítio Gangorra, S/N, Zona Rural, Barra de Santa Rosa, Paraíba. Declara nos precisos termos da Lei nº 1.060/50 e do artigo 1º da Lei nº 7.115/83 **PARA O FIM DE OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA**, que atualmente não possui condições de arcar com custas processuais e honorários de advogados, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Declara, ainda, ser conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais, caso o presente documento não porte a verdade.

Barra de Santa/PB, 05 de Maio de 2019.

Jose Valmir Silva Araujo

**Declarante**



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Morais, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
☎ 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
☎ 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-253



*Osvaldo Valmir Silva Araújo*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

PAÍS DA NAÇÃO DO BRASIL





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

4.670.305

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

01/02/2019

NOME

JOSÉ VALMIR SILVA ARAÚJO

FILIAÇÃO

LUIS VICENTE DE ARAÚJO  
FRANCISCA DA SILVA ARAÚJO

NATURALIDADE

BARRA DE SANTA ROSA-PB

DATA DE NASCIMENTO

04/05/1995

DOC ORIGEM

CERT. NASC. Nº0000169 - LIV.000001 - FLS.084 - CARTORIO DAMIÃO-  
PB

CPF

118.849.424-40

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR  
Acácio Pereira Furtado  
Chefe do Núcleo de Registro Civil e Cartório

LEI Nº 116 DE 29/08/83

CIVIL E CARTÓRIO

O+





LUIS VICENTE DE ARAUJO  
SIT SAC LOURENCO, S/N / SÍTIO GANGORRA - AREA RURAL  
BARRA DE SANTA ROSA / PB CEP: 59170000 (AG: 80)

Emissão: 29/10/2018 Referência: Out / 2018

Classe/Subcl: RURAL / RURAL RESIDENCIAL MONOFÁSICO

Roteiro: 17 - 107 - 445 - 2860 Nº medidor: CBL01173053

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

230, Km 25 - Crato Redentor - 2860-000 / PB - CEP: 58071-680

CNPJ: 09.095.193/0001-43 Insc. Est: 16.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 014 798 010

Cód. para Deb. Automático: 00015041650

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Out / 2018	29/10/2018	28/11/2018	726.160.324-49 Insc. Est:

UC (Unidade Consumidora): 5/1504165-0

Canal de contato

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 27/09/18	Leitura 9507	Data 29/10/18	Leitura 9603	

Demonstrativo

CCI	Descrição	Quantidade	Tarifac/	Valor Base Calc.	Aliq. ICMS (R\$)	Base Calc. Ps (R\$)	Cofins (R\$)
			T-batels Tota (R\$) ICMS (R\$) ICMS			Ps (R\$) (0,6712%) (0,0914%)	
0601	Consumo em kWh	99,000	0,415660	39,92	0,00	0,00	1,23
0901	Adic. B. Vermelha	4,98	0,00	0,00	0,00	4,98	0,16
0310	Subst. fio	17,10	0,00	0,00	0,00	17,10	0,53
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS							
0907	CONTRIB. LUM. PÚBLICA	2,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0904	JUROS DE MORA 09/2018	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0905	MULTA 09/2018	0,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0905	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 09/2018	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0906	Devolução Subsidio	-16,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 49,21 0,00 0,00 82,00 0,41 1,81

Média últimos meses (kWh) VENCIMENTO TOTAL A PAGAR

04 06/11/2018 R\$ 49,21

Histórico de Consumo (kWh)

93 | 73 | 75 | 75 | 88 | 80 | 91 | 95 | 92 | 92 | 90 | 87  
Out/17 Nov/17 Dez/17 Jan/18 Fev/18 Mar/18 Abr/18 Mai/18 Jun/18 Jul/18 Ago/18 Set/18

RESERVADO AO FISCO

3bc3.ac9b.181f.3c26.6080.2a37.482d.2951.

Indicadores de Qualidade

Composição do Consumo

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	11,45	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	22,90		
DIC ANUAL	45,80		
FIC MENSAL	7,87	0,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202 LIMITE SUPERIOR 231
FIC TRIMESTRAL	15,34		
FIC ANUAL	30,69		
CMIC	5,29	0,00	
CMCR	16,89		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. da Energia/PB	14,10	28,65
Compra de Energia	23,59	47,94
Serviço de Transmissão	2,19	4,45
Encargos Setoriais	3,34	6,79
Impostos Diretos e Encargos	5,99	12,17
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	49,21	100,00

ATENÇÃO

Faturas em atraso

Subvenção DEC 7.891/13 R\$ 16,46



Assinado eletronicamente por: BARBARA NAYNNAR SOUSA LINS - 25/11/2019 11:47:18

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112511471818100000025579897>

Número do documento: 19112511471818100000025579897



## Onde pagar sua conta

**Débito Automático** - Banco do Brasil / Bancoob (Sicoob) / Bradesco / Sicredi / Caixa Econômica Federal / Itaú / Santander / Banco Inter

**Agentes Credenciados** - Banco do Brasil (Correspondentes Bancários - PagFácil - Banco Postal) / BNB / Bradesco (Correspondentes Bancários) / Brinks E-Pago / Bancoob (Sicoob) / Sicredi / Tribanco / Caixa Econômica Federal (Casas Lotéricas e Caixa aqui)

**Autoatendimento e internet** - Banco do Brasil / Bradesco / Bancoob (Sicoob) / BNB / Caixa Econômica Federal / Itaú / Santander / Sicredi / Banco Inter



**Receba sua fatura por e-mail.**  
Mais comodidade para o seu dia a dia.



**Cadastre-se em nossos canais:** 0800 083 0196 Agências de Atendimento [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

## Glossário

**Compra de Energia:** parcela destinada ao pagamento dos geradores que vendem energia elétrica para a concessionária.

**Serviço de Distribuição:** parcela destinada a investimentos e custos operacionais nas redes de distribuição.

**Serviço de Transmissão:** parcela destinada ao pagamento do transporte de energia das usinas até as subestações.

**Encargos Setoriais:** parcela destinada ao pagamento das obrigações compulsórias do setor elétrico estabelecidas por lei, arrecadada pela Energisa e transferida para a Eletrobrás.

**Impostos Diretos e Encargos:** parcela destinada ao pagamento dos impostos estaduais (ICMS) e federais (PIS/PASEP e COFINS).

**DIC:** número de horas que o cliente ficou sem energia.

**FIC:** número de vezes que o cliente ficou sem energia.

**DMIC:** Duração, em horas, da maior interrupção de energia no período.

**DICRI:** Duração da interrupção individual ocorrida em dia crítico.

**Custo de disponibilidade:** valor mínimo faturável, estabelecido pela ANEEL, para as unidades consumidoras atendidas em baixa tensão.

**TUSD:** valor monetário unitário determinado pela ANEEL, em R\$/kWh, utilizado para efetuar o faturamento mensal de usuários do sistema de distribuição de energia elétrica pelo uso do sistema.

**TE:** valor monetário unitário determinado pela ANEEL, em R\$/kWh, utilizado para efetuar o faturamento mensal referente ao consumo de energia.

**EUSD:** Energia de uso do sistema de distribuição.

**Informações sobre esta NOTA FISCAL / CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA só estarão disponíveis para consulta em nosso sistema 24 HORAS após a data de apresentação informada no anverso.**

## Fique Atento!

- Para atendimento em nossas agências ou através do Call Center, tenha em mãos uma conta de energia elétrica, CPF ou CNPJ.
- Facilite o acesso do leiturista ao medidor e assim evite que o seu consumo seja faturado pela média dos últimos doze meses.
- Informações sobre condições gerais do fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos estão à disposição para consulta em nossas agências de atendimento ou em nosso site [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br).
- Possíveis valores individuais apurados acima dos padrões nesta unidade consumidora implicarão direito à compensação. É direito do consumidor solicitar, a qualquer tempo, a apuração dos indicadores de qualidade.
- Pagando sua conta em dia, você evita cobrança de multa de 2%, atualização monetária com base na variação do IGP-M, juros de mora de 1% ao mês, corte no fornecimento de energia e demais transtornos. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.
- Os dados impressos tem vida útil de até cinco anos desde que se evite o contato direto com plásticos, solventes ou produtos químicos, bem como a exposição ao calor e umidade excessiva, luz solar e iluminação de lâmpadas fluorescentes.
- Caso não efetue o pagamento de sua conta de luz até a data do vencimento, uma vez vencida, você estará sujeito à inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito (SPC, SERASA, SCPC), e também estará sujeito ao protesto do documento junto aos órgãos competentes, devendo arcar com todos os custos para retirada do protesto.
- Seu CPF foi protestado? Consulte através do site: <http://pesquisaprotesto.com.br>

Atendimento Energisa 0800 083 0196 (24h)

Atendimento Energisa para deficiente auditivo ou de fala 0800 086 1234

Ouvidoria Energisa 0800 083 8585 (horário comercial) - Necessário ter o número do protocolo de atendimento  
ARPP (Agência de Regulação do Estado da Paraíba) - 0800 727 0167 (ligação gratuita de telefones fixos e móveis)  
ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 167 (ligação gratuita de telefones fixos e móveis)

**proveite melhor o seu tempo**



Assinado eletronicamente por: BARBARA NAYNNAR SOUSA LINS - 25/11/2019 11:47:18

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112511471818100000025579897>

Número do documento: 19112511471818100000025579897





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

### ATESTADO

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O (A) SR. (A): JOSE VALMIR  
SILVA ARAUJO PORTADOR (A) DA CARTEIRA PROFISSIONAL Nº. \_\_\_\_\_  
SÉRIE \_\_\_\_\_ ESTEVE INTERNADO (A) NESTA UNIDADE HOSPITALAR SUBMETENDO-SE A  
TRATAMENTO ESPECIALIZADO DE ENTIDADE NOSOLÓGICA DE Nº: \_\_\_\_\_ NO CID. DURANTE  
O PERÍODO DE 14 / 10 / 2018 À 02 / 11 / 2018 NECESSITANDO DE  
03 (TRÊS) DIAS DE AFASTAMENTO DE SUAS ATIVIDADES.  
Campina Grande 02 / 11 / 2018

Dr. Reginaldo Fernandes  
Cirurgia e Traumatologia  
Ass. do Médico - Nº. do CRM

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o  
Dr., \_\_\_\_\_ a registrar o diagnóstico  
codificado CID ou por extenso neste atestado médico.

\_\_\_\_\_  
Ass. do paciente ou responsável

0





RESUMO DE ALTA  
(REFERÊNCIA OU CONTRA REFERÊNCIA)

Nome: JOSE VALMIR SILVA ARAÚJO DN: 09.05.1995 PRONT. Nº: 1753523  
Localidade: PROCEDÊNCIA:  
Data de emissão: 14.10.2018 ALTA: 02.11.2018

Objetivo da hospitalização (dados positivos da anamnese / exame físico)

Paciente vítima de acidente de moto (APR-31-2018) TRAUMA  
na face com FRATURA OSSA

Resultado dos principais exames

FRATURA DE MAXILA

Evolução e complicações

FRATURA OSSA CONSOLIDADA. Paciente se absteve de contato  
dentário prematuro

Intervenção realizada

EXODONTIA DE ELEMENTO 15

Diagnóstico (hipotético ou definitivo)

O MESMO

Orientações médicas para pacientes / egresso

- ① DIETA LÍQUIDA/PASTOSA POR 30 DIAS
- ② ORTODONTIA
- ③ ENCAMINHAMENTO AO DENTISTA

Condições de alta

☐ Curado ☐ A pedido ☐ Óbito ☒ Melhorado ☐ Inalterado  
Transferido para:

02-11-2018

Dr. Reginaldo Fernandes  
Cirurgia e Traumatologia  
Bucal-Maxilo-Facial  
Residente - CRO-PB 6816



152323

04.02.1912

Jose Naimir Zivan Augusto

05.11.2018

14.10.2018

Assessoria Jurídica  
Núcleo de  
Assessoria Jurídica  
Núcleo de  
Assessoria Jurídica  
Núcleo de

Assessoria de

Assessoria de  
Assessoria de  
Assessoria de  
Assessoria de

Assessoria de

Assessoria

- ① Direção Geral
- ② Direção
- ③ Assessoria de









ARE THE OBS

Dr. Jarbas  
CIRURGIA GERAL  
Fonseca  
CRM-PB 10302 CRM-PE 23727

**SERVIÇOS REALIZADOS:**

1 ( ) Decisão Médica

( )Obito

	# Cirurgia	Geral #
16/10/18	11:40h	

Realizações: paciente interna com USG PAST negativos, Rx de tórax sem alterações. Ao exame: abdome plácido, indolente à palpação, sinais de irritação peritoneal.

Cd.: alta da cirurgia Geral.

IDADE



DA PARAIBA

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

MAGGIOLINI

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente: Jós Volmir Silva

Alojamento:

Leito:

Convênio:

Falt. OPU + Mobiliz.

Data

Prescrição Médica

CE

Horário

Evolução Médica

11/11/19 1) Dilata Biquinho 10ml

2) S.F. 0,9 1000 ml CV 7 Albumina

3) S.G. 5%, 1000 ml CV

4) Ringer 14 CV 10119h

5) Ringer 14 ml CV 201019h

6) Albumina 14 + 4h CV 011019h 5/14

7) Osmolond 14 mg CV 112019h

8) S.S. 14 CV 112019h

9) Coluna 14 2 30

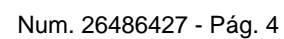
Dr. Thiago Magalhães  
CRM: 10.100/19  
CBO: 3410

Dr. Thiago Magalhães  
CRM: 10.100/19  
CBO: 3410

Exat. Vinte 14. 011019h 12h, 14h, 16h, 18h, 20h, 22h, 24h, 26h, 28h, 30h, 32h, 34h, 36h, 38h, 40h, 42h, 44h, 46h, 48h, 50h, 52h, 54h, 56h, 58h, 60h, 62h, 64h, 66h, 68h, 70h, 72h, 74h, 76h, 78h, 80h, 82h, 84h, 86h, 88h, 90h, 92h, 94h, 96h, 98h, 100h, 102h, 104h, 106h, 108h, 110h, 112h, 114h, 116h, 118h, 120h, 122h, 124h, 126h, 128h, 130h, 132h, 134h, 136h, 138h, 140h, 142h, 144h, 146h, 148h, 150h, 152h, 154h, 156h, 158h, 160h, 162h, 164h, 166h, 168h, 170h, 172h, 174h, 176h, 178h, 180h, 182h, 184h, 186h, 188h, 190h, 192h, 194h, 196h, 198h, 200h, 202h, 204h, 206h, 208h, 210h, 212h, 214h, 216h, 218h, 220h, 222h, 224h, 226h, 228h, 230h, 232h, 234h, 236h, 238h, 240h, 242h, 244h, 246h, 248h, 250h, 252h, 254h, 256h, 258h, 260h, 262h, 264h, 266h, 268h, 270h, 272h, 274h, 276h, 278h, 280h, 282h, 284h, 286h, 288h, 290h, 292h, 294h, 296h, 298h, 300h, 302h, 304h, 306h, 308h, 310h, 312h, 314h, 316h, 318h, 320h, 322h, 324h, 326h, 328h, 330h, 332h, 334h, 336h, 338h, 340h, 342h, 344h, 346h, 348h, 350h, 352h, 354h, 356h, 358h, 360h, 362h, 364h, 366h, 368h, 370h, 372h, 374h, 376h, 378h, 380h, 382h, 384h, 386h, 388h, 390h, 392h, 394h, 396h, 398h, 400h, 402h, 404h, 406h, 408h, 410h, 412h, 414h, 416h, 418h, 420h, 422h, 424h, 426h, 428h, 430h, 432h, 434h, 436h, 438h, 440h, 442h, 444h, 446h, 448h, 450h, 452h, 454h, 456h, 458h, 460h, 462h, 464h, 466h, 468h, 470h, 472h, 474h, 476h, 478h, 480h, 482h, 484h, 486h, 488h, 490h, 492h, 494h, 496h, 498h, 500h, 502h, 504h, 506h, 508h, 510h, 512h, 514h, 516h, 518h, 520h, 522h, 524h, 526h, 528h, 530h, 532h, 534h, 536h, 538h, 540h, 542h, 544h, 546h, 548h, 550h, 552h, 554h, 556h, 558h, 560h, 562h, 564h, 566h, 568h, 570h, 572h, 574h, 576h, 578h, 580h, 582h, 584h, 586h, 588h, 590h, 592h, 594h, 596h, 598h, 600h, 602h, 604h, 606h, 608h, 610h, 612h, 614h, 616h, 618h, 620h, 622h, 624h, 626h, 628h, 630h, 632h, 634h, 636h, 638h, 640h, 642h, 644h, 646h, 648h, 650h, 652h, 654h, 656h, 658h, 660h, 662h, 664h, 666h, 668h, 670h, 672h, 674h, 676h, 678h, 680h, 682h, 684h, 686h, 688h, 690h, 692h, 694h, 696h, 698h, 700h, 702h, 704h, 706h, 708h, 710h, 712h, 714h, 716h, 718h, 720h, 722h, 724h, 726h, 728h, 730h, 732h, 734h, 736h, 738h, 740h, 742h, 744h, 746h, 748h, 750h, 752h, 754h, 756h, 758h, 760h, 762h, 764h, 766h, 768h, 770h, 772h, 774h, 776h, 778h, 780h, 782h, 784h, 786h, 788h, 790h, 792h, 794h, 796h, 798h, 800h, 802h, 804h, 806h, 808h, 810h, 812h, 814h, 816h, 818h, 820h, 822h, 824h, 826h, 828h, 830h, 832h, 834h, 836h, 838h, 840h, 842h, 844h, 846h, 848h, 850h, 852h, 854h, 856h, 858h, 860h, 862h, 864h, 866h, 868h, 870h, 872h, 874h, 876h, 878h, 880h, 882h, 884h, 886h, 888h, 890h, 892h, 894h, 896h, 898h, 900h, 902h, 904h, 906h, 908h, 910h, 912h, 914h, 916h, 918h, 920h, 922h, 924h, 926h, 928h, 930h, 932h, 934h, 936h, 938h, 940h, 942h, 944h, 946h, 948h, 950h, 952h, 954h, 956h, 958h, 960h, 962h, 964h, 966h, 968h, 970h, 972h, 974h, 976h, 978h, 980h, 982h, 984h, 986h, 988h, 990h, 992h, 994h, 996h, 998h, 1000h, 1002h, 1004h, 1006h, 1008h, 1010h, 1012h, 1014h, 1016h, 1018h, 1020h, 1022h, 1024h, 1026h, 1028h, 1030h, 1032h, 1034h, 1036h, 1038h, 1040h, 1042h, 1044h, 1046h, 1048h, 1050h, 1052h, 1054h, 1056h, 1058h, 1060h, 1062h, 1064h, 1066h, 1068h, 1070h, 1072h, 1074h, 1076h, 1078h, 1080h, 1082h, 1084h, 1086h, 1088h, 1090h, 1092h, 1094h, 1096h, 1098h, 1100h, 1102h, 1104h, 1106h, 1108h, 1110h, 1112h, 1114h, 1116h, 1118h, 1120h, 1122h, 1124h, 1126h, 1128h, 1130h, 1132h, 1134h, 1136h, 1138h, 1140h, 1142h, 1144h, 1146h, 1148h, 1150h, 1152h, 1154h, 1156h, 1158h, 1160h, 1162h, 1164h, 1166h, 1168h, 1170h, 1172h, 1174h, 1176h, 1178h, 1180h, 1182h, 1184h, 1186h, 1188h, 1190h, 1192h, 1194h, 1196h, 1198h, 1200h, 1202h, 1204h, 1206h, 1208h, 1210h, 1212h, 1214h, 1216h, 1218h, 1220h, 1222h, 1224h, 1226h, 1228h, 1230h, 1232h, 1234h, 1236h, 1238h, 1240h, 1242h, 1244h, 1246h, 1248h, 1250h, 1252h, 1254h, 1256h, 1258h, 1260h, 1262h, 1264h, 1266h, 1268h, 1270h, 1272h, 1274h, 1276h, 1278h, 1280h, 1282h, 1284h, 1286h, 1288h, 1290h, 1292h, 1294h, 1296h, 1298h, 1300h, 1302h, 1304h, 1306h, 1308h, 1310h, 1312h, 1314h, 1316h, 1318h, 1320h, 1322h, 1324h, 1326h, 1328h, 1330h, 1332h, 1334h, 1336h, 1338h, 1340h, 1342h, 1344h, 1346h, 1348h, 1350h, 1352h, 1354h, 1356h, 1358h, 1360h, 1362h, 1364h, 1366h, 1368h, 1370h, 1372h, 1374h, 1376h, 1378h, 1380h, 1382h, 1384h, 1386h, 1388h, 1390h, 1392h, 1394h, 1396h, 1398h, 1400h, 1402h, 1404h, 1406h, 1408h, 1410h, 1412h, 1414h, 1416h, 1418h, 1420h, 1422h, 1424h, 1426h, 1428h, 1430h, 1432h, 1434h, 1436h, 1438h, 1440h, 1442h, 1444h, 1446h, 1448h, 1450h, 1452h, 1454h, 1456h, 1458h, 1460h, 1462h, 1464h, 1466h, 1468h, 1470h, 1472h, 1474h, 1476h, 1478h, 1480h, 1482h, 1484h, 1486h, 1488h, 1490h, 1492h, 1494h, 1496h, 1498h, 1500h, 1502h, 1504h, 1506h, 1508h, 1510h, 1512h, 1514h, 1516h, 1518h, 1520h, 1522h, 1524h, 1526h, 1528h, 1530h, 1532h, 1534h, 1536h, 1538h, 1540h, 1542h, 1544h, 1546h, 1548h, 1550h, 1552h, 1554h, 1556h, 1558h, 1560h, 1562h, 1564h, 1566h, 1568h, 1570h, 1572h, 1574h, 1576h, 1578h, 1580h, 1582h, 1584h, 1586h, 1588h, 1590h, 1592h, 1594h, 1596h, 1598h, 1600h, 1602h, 1604h, 1606h, 1608h, 1610h, 1612h, 1614h, 1616h, 1618h, 1620h, 1622h, 1624h, 1626h, 1628h, 1630h, 1632h, 1634h, 1636h, 1638h, 1640h, 1642h, 1644h, 1646h, 1648h, 1650h, 1652h, 1654h, 1656h, 1658h, 1660h, 1662h, 1664h, 1666h, 1668h, 1670h, 1672h, 1674h, 1676h, 1678h, 1680h, 1682h, 1684h, 1686h, 1688h, 1690h, 1692h, 1694h, 1696h, 1698h, 1700h, 1702h, 1704h, 1706h, 1708h, 1710h, 1712h, 1714h, 1716h, 1718h, 1720h, 1722h, 1724h, 1726h, 1728h, 1730h, 1732h, 1734h, 1736h, 1738h, 1740h, 1742h, 1744h, 1746h, 1748h, 1750h, 1752h, 1754h, 1756h, 1758h, 1760h, 1762h, 1764h, 1766h, 1768h, 1770h, 1772h, 1774h, 1776h, 1778h, 1780h, 1782h, 1784h, 1786h, 1788h, 1790h, 1792h, 1794h, 1796h, 1798h, 1800h, 1802h, 1804h, 1806h, 1808h, 1810h, 1812h, 1814h, 1816h, 1818h, 1820h, 1822h, 1824h, 1826h, 1828h, 1830h, 1832h, 1834h, 1836h, 1838h, 1840h, 1842h, 1844h, 1846h, 1848h, 1850h, 1852h, 1854h, 1856h, 1858h, 1860h, 1862h, 1864h, 1866h, 1868h, 1870h, 1872h, 1874h, 1876h, 1878h, 1880h, 1882h, 1884h, 1886h, 1888h, 1890h, 1892h, 1894h, 1896h, 1898h, 1900h, 1902h, 1904h, 1906h, 1908h, 1910h, 1912h, 1914h, 1916h, 1918h, 1920h, 1922h, 1924h, 1926h, 1928h, 1930h, 1932h, 1934h, 1936h, 1938h, 1940h, 1942h, 1944h, 1946h, 1948h, 1950h, 1952h, 1954h, 1956h, 1958h, 1960h, 1962h, 1964h, 1966h, 1968h, 1970h, 1972h, 1974h, 1976h, 1978h, 1980h, 1982h, 1984h, 1986h, 1988h, 1990h, 1992h, 1994h, 1996h, 1998h, 2000h, 2002h, 2004h, 2006h, 2008h, 2010h, 2012h, 2014h, 2016h, 2018h, 2020h, 2022h, 2024h, 2026h, 2028h, 2030h, 2032h, 2034h, 2036h, 2038h, 2040h, 2042h, 2044h, 2046h, 2048h, 2050h, 2052h, 2054h, 2056h, 2058h, 2060h, 2062h, 2064h, 2066h, 2068h, 2070h, 2072h, 2074h, 2076h, 2078h, 2080h, 2082h, 2084h, 2086h, 2088h, 2090h, 2092h, 2094h, 2096h, 2098h, 2100h, 2102h, 2104h, 2106h, 2108h, 2110h, 2112h, 2114h, 2116h, 2118h, 2120h, 2122h, 2124h, 2126h, 2128h, 2130h, 2132h, 2134h, 2136h, 2138h, 2140h, 2142h, 2144h, 2146h, 2148h, 2150h, 2152h, 2154h, 2156h, 2158h, 2160h, 2162h, 2164h, 2166h, 2168h, 2170h, 2172h, 2174h, 2176h, 2178h, 2180h, 2182h, 2184h, 2186h, 2188h, 2190h, 2192h, 2194h, 2196h, 2198h, 2200h, 2202h, 2204h, 2206h, 2208h, 2210h, 2212h, 2214h, 2216h, 2218h, 2220h, 2222h, 2224h, 2226h, 2228h, 2230h, 2232h, 2234h, 2236h, 2238h, 2240h, 2242h, 2244h, 2246h, 2248h, 2250h, 2252h, 2254h, 2256h, 2258h, 2260h, 2262h, 2264h, 2266h, 2268h, 2270h, 2272h, 2274h, 2276h, 2278h, 2280h, 2282h, 2284h, 2286h, 2288h, 2290h, 2292h, 2294h, 2296h, 2298h, 2300h, 2302h, 2304h, 2306h, 2308h, 2310h, 2312h, 2314h, 2316h, 2318h, 2320h, 2322h, 2324h, 2326h, 2328h, 2330h, 2332h, 2334h, 2336h, 2338h, 2340h, 2342h, 2344h, 2346h, 2348h, 2350h, 2352h, 2354h, 2356h, 2358h, 2360h, 2362h, 2364h, 2366h, 2368h, 2370h, 2372h, 2374h, 2376h, 2378h, 2380h, 2382h, 2384h, 2386h, 2388h, 2390h, 2392h, 2394h, 2396h, 2398h, 2400h, 2402h, 2404h, 2406h, 2408h, 2410h, 2412h, 2414h, 2416h, 2418h, 2420h, 2422h, 2424h, 2426h, 2428h, 2430h, 2432h, 2434h, 2436h, 2438h, 2440h, 2442h, 2444h, 2446h, 2448h, 2450h, 2452h, 2454h, 2456h, 2458h, 2460h, 2462h, 2464h, 2466h, 2468h, 2470h, 2472h, 2474h, 2476h, 2478h, 2480h, 2482h, 2484h, 2486h, 2488h, 2490h, 2492h, 2494h, 2496h, 2498h, 2500h, 2502h, 2504h, 2506h, 2508h, 2510h, 2512h, 2514h, 2516h, 2518h, 2520h, 2522h, 2524h, 2526h, 2528h, 2530h, 2532h, 2534h, 2536h, 2538h, 2540h, 2542h, 2544h, 2546h, 2548h, 2550h, 2552h, 2554h, 2556h, 2558h, 2560h, 2562h, 2564h, 2566h, 2568h, 2570h, 2572h, 2574h, 2576h, 2578h, 2580h, 2582h, 2584h, 2586h, 2588h, 2590h, 2592h, 2594h, 2596h, 2598h, 2600h, 2602h, 2604h, 2606h, 2608h, 2610h, 2612h, 2614h, 2616h, 2618h, 2620h, 2622h, 2624h, 2626h, 2628h, 2630h, 2632h, 2634h, 2636h, 2638h, 2640h, 2642h, 2644h, 2646h, 2648h, 2650h, 2652h, 2654h, 2656h, 2658h, 2660h, 2662h, 2664h, 2666h, 2668h, 2670h, 2672h, 2674h, 2676h, 2678h, 2680h, 2682h, 2684h, 2686h, 2688h, 2690h, 2692h, 2694h, 2696h, 2698h, 2700h, 2702h, 2704h, 2706h, 2708h, 2710h, 2712h, 2714h, 2716h, 2718h, 2720h, 2722h, 2724h, 2726h, 2728h, 2730h, 2732h, 2734h, 2736h, 2738h, 2740h, 2742h, 2744h, 2746h, 2748h, 2750h, 2752h, 2754h, 2756h, 2758h, 2760h, 2762h, 2764h, 2766h, 2768h, 2770h, 2772h, 2774h, 2776h, 2778h, 2780h, 2782h, 2784h, 2786h, 2788h, 2790h, 2792h, 2794h, 2796h, 2798h, 2800h, 2802h, 2804h, 2806h, 2808h, 2810h, 2812h, 2814h, 2816h, 2818h, 2820h, 2822h, 2824h, 2826h, 2828h, 2830h, 2832h, 2834h, 2836h, 2838h, 2840h, 2842h, 2844h, 2846h, 2848h, 2850h, 2852h, 2854h, 2856h, 2858h, 2860h, 2862h, 2864h, 2866h, 2868h, 2870h, 2872h, 2874h, 2876h, 2878h, 2880h, 2882h, 2884h, 2886h, 2888h, 2890h, 2892h, 2894h, 2896h, 2898h, 2900h, 2902h, 2904h, 2906h, 2908h, 2910h, 2912h, 2914h, 2916h, 2918h, 2920h, 2922h, 2924h, 2926h, 2928h, 2930h, 2932h, 2934h, 2936h, 2938h, 2940h, 2942h, 2944h, 2946h, 2948h, 2950h, 2952h, 2954h, 2956h, 2958h, 2960h, 2962h, 2964h, 2966h, 2968h, 2970h, 2972h, 2974h, 2976h, 2978h, 2980h, 2982h, 2984h, 2986h, 2988h, 2990h, 2992h, 2994h, 2996h, 2998h, 3000h, 3002h, 3004h, 3006h, 3008h, 3010h, 3012h, 3014h, 3016h, 3018h, 3020h, 3022h, 3024h, 3026h, 3028h, 3030h, 3032h, 3034h, 3036h, 3038h, 3040h, 3042h, 3044h, 3046h, 3048h, 3050h, 3052h, 3054h, 3056h, 3058h, 3060h, 3062h, 3064h, 3066h, 3068h, 3070h, 3072h, 3074h, 3076h, 3078h, 3080h, 3082h, 3084h, 3086h, 3088h, 3090h, 3092h, 3094h, 3096h, 3098h, 3100h, 3102h, 3104h, 3106h, 3108h, 3110h, 3112h, 3114h, 3116h, 3118h, 3120h, 3122h, 3124h, 3126h, 3128h, 3130h, 3132h, 3134h, 3136h, 3138h, 3140h, 3142h, 3144h, 3146h, 3148h, 3150h, 3152h, 3154h, 3156h, 3158h, 3160h, 3162h, 3164h, 3166h, 3168h, 3170h, 3172h, 3174h, 3176h, 3178h, 3180h, 3182h, 3184h, 3186h, 3188h, 3190h, 3192h, 3194h, 3196h, 3198h, 3200h, 3202h, 3204h, 3206h, 3208h, 3210h, 3212h, 3214h, 3216h, 3218h, 3220h, 3222h, 3224h, 3226h, 3228h, 3230h, 3232h, 3234h, 3236h, 3238h, 3240h, 3242h, 3244h, 3246h, 3248h, 3250h, 3252h, 3254h, 3256h, 3258h, 3260h, 3262h, 3264h, 3266h, 3268h, 3270h, 3272h, 3274h, 3276h, 3278h, 3280h, 3282h, 3284h, 3286h, 3288h, 3290h, 3292h, 3294h, 3296h, 3298h, 3300h, 3302h, 3304h, 3306h, 3308h, 3310h, 3312h, 3314h, 3316h, 3318h, 3320h, 3322h, 3324h, 3326h, 3328h, 3330h, 3332h, 3334h, 3336h, 3338h, 3340h, 3342h, 3344h, 3346h, 3348h, 3350h, 3352h, 3354h, 3356h, 3358h, 3360h, 3362h, 3364h, 3366h, 3368h, 3370h, 3372h, 3374h, 3376h, 3378h, 3380h, 3382h, 3384h, 3386h, 3388h, 3390h, 3392h, 3394h,



ALL INFORMATION CONTAINED  
HEREIN IS UNCLASSIFIED  
DATE 06-06-01 BY 60322 UCBAW





# Diagnóstico

Paul O. P. + M. M. M. M.

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	701	Alojamento		Leito	17	Convênio	
----------	-----	------------	--	-------	----	----------	--

[illegible]









GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Diagnóstico

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

75 OPN + MAXILA

Paciente

Joel Valmir Silva

Alojamento

Leito

Convênio

Data

Prescrição Médica

Horário

Evolução Médica

16/10/18

1) Bex. parotídea @ 8/18 L

11/10/18

08:00

PM

Bex. parotídea

2) SF 0,01x. 500ml @ 8/18 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

3) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

4) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

5) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

6) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

7) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

8) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

9) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

10) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

11) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

12) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

13) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

14) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

15) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

16) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

17) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

18) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

19) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

20) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

21) Bex. parotídea 12/12 L

11/10/18

08:00

Bex. parotídea

Dr. Rafael Grotto Grempel  
Cirurgião Bucal, Dentista  
Implantes - 3384  
CBO/PB - 3384

Dr. Rafael Grotto Grempel  
Cirurgião Bucal, Dentista  
Implantes - 3384  
CBO/PB - 3384











24/10/18

Pacientes jovens, desambulando,  
medicados (pr, CI, ACP),  
realizados em CC 68  
PA: (130x80)

Jeaneide da Silva  
COREN-PB 39.733-TE

① 24/10/18

② Fibrina 12 (5ml + 10ml) 5

③ Fibrina 12 5

④ Clindamicina 600mg 5

⑤ 2x 0,6% 100ml 5

⑥ 10-10-18 100ml 5









10/18  
 paciente estável, sem queixas  
 no momento segue aos  
 cuidados da enfermagem  
 medicado conforme  
 prescrição médica.

PA 110 x 70  
 110 x 70

- 1 - 200mg + 100mg  
 2 - 200mg + 100mg  
 3 - 200mg + 100mg  
 4 - 200mg + 100mg  
 5 - 200mg + 100mg

110 x 70





FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente: José Valmir Silva Alojamento: 5 Leito: 5 Convênio:

OK OK OK

Ex de Zimotico (A)?  
Ex de Matéria OK

Data	Prescrição Médica	SUB	Horário	Evolução Médica
14.10.18	1) Dica Líquida/Pastosa	SUB		Ex de 5º dia
	2) Toco Sminizado			Paciente com BCC.
	3) Clonazepam 60mg a 8/8hs			7/12/2018
	4) Tiltar 20mg EV 12/12hs			Receita Médica do Buro
	5) Diclofenac 1g/24+8/8hs			Ex: Tiltar a 12/12hs
	6) Suv/cecc			Discontinuar a mastigação
				Delusões instáveis
				Ex: Marmelada de Buro

Dr. Reginaldo Fernandes  
Cirurgião Geral/Facial  
Buro - CRO-72  
Residente

Dr. Reginaldo Fernandes  
Cirurgião Geral/Facial  
Buro - CRO-72  
Residente





19.10.18. 08h - Paciente com AUP. Com hematomas em olhos (D) e (E).  
não repouso. Poluição

19.10.18 (D) Dica sigla / Exatidão  
Zozé. Naima 21h

(1) 22/10/18  
(2) Dica sigla / Exatidão  
(3) Titulo sigla 10/10/18  
(4) Dica sigla / Exatidão  
(5) Tico Naima









$$\frac{20}{20} \frac{10}{10} \frac{8}{8}$$
$$PA = 120 \times 80$$

20/10/18 - 20hrs - PA: 110 x 70 mmHg  
Apêndices SSV, medicação conforme  
prescrição médica; segue aos cuidados  
de enfermagem ~~de~~  
Camiladeleide Volney

Camila Adelaide Volney  
TÉC. ENFERMAGEM  
COREN-PB 531.249

der Mann zum Gedenke

1.  $2Zn + CC_2 \rightarrow$
2.  $2Zn + 2HCl \rightarrow 2ZnCl_2 + H_2$
3.  $2Zn + 2H_2SO_4 \rightarrow 2ZnSO_4 + 2H_2$
4.  $2Zn + 2HNO_3 \rightarrow 2Zn(NO_3)_2 + H_2$
5.  $2Zn + 2H_2O \rightarrow 2Zn(OH)_2 + H_2$

*[Handwritten signature]*



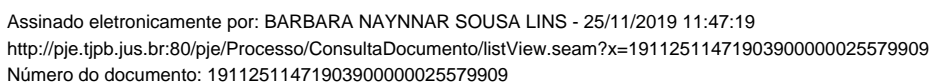
It is impossible to  
It is the matter

Prescrição Médica





Data	Hora	T	P	R	PA	Diurese	Observações Enfermagem	Assis
21/10/18	8:45				130/80	Presente	Paciente consciente orientado evoluindo bem, foi realizado 300ml SSVV e segue os novos cuidados da equipe de enfer- magem. Lucimar Freire Silva Vasconcelos Técnico de Enfermagem COREN-PB 810735	
21/10/18	20:45				130/80	Presente	Paciente, consciente orientado evoluindo bem, foi realizada análise prescrição medicinal, realizado SSVV e segue os cuidados da equipe de enfermagem - Lucimar Freire Silva Vasconcelos Técnico de Enfermagem COREN-PB 810735	
22/10/18	7:30							
22/10/18	19:15							





**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

X

or

4<sup>ta</sup> de internação (D)  
de 01 de março

Paciente: for Valmir Silva Jr Alojamento: Muritiba Letto: 1-3 Convênio: 3000

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
24/03/18	1- Dite lauda, lauda 2- Para Valmir 3- Para Valmir 4- Para Valmir 5- Para Valmir 6- Para Valmir 7- Para Valmir	14:00 15:00 16:00 17:00 18:00 19:00 20:00	#3000-21 8.0.7.11 Para Valmir em 36. Am. Para em internação em 36. em 36. (D). A contato a medicação, a lauda
	8- Para Valmir		
	9- Para Valmir		
	10- Para Valmir		
	11- Para Valmir		
	12- Para Valmir		
	13- Para Valmir		
	14- Para Valmir		
	15- Para Valmir		
	16- Para Valmir		
	17- Para Valmir		
	18- Para Valmir		
	19- Para Valmir		
	20- Para Valmir		
	21- Para Valmir		
	22- Para Valmir		
	23- Para Valmir		
	24- Para Valmir		
	25- Para Valmir		
	26- Para Valmir		
	27- Para Valmir		
	28- Para Valmir		
	29- Para Valmir		
	30- Para Valmir		
	31- Para Valmir		
	32- Para Valmir		
	33- Para Valmir		
	34- Para Valmir		
	35- Para Valmir		
	36- Para Valmir		
	37- Para Valmir		
	38- Para Valmir		
	39- Para Valmir		
	40- Para Valmir		
	41- Para Valmir		
	42- Para Valmir		
	43- Para Valmir		
	44- Para Valmir		
	45- Para Valmir		
	46- Para Valmir		
	47- Para Valmir		
	48- Para Valmir		
	49- Para Valmir		
	50- Para Valmir		
	51- Para Valmir		
	52- Para Valmir		
	53- Para Valmir		
	54- Para Valmir		
	55- Para Valmir		
	56- Para Valmir		
	57- Para Valmir		
	58- Para Valmir		
	59- Para Valmir		
	60- Para Valmir		
	61- Para Valmir		
	62- Para Valmir		
	63- Para Valmir		
	64- Para Valmir		
	65- Para Valmir		
	66- Para Valmir		
	67- Para Valmir		
	68- Para Valmir		
	69- Para Valmir		
	70- Para Valmir		
	71- Para Valmir		
	72- Para Valmir		
	73- Para Valmir		
	74- Para Valmir		
	75- Para Valmir		
	76- Para Valmir		
	77- Para Valmir		
	78- Para Valmir		
	79- Para Valmir		
	80- Para Valmir		
	81- Para Valmir		
	82- Para Valmir		
	83- Para Valmir		
	84- Para Valmir		
	85- Para Valmir		
	86- Para Valmir		
	87- Para Valmir		
	88- Para Valmir		
	89- Para Valmir		
	90- Para Valmir		
	91- Para Valmir		
	92- Para Valmir		
	93- Para Valmir		
	94- Para Valmir		
	95- Para Valmir		
	96- Para Valmir		
	97- Para Valmir		
	98- Para Valmir		
	99- Para Valmir		
	100- Para Valmir		



- 7 - concrete ft water pump
- 6 - 2 in + CC & C
- 2 - 50 lb bag rd cement + sand (40) in concrete
- 4 - water sound in 15 ft sq
- 3 - 10 lb bag cement sound in 15 ft sq
- 5 - floor repairs
- 1 - 8 ft concrete wall

*Handwritten signature*

अथर्ववेद

۷

#351

2014

$$PA = 100 \times 60$$

Land Valley

1. Individual  
 2. Collective  
 3. Organizational  
 4. Environmental  
 5. Technological  
 6. Political  
 7. Economic  
 8. Social  
 9. Cultural  
 10. Legal  
 11. Ethical  
 12. Religious  
 13. Philosophical  
 14. Psychological  
 15. Biological  
 16. Medical  
 17. Scientific  
 18. Artistic  
 19. Recreational  
 20. Professional  
 21. Academic  
 22. Business  
 23. Government  
 24. Non-Profit  
 25. Community  
 26. Family  
 27. Friends  
 28. Neighbors  
 29. Colleagues  
 30. Students  
 31. Teachers  
 32. Parents  
 33. Children  
 34. Elderly  
 35. Disabled  
 36. Immigrants  
 37. Refugees  
 38. Asylum Seekers  
 39. Undocumented  
 40. Temporary  
 41. Permanent  
 42. Citizenship  
 43. Residency  
 44. Work  
 45. Study  
 46. Travel  
 47. Migration  
 48. Immigration  
 49. Emigration  
 50. Transnational  
 51. Global  
 52. Local  
 53. Regional  
 54. National  
 55. International  
 56. Supranational  
 57. Subnational  
 58. Translocal  
 59. Transnational  
 60. Transregional  
 61. Transnational  
 62. Transnational  
 63. Transnational  
 64. Transnational  
 65. Transnational  
 66. Transnational  
 67. Transnational  
 68. Transnational  
 69. Transnational  
 70. Transnational  
 71. Transnational  
 72. Transnational  
 73. Transnational  
 74. Transnational  
 75. Transnational  
 76. Transnational  
 77. Transnational  
 78. Transnational  
 79. Transnational  
 80. Transnational  
 81. Transnational  
 82. Transnational  
 83. Transnational  
 84. Transnational  
 85. Transnational  
 86. Transnational  
 87. Transnational  
 88. Transnational  
 89. Transnational  
 90. Transnational  
 91. Transnational  
 92. Transnational  
 93. Transnational  
 94. Transnational  
 95. Transnational  
 96. Transnational  
 97. Transnational  
 98. Transnational  
 99. Transnational  
 100. Transnational

3) Chlorophyll absorption experiments

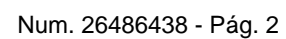
*[Handwritten signature]*







Paciente consciente  
orientado aos cuidados  
da enfermagem.





## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

It all comes in 3  
It all comes in 3

Paciente	Clara Weimer Silva Andrade	Alojamento	Murupuca	Leito	1-3	Convênio	
----------	----------------------------	------------	----------	-------	-----	----------	--

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
21/01/19	1 - Soro. Salina / 100ml 2 - Med. Analgésico 3 - 30ml soro 10% (10ml + 5ml 4%) 5v. 06/10h 4 - 55iv + CC 6h	08 12 18 24 06	#3045 - 10 Paciente admitido em 26 Sua evolução a partir da mobilização em hemodinâmica (2), de 105 bpm para 110 bpm, com infusão de nitrogênio (2)
	Jose Ricardo dos Santos Souza Residência em Medicina Traumato-Ortopedia 06/01/2019		08:05 Solicito TC 09:00 O paciente com 34v









FX de ZIOMATICO A  
FX de MAXILA

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica

Dr. Reginaldo Fernandes  
Cirurgia e Traumatologia Facial  
Bucal-Maxilo-Facial  
Residente - CRO-PB 6516







It de informatie (5)  
It de informatie

Paciente	Gen. Walmir Silva Almeida	Alojamento	Mun. Saúde	Leito	1-3	Convênio	
----------	---------------------------	------------	------------	-------	-----	----------	--

[illegible]







Barbara Naynnar Sousa Lins

Barbara Naynnar Sousa Lins

Barbara Naynnar Sousa Lins

Ex de Diagnóstico (3)

Ex de Maxila

OK

FOLHA DE TRATAMENTO

Paciente: Jose Valmir Silva Araujo

Alcance: 7-3

Convênio

Data: 22.10.18 Prescrição Médica: 13ª GH

(1) Dieta com carne Aceite

(2) Soro Sarampo

(3) Difenidramina 10mg 4x/dia

(4) SSV/CCCC

Dr. Reginaldo Fernandes  
Bucal-Maxilo-facial  
Residente - CRO-15 66916

Ev. 13ª GH

Paciente evolui a Bic.  
Sintomas  
Referir Melhora do Estado

Ex- Descartado A. PNEUMÔNIA

PULMONES em Maxila

Devido instável

Devido a márcia (5)

Ex- Algodão de Propriedade Cirúrgica

Solicito Histo Pat

Dr. Reginaldo Fernandes  
Bucal-Maxilo-facial  
Residente - CRO-15 66916







## Diagnóstico

Fx de Zicomatico D

of DE MAXIMA

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Jose Varma Silva Aragao	Alojamento		Leito	1-3	Convênio	
----------	-------------------------	------------	--	-------	-----	----------	--

[illegible]



1-3

Data 08/10/18  
 Hora 08:45  
 P.A. 130/60

Paciente comentei o sintoma e relatando  
 bem, foi realizado SSV e segue nos  
 nossos cuidados de enfermagem.  
 L.R.

08/10/18 20:45 120/80

Paciente comentei o sintoma e relatando  
 bem, foi realizado SSV, e  
 medicação conforme prescrição e  
 segue nos nossos cuidados de  
 equipe de enfermagem. L.R.

① 22/11/2018  
 ② Discussão (2ª e 3ª) 8/12/18  
 ③ 23/11/2018  
 ④ 24/11/2018  
 ⑤ 25/11/2018  
 ⑥ 26/11/2018  
 ⑦ 27/11/2018  
 ⑧ 28/11/2018  
 ⑨ 29/11/2018  
 ⑩ 30/11/2018  
 ⑪ 01/12/2018  
 ⑫ 02/12/2018  
 ⑬ 03/12/2018  
 ⑭ 04/12/2018  
 ⑮ 05/12/2018  
 ⑯ 06/12/2018  
 ⑰ 07/12/2018  
 ⑱ 08/12/2018  
 ⑲ 09/12/2018  
 ⑳ 10/12/2018  
 ㉑ 11/12/2018  
 ㉒ 12/12/2018  
 ㉓ 13/12/2018  
 ㉔ 14/12/2018  
 ㉕ 15/12/2018  
 ㉖ 16/12/2018  
 ㉗ 17/12/2018  
 ㉘ 18/12/2018  
 ㉙ 19/12/2018  
 ㉚ 20/12/2018  
 ㉛ 21/12/2018  
 ㉜ 22/12/2018  
 ㉝ 23/12/2018  
 ㉞ 24/12/2018  
 ㉟ 25/12/2018  
 ㊱ 26/12/2018  
 ㊲ 27/12/2018  
 ㊳ 28/12/2018  
 ㊴ 29/12/2018  
 ㊵ 30/12/2018  
 ㊶ 31/12/2018  
 ㊷ 01/01/2019  
 ㊸ 02/01/2019  
 ㊹ 03/01/2019  
 ㊺ 04/01/2019  
 ㊻ 05/01/2019  
 ㊼ 06/01/2019  
 ㊽ 07/01/2019  
 ㊾ 08/01/2019  
 ㊿ 09/01/2019  
 ㋀ 10/01/2019  
 ㋁ 11/01/2019  
 ㋂ 12/01/2019  
 ㋃ 13/01/2019  
 ㋄ 14/01/2019  
 ㋅ 15/01/2019  
 ㋆ 16/01/2019  
 ㋇ 17/01/2019  
 ㋈ 18/01/2019  
 ㋉ 19/01/2019  
 ㋊ 20/01/2019  
 ㋋ 21/01/2019  
 ㋌ 22/01/2019  
 ㋍ 23/01/2019  
 ㋎ 24/01/2019  
 ㋏ 25/01/2019  
 ㋐ 26/01/2019  
 ㋑ 27/01/2019  
 ㋒ 28/01/2019  
 ㋓ 29/01/2019  
 ㋔ 30/01/2019  
 ㋕ 31/01/2019  
 ㋖ 01/02/2019  
 ㋗ 02/02/2019  
 ㋘ 03/02/2019  
 ㋙ 04/02/2019  
 ㋚ 05/02/2019  
 ㋛ 06/02/2019  
 ㋜ 07/02/2019  
 ㋝ 08/02/2019  
 ㋞ 09/02/2019  
 ㋟ 10/02/2019  
 ㋠ 11/02/2019  
 ㋡ 12/02/2019  
 ㋢ 13/02/2019  
 ㋣ 14/02/2019  
 ㋤ 15/02/2019  
 ㋥ 16/02/2019  
 ㋦ 17/02/2019  
 ㋧ 18/02/2019  
 ㋨ 19/02/2019  
 ㋩ 20/02/2019  
 ㋪ 21/02/2019  
 ㋫ 22/02/2019  
 ㋬ 23/02/2019  
 ㋭ 24/02/2019  
 ㋮ 25/02/2019  
 ㋯ 26/02/2019  
 ㋰ 27/02/2019  
 ㋱ 28/02/2019  
 ㋲ 29/02/2019  
 ㋳ 01/03/2019  
 ㋴ 02/03/2019  
 ㋵ 03/03/2019  
 ㋶ 04/03/2019  
 ㋷ 05/03/2019  
 ㋸ 06/03/2019  
 ㋹ 07/03/2019  
 ㋺ 08/03/2019  
 ㋻ 09/03/2019  
 ㋼ 10/03/2019  
 ㋽ 11/03/2019  
 ㋾ 12/03/2019  
 ㋿ 13/03/2019  
 ㌀ 14/03/2019  
 ㌁ 15/03/2019  
 ㌂ 16/03/2019  
 ㌃ 17/03/2019  
 ㌄ 18/03/2019  
 ㌅ 19/03/2019  
 ㌆ 20/03/2019  
 ㌇ 21/03/2019  
 ㌈ 22/03/2019  
 ㌉ 23/03/2019  
 ㌊ 24/03/2019  
 ㌋ 25/03/2019  
 ㌌ 26/03/2019  
 ㌍ 27/03/2019  
 ㌎ 28/03/2019  
 ㌏ 29/03/2019  
 ㌐ 30/03/2019  
 ㌑ 31/03/2019  
 ㌒ 01/04/2019  
 ㌓ 02/04/2019  
 ㌔ 03/04/2019  
 ㌕ 04/04/2019  
 ㌖ 05/04/2019  
 ㌗ 06/04/2019  
 ㌘ 07/04/2019  
 ㌙ 08/04/2019  
 ㌚ 09/04/2019  
 ㌛ 10/04/2019  
 ㌜ 11/04/2019  
 ㌝ 12/04/2019  
 ㌞ 13/04/2019  
 ㌟ 14/04/2019  
 ㌠ 15/04/2019  
 ㌡ 16/04/2019  
 ㌢ 17/04/2019  
 ㌣ 18/04/2019  
 ㌤ 19/04/2019  
 ㌥ 20/04/2019  
 ㌦ 21/04/2019  
 ㌧ 22/04/2019  
 ㌨ 23/04/2019  
 ㌩ 24/04/2019  
 ㌪ 25/04/2019  
 ㌫ 26/04/2019  
 ㌬ 27/04/2019  
 ㌭ 28/04/2019  
 ㌮ 29/04/2019  
 ㌯ 30/04/2019  
 ㌰ 01/05/2019  
 ㌱ 02/05/2019  
 ㌲ 03/05/2019  
 ㌳ 04/05/2019  
 ㌴ 05/05/2019  
 ㌵ 06/05/2019  
 ㌶ 07/05/2019  
 ㌷ 08/05/2019  
 ㌸ 09/05/2019  
 ㌹ 10/05/2019  
 ㌺ 11/05/2019  
 ㌻ 12/05/2019  
 ㌼ 13/05/2019  
 ㌽ 14/05/2019  
 ㌾ 15/05/2019  
 ㌿ 16/05/2019  
 ㍀ 17/05/2019  
 ㍁ 18/05/2019  
 ㍂ 19/05/2019  
 ㍃ 20/05/2019  
 ㍄ 21/05/2019  
 ㍅ 22/05/2019  
 ㍆ 23/05/2019  
 ㍇ 24/05/2019  
 ㍈ 25/05/2019  
 ㍉ 26/05/2019  
 ㍊ 27/05/2019  
 ㍋ 28/05/2019  
 ㍌ 29/05/2019  
 ㍍ 30/05/2019  
 ㍎ 31/05/2019  
 ㍏ 01/06/2019  
 ㍐ 02/06/2019  
 ㍑ 03/06/2019  
 ㍒ 04/06/2019  
 ㍓ 05/06/2019  
 ㍔ 06/06/2019  
 ㍕ 07/06/2019  
 ㍖ 08/06/2019  
 ㍗ 09/06/2019  
 ㍘ 10/06/2019  
 ㍙ 11/06/2019  
 ㍚ 12/06/2019  
 ㍛ 13/06/2019  
 ㍜ 14/06/2019  
 ㍝ 15/06/2019  
 ㍞ 16/06/2019  
 ㍟ 17/06/2019  
 ㍠ 18/06/2019  
 ㍡ 19/06/2019  
 ㍢ 20/06/2019  
 ㍣ 21/06/2019  
 ㍤ 22/06/2019  
 ㍥ 23/06/2019  
 ㍦ 24/06/2019  
 ㍧ 25/06/2019  
 ㍨ 26/06/2019  
 ㍩ 27/06/2019  
 ㍪ 28/06/2019  
 ㍫ 29/06/2019  
 ㍬ 30/06/2019  
 ㍭ 01/07/2019  
 ㍮ 02/07/2019  
 ㍯ 03/07/2019  
 ㍰ 04/07/2019  
 ㍱ 05/07/2019  
 ㍲ 06/07/2019  
 ㍳ 07/07/2019  
 ㍴ 08/07/2019  
 ㍵ 09/07/2019  
 ㍶ 10/07/2019  
 ㍷ 11/07/2019  
 ㍸ 12/07/2019  
 ㍹ 13/07/2019  
 ㍺ 14/07/2019  
 ㍻ 15/07/2019  
 ㍼ 16/07/2019  
 ㍽ 17/07/2019  
 ㍾ 18/07/2019  
 ㍿ 19/07/2019  
 ㏀ 20/07/2019  
 ㏁ 21/07/2019  
 ㏂ 22/07/2019  
 ㏃ 23/07/2019  
 ㏄ 24/07/2019  
 ㏅ 25/07/2019  
 ㏆ 26/07/2019  
 ㏇ 27/07/2019  
 ㏈ 28/07/2019  
 ㏉ 29/07/2019  
 ㏊ 30/07/2019  
 ㏋ 31/07/2019  
 ㏌ 01/08/2019  
 ㏍ 02/08/2019  
 ㏎ 03/08/2019  
 ㏏ 04/08/2019  
 ㏐ 05/08/2019  
 ㏑ 06/08/2019  
 ㏒ 07/08/2019  
 ㏓ 08/08/2019  
 ㏔ 09/08/2019  
 ㏕ 10/08/2019  
 ㏖ 11/08/2019  
 ㏗ 12/08/2019  
 ㏘ 13/08/2019  
 ㏙ 14/08/2019  
 ㏚ 15/08/2019  
 ㏛ 16/08/2019  
 ㏜ 17/08/2019  
 ㏝ 18/08/2019  
 ㏞ 19/08/2019  
 ㏟ 20/08/2019  
 ㏠ 21/08/2019  
 ㏡ 22/08/2019  
 ㏢ 23/08/2019  
 ㏣ 24/08/2019  
 ㏤ 25/08/2019  
 ㏥ 26/08/2019  
 ㏦ 27/08/2019  
 ㏧ 28/08/2019  
 ㏨ 29/08/2019  
 ㏩ 30/08/2019  
 ㏪ 31/08/2019  
 ㏫ 01/09/2019  
 ㏬ 02/09/2019  
 ㏭ 03/09/2019  
 ㏮ 04/09/2019  
 ㏯ 05/09/2019  
 ㏰ 06/09/2019  
 ㏱ 07/09/2019  
 ㏲ 08/09/2019  
 ㏳ 09/09/2019  
 ㏴ 10/09/2019  
 ㏵ 11/09/2019  
 ㏶ 12/09/2019  
 ㏷ 13/09/2019  
 ㏸ 14/09/2019  
 ㏹ 15/09/2019  
 ㏺ 16/09/2019  
 ㏻ 17/09/2019  
 ㏼ 18/09/2019  
 ㏽ 19/09/2019  
 ㏾ 20/09/2019  
 ㏿ 21/09/2019  
 㐀 22/09/2019  
 㐁 23/09/2019  
 㐂 24/09/2019  
 㐃 25/09/2019  
 㐄 26/09/2019  
 㐅 27/09/2019  
 㐆 28/09/2019  
 㐇 29/09/2019  
 㐈 30/09/2019  
 㐉 01/10/2019  
 㐊 02/10/2019  
 㐋 03/10/2019  
 㐌 04/10/2019  
 㐍 05/10/2019  
 㐎 06/10/2019  
 㐏 07/10/2019  
 㐐 08/10/2019  
 㐑 09/10/2019  
 㐒 10/10/2019  
 㐓 11/10/2019  
 㐔 12/10/2019  
 㐕 13/10/2019  
 㐖 14/10/2019  
 㐗 15/10/2019  
 㐘 16/10/2019  
 㐙 17/10/2019  
 㐚 18/10/2019  
 㐛 19/10/2019  
 㐜 20/10/2019  
 㐝 21/10/2019  
 㐞 22/10/2019  
 㐟 23/10/2019  
 㐠 24/10/2019  
 㐡 25/10/2019  
 㐢 26/10/2019  
 㐣 27/10/2019  
 㐤 28/10/2019  
 㐥 29/10/2019  
 㐦 30/10/2019  
 㐧 31/10/2019  
 㐨 01/11/2019  
 㐩 02/11/2019  
 㐪 03/11/2019  
 㐫 04/11/2019  
 㐬 05/11/2019  
 㐭 06/11/2019  
 㐮 07/11/2019  
 㐯 08/11/2019  
 㐰 09/11/2019  
 㐱 10/11/2019  
 㐲 11/11/2019  
 㐳 12/11/2019  
 㐴 13/11/2019  
 㐵 14/11/2019  
 㐶 15/11/2019  
 㐷 16/11/2019  
 㐸 17/11/2019  
 㐹 18/11/2019  
 㐺 19/11/2019  
 㐻 20/11/2019  
 㐼 21/11/2019  
 㐽 22/11/2019  
 㐾 23/11/2019  
 㐿 24/11/2019  
 㑀 25/11/2019  
 㑁 26/11/2019  
 㑂 27/11/2019  
 㑃 28/11/2019  
 㑄 29/11/2019  
 㑅 30/11/2019  
 㑆 01/12/2019  
 㑇 02/12/2019  
 㑈 03/12/2019  
 㑉 04/12/2019  
 㑊 05/12/2019  
 㑋 06/12/2019  
 㑌 07/12/2019  
 㑍 08/12/2019  
 㑎 09/12/2019  
 㑏 10/12/2019  
 㑐 11/12/2019  
 㑑 12/12/2019  
 㑒 13/12/2019  
 㑓 14/12/2019  
 㑔 15/12/2019  
 㑕 16/12/2019  
 㑖 17/12/2019  
 㑗 18/12/2019  
 㑘 19/12/2019  
 㑙 20/12/2019  
 㑚 21/12/2019  
 㑛 22/12/2019  
 㑜 23/12/2019  
 㑝 24/12/2019  
 㑞 25/12/2019  
 㑟 26/12/2019  
 㑠 27/12/2019  
 㑡 28/12/2019  
 㑢 29/12/2019  
 㑣 30/12/2019  
 㑤 31/12/2019  
 㑥 01/01/2020  
 㑦 02/01/2020  
 㑧 03/01/2020  
 㑨 04/01/2020  
 㑩 05/01/2020  
 㑪 06/01/2020  
 㑫 07/01/2020  
 㑬 08/01/2020  
 㑭 09/01/2020  
 㑮 10/01/2020  
 㑯 11/01/2020  
 㑰 12/01/2020  
 㑱 13/01/2020  
 㑲 14/01/2020  
 㑳 15/01/2020  
 㑴 16/01/2020  
 㑵 17/01/2020  
 㑶 18/01/2020  
 㑷 19/01/2020  
 㑸 20/01/2020  
 㑹 21/01/2020  
 㑺 22/01/2020  
 㑻 23/01/2020  
 㑼 24/01/2020  
 㑽 25/01/2020  
 㑾 26/01/2020  
 㑿 27/01/2020  
 㒀 28/01/2020  
 㒁 29/01/2020  
 㒂 30/01/2020  
 㒃 31/01/2020  
 㒄 01/02/2020  
 㒅 02/02/2020  
 㒆 03/02/2020  
 㒇 04/02/2020  
 㒈 05/02/2020  
 㒉 06/02/2020  
 㒊 07/02/2020  
 㒋 08/02/2020  
 㒌 09/02/2020  
 㒍 10/02/2020  
 㒎 11/02/2020  
 㒏 12/02/2020  
 㒐 13/02/2020  
 㒑 14/02/2020  
 㒒 15/02/2020  
 㒓 16/02/2020  
 㒔 17/02/2020  
 㒕 18/02/2020  
 㒖 19/02/2020  
 㒗 20/02/2020  
 㒘 21/02/2020  
 㒙 22/02/2020  
 㒚 23/02/2020  
 㒛 24/02/2020  
 㒜 25/02/2020  
 㒝 26/02/2020  
 㒞 27/02/2020  
 㒟 28/02/2020  
 㒠 29/02/2020  
 㒡 01/03/2020  
 㒢 02/03/2020  
 㒣 03/03/2020  
 㒤 04/03/2020  
 㒥 05/03/2020  
 㒦 06/03/2020  
 㒧 07/03/2020  
 㒨 08/03/2020  
 㒩 09/03/2020  
 㒪 10/03/2020  
 㒫 11/03/2020  
 㒬 12/03/2020  
 㒭 13/03/2020  
 㒮 14/03/2020  
 㒯 15/03/2020  
 㒰 16/03/2020  
 㒱 17/03/2020  
 㒲 18/03/2020  
 㒳 19/03/2020  
 㒴 20/03/2020  
 㒵 21/03/2020  
 㒶 22/03/2020  
 㒷 23/03/2020  
 㒸 24/03/2020  
 㒹 25/03/2020  
 㒺 26/03/2020  
 㒻 27/03/2020  
 㒼 28/03/2020  
 㒽 29/03/2020  
 㒾 30/03/2020  
 㒿 31/03/2020  
 㓀 01/04/2020  
 㓁 02/04/2020  
 㓂 03/04/2020  
 㓃 04/04/2020  
 㓄 05/04/2020  
 㓅 06/04/2020  
 㓆 07/04/2020  
 㓇 08/04/2020  
 㓈 09/04/2020  
 㓉 10/04/2020  
 㓊 11/04/2020  
 㓋 12/04/2020  
 㓌 13/04/2020  
 㓍 14/04/2020  
 㓎 15/04/2020  
 㓏 16/04/2020  
 㓐 17/04/2020  
 㓑 18/04/2020  
 㓒 19/04/2020  
 㓓 20/04/2020  
 㓔 21/04/2020  
 㓕 22/04/2020  
 㓖 23/04/2020  
 㓗 24/04/2020  
 㓘 25/04/2020  
 㓙 26/04/2020  
 㓚 27/04/2020  
 㓛 28/04/2020  
 㓜 29/04/2020  
 㓝 30/04/2020  
 㓞 01/05/2020  
 㓟 02/05/2020  
 㓠 03/05/2020  
 㓡 04/05/2020  
 㓢 05/05/2020  
 㓣 06/05/2020  
 㓤 07/05/2020  
 㓥 08/05/2020  
 㓦 09/05/2020  
 㓧 10/05/2020  
 㓨 11/05/2020  
 㓩 12/05/2020  
 㓪 13/05/2020  
 㓫 14/05/2020  
 㓬 15/05/2020  
 㓭 16/05/2020  
 㓮 17/05/2020  
 㓯 18/05/2020  
 㓰 19/05/2020  
 㓱 20/05/2020  
 㓲 21/05/2020  
 㓳 22/05/2020  
 㓴 23/05/2020  
 㓵 24/05/2020  
 㓶 25/05/2020  
 㓷 26/05/2020  
 㓸 27/05/2020  
 㓹 28/05/2020  
 㓺 29/05/2020  
 㓻 30/05/2020  
 㓼 31/05/2020  
 㓽 01/06/2020  
 㓾 02/06/2020  
 㓿 03/06/2020  
 㔀 04/06/2020  
 㔁 05/06/2020  
 㔂 06/06/2020  
 㔃 07/06/2020  
 㔄 08/06/2020  
 㔅 09/06/2020  
 㔆 10/06/2020  
 㔇 11/06/2020  
 㔈 12/06/2020  
 㔉 13/06/2020  
 㔊 14/06/2020  
 㔋 15/06/2020  
 㔌 16/06/2020  
 㔍 17/06/2020  
 㔎 18/06/2020  
 㔏 19/06/2020  
 㔐 20/06/2020  
 㔑 21/06/2020  
 㔒 22/06/2020  
 㔓 23/06/2020  
 㔔 24/06/2020  
 㔕 25/06/2020  
 㔖 26/06/2020  
 㔗 27/06/2020  
 㔘 28/06/2020  
 㔙 29/06/2020  
 㔚 30/06/2020  
 㔛 01/07/2020  
 㔜 02/07/2020  
 㔝 03/07/2020  
 㔞 04/07/2020  
 㔟 05/07/2020  
 㔠 06/07/2020  
 㔡 07/07/2020  
 㔢 08/07/2020  
 㔣 09/07/2020  
 㔤 10/07/2020  
 㔥 11/07/2020  
 㔦 12/07/2020  
 㔧 13/07/2020  
 㔨 14/07/2020  
 㔩 15/07/2020  
 㔪 16/07/2020  
 㔫 17/07/2020  
 㔬 18/07/2020  
 㔭 19/07/2020  
 㔮 20/07/2020  
 㔯 21/07/2020  
 㔰 22/07/2020  
 㔱 23/07/2020  
 㔲 24/07/2020  
 㔳 25/07/2020  
 㔴 26/07/2020  
 㔵 27/07/2020  
 㔶 28/07/2020  
 㔷 29/07/2020  
 㔸 30/07/2020  
 㔹 31/07/2020  
 㔺 01/08/2020  
 㔻 02/08/2020  
 㔼 03/08/2020  
 㔽 04/08/2020  
 㔾 05/08/2020  
 㔿 06/08/2020  
 㕀 07/08/2020  
 㕁 08/08/2020  
 㕂 09/08/2020  
 㕃 10/08/2020  
 㕄 11/08/2020  
 㕅 12/08/2020  
 㕆 13/08/2020  
 㕇 14/08/2



# Diagnóstico

Fix a element  $\alpha$

It de molca

**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

or

Paciente	Jose Viana Silva Araujo	Alojamento	Leito	1-3	Convênio	
----------	-------------------------	------------	-------	-----	----------	--

Data	Prescrição Médica		Horário		Evolução Médica
29.10.14	1) Dieta Livre comendo Aceitação				15ª DH
	2) Fece Soluções	OK			Receita nova e Rec.
	3) Dieta 1g (2x2ml) e 6/6hs				51 Interações
	4) euvomica 600mg or 3/8hs				Refuse medicação do quarto
	5) Sulfacet	OK			EC. MA. Recusar
					Deixe a medicação
					Deixa (2)
					CS. Aguardar Operação de
					Enfermagem





29-10  
09:00  
P-51080

Barbara N. Sousa  
C0REX602661

Barbara N. Sousa  
C0REX602661





# Diagnóstico

**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

It is possible to  
It is possible to

Paciente	Clor. Valmir Siqueira, 49 anos	Alojamento	Mun. de São Paulo	Leito	1-3	Convênio	
----------	--------------------------------	------------	-------------------	-------	-----	----------	--

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
30/01/18	1 - Seta para 2 - Muc. Mucosa 3 - Seta para 10 (muc. + muc. AD) Ev. Cerebra SN. 4 - Seta + C.G.		#301F-21 16.31H Paciente evolui com B.G., sem intercorrências. Apresenta M.O. de 10,00g, com a médula em 10.00g (10)
	Obs: Seta para 10 (muc. + muc. AD) Ev. Cerebra SN.		CS: Compendioso, oportuno e claro.
	José Ricardo dos Santos Souza Residente em Cirurgia Tecnologia em Cirurgia CRO/PB 26401		José Ricardo dos Santos Souza Residente em Cirurgia Tecnologia em Cirurgia CRO/PB 26401





13

[illegible]

Paciente com sintomas orientados  
relacionado com os seguintes  
no momento, que se realizou  
sem a seguir aos novos  
informações de acordo com  
informação.

20 hr

Figure 09/05/2020

parece que consigo e outros  
sem queiras no momento segue  
mmi ficar ao cubado da  
equipe e Tralala.

den Annahmen eines Graphen

*Wang*





# Diagnóstico

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

It is essential (b)  
It is possible

Paciente	Car. Marina Silva Araújo	Alojamento	Município	Leito	03	Convênio	
----------	--------------------------	------------	-----------	-------	----	----------	--

[illegible]





*Data 31/0/18* *20:15* *P.A.* *10/80*  
*Paciente admitido orientado e evolu-*  
*ção sem alterações e aguarda eu-*  
*resposta. De*





GOVERNO  
DA PARÁIBA

SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

**Diagnóstico**

Fx de ZIGOMÁTICA (S)

Fx de MAXILA

**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

Paciente	Tese Unimar Silva Anato	Alojamento		Leito	4-3	Convênio	
----------	-------------------------	------------	--	-------	-----	----------	--

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
------	-------------------	---------	-----------------

01.11.18	Dieta Livre Consome Alimentação		# BME 18.01H
----------	---------------------------------	--	--------------

	① Saco Sanguíneo	Cte	Paciente evolui com DIC.
--	------------------	-----	--------------------------

	② Diurese 1g/24h + 1g/24h		Sintomas de insuficiência renal
--	---------------------------	--	---------------------------------

	③ SSVV/acc	Cte	CF - Mq - observação
--	------------	-----	----------------------

			DEGAO - MARCHA
--	--	--	----------------

			1MBA - 04.7.2018 (S)
--	--	--	----------------------

			CD: Atendimento psicológico
--	--	--	-----------------------------

			Curiosidade
--	--	--	-------------

			Dr. Reginaldo Fernandes
--	--	--	-------------------------

			Cirurgião - Otorrinolaringologista
--	--	--	------------------------------------

			Buro - 15.000 - PR 6516
--	--	--	-------------------------

			Residente - OTO
--	--	--	-----------------

--	--	--	--



$84 \div 130 \approx 0.646$

Kamila Kelly A. Soares  
TÉC. ENFERMAGEM  
COREN-PB. 60400

07/11/16 PA: 110870  
dieta segue estêtu  
as mudanças e quic

~~Iara Batista~~

DATE	DESCRIPTION	AMOUNT	CHECK NO.
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1001
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1002
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1003
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1004
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1005
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1006
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1007
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1008
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1009
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1010
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1011
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1012
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1013
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1014
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1015
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1016
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1017
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1018
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1019
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1020
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1021
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1022
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1023
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1024
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1025
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1026
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1027
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1028
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1029
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1030
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1031
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1032
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1033
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1034
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1035
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1036
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1037
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1038
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1039
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1040
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1041
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1042
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1043
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1044
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1045
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1046
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1047
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1048
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1049
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1050
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1051
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1052
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1053
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1054
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1055
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1056
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1057
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1058
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1059
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1060
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1061
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1062
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1063
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1064
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1065
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1066
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1067
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1068
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1069
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1070
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1071
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1072
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1073
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1074
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1075
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1076
01-11-18	PAYROLL	2500.00	1077
01-11-18	PAYROLL	2500.00	





**HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES**

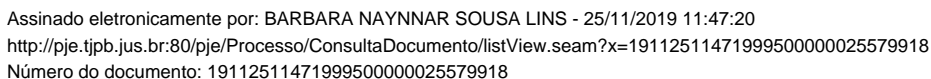
Nome do Paciente		Nº Prontuário	
JOSE VALMIR SILVA ARAUJO		1753523	
Data da Operação	02.11.2016	Enf.	Leito
Operador	DR. JOSUEC JR.	1º Auxiliar	DR. REGINALDO
2º Auxiliar		3º Auxiliar	
Anestesia		Instrumentador	
Diagnóstico Pré-Operatório		Tipo de Anestesia LOCAL	
Fratura de maxila / contato dentário prematuro			
Tipo de Operação			
Exodontia do elemento 15			
Diagnóstico Pós-Operatório			
O mesmo			
Relatório Imediato da Patologia			
NON			
Exame Radiológico no Ato			
NON			
Acidente Durante a Operação			
NON			

## DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

[illegible]

Mod. 018

## RELATÓRIO DE OPERAÇÃO





# Diagnostico

**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

Paciente	Jose Maria Silva Araujo	Alojamento		Leito	1-3	Convênio	
----------	-------------------------	------------	--	-------	-----	----------	--

$\text{F}^+ \quad \text{AC} \quad \text{ZCen} + \text{H}^+ \text{ce}$   
 $\text{F}^+ \quad \text{AC} \quad \text{MPT} + \text{H}^+ \text{ce}$

[illegible]



RESUMO DE ALTA  
(REFERÊNCIA OU CONTRA REFERÊNCIA)

NOME: JOSE VALMIR SILVA ALVES DN: 09.05.1975 PRONT. Nº: 1753523  
URILIDADE: PROCEDÊNCIA: ☒  
ISSÃO: 14.10.2017 ALTA: 02.11.2018

Objetivo da hospitalização (dados positivos da anamnese / exame físico)

Paciente vítima de acidente de trânsito resultando em fratura (com fratura óssea)

Resultado dos principais exames

Fratura de maxila,

Resolução e complicações

Fratura óssea consolidada. Paciente se queixa de contato dentário prematuro

Terapêutica realizada

Exodontia de elemento 15

Diagnóstico (hipotético ou definitivo)

O mesmo

Orientações médicas para pacientes / egresso

- ① DIETA LÍQUIDA/PASTOSA POR 30 DIAS
- ② Orientações
- ③ ENCAMIAMENTO AO ODONTISTA

Indicações de alta

☐ Curado

☐ A pedido

☐ Óbito

☒ Melhorado

☐ Inalterado

Transferido para:

Dr. Reginaldo Fernandes  
Cirurgia e Traumatologia  
Bucal-Maxilo-Facial  
Residente - CRO-PB 6816

02.11.2018







GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

REQUISIÇÃO DE EXAMES

NOME:	Jose Velmir Silva										PRONTUÁRIO:	843
IDADE:	SEXO		COR:			PESO:	ALTURA:	CLÍNICA:	ENF:	LEITO:		
	M	<input checked="" type="checkbox"/> F	B	P	A							

DADOS CLÍNICOS:

Trauma total

MATERIAL A EXAMINAR:

EXAMES SOLICITADOS:

Rx Vóter  
Rx Húter  
Rx O PN

RGÊNCIA:	<input type="checkbox"/>	ROTINA:	<input type="checkbox"/>
DATA:	14/10/18	HORA DA SOLICITAÇÃO:	

Carimbo e Assinatura do Médico

Dr. Thiago Lima Maia  
Cirurgião Traumatologista  
CRM 1218











SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

## REQUISIÇÃO DE EXAMES

NOME:	José Valmir Silva Araújo										PRONTUÁRIO:
IDADE:	SEXO	COR:		PESO:	ALTURA:	CLÍNICA:	ENF.:	LEITO:			
	M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>					1	3			

DADOS CLÍNICOS:	NGRO 23 ANOS
trauma em face	

MATERIAL A EXAMINAR:

EXAMES SOLICITADOS:
ECG

URGÊNCIA: <input type="checkbox"/>	ROTINA: <input type="checkbox"/>	 Carimbo e Assinatura do Médico
DATA: 22/10/18	HORA DA SOLICITAÇÃO:	





52







GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

## REQUISIÇÃO DE EXAMES

NOME:	Jose Valmir Silva Araújo										PRONTUÁRIO:			
IDADE:	23		SEXO:	M <input checked="" type="checkbox"/>	F <input type="checkbox"/>	COR:	B <input type="checkbox"/>	P <input type="checkbox"/>	A <input type="checkbox"/>	PESO:	ALTURA:	CLÍNICA:	ENF.:	LEITO:

### DADOS CLÍNICOS:

Poli-trauma

### MATERIAL A EXAMINAR:

### EXAMES SOLICITADOS:

USG FAST

ULTRASSONOGRAFIA  
Realizada em: 19/10/18

RGÊNCIA: ☒

ROTINA: ☐

ATA: 14/10/18

HORA DA SOLICITAÇÃO:

Carimbo e Assinatura do Médico

Barbara Fernandes Felinto  
MÉDICA  
CRM-PB 8622









PACIENTE:	Jose Valmir Silva Araujo
DATA DO EXAME:	14/10/2018 às 08:34 horas
SOLITANTE:	Dr(a) -

### ULTRASSONOGRRAFIA DE ABDOME TOTAL – “FAST”

#### METODOLOGIA:

Exame realizado em modo bidimensional com equipamento dinâmico na frequência de 4,0 MHz.

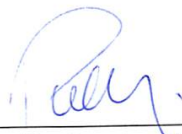
#### ANÁLISE:

Não identificamos sinais de líquido livre intra-abdominal ou derrame pleural no presente estudo.

Não foram evidenciadas lesões viscerais relacionadas ao trauma.

*Observação: Ressaltamos a baixa sensibilidade da ultrassonografia na detecção de lesões em órgãos sólidos e vísceras ocas, assim como de hemoretroperitônio, não havendo critérios ecográficos seguros para indicação de alta hospitalar baseando-se apenas no resultado negativo da ultrassonografia.*

*Observação: Salientamos ainda que o método considerado padrão-ouro para avaliação de pacientes vítimas de trauma abdominal fechado, estáveis hemodinamicamente, é a tomografia computadorizada de abdômen com contraste, ficando a necessidade de sua solicitação a cargo do médico assistente.*



Dr. Raiff Ramalho Cavalcanti  
Médico Radiologista  
CRM-PB: 6320





Sr(a): JOSE VALMIR SILVA ARAUJO      Protocolo: 0000433169      RG: NÃO INFORMADO  
Dr(a): REGINALDO FERNANDES      Data: 27-10-2018 12:35      Origem: CLINICA NEURO-BUCO  
Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES      Idade: 23 anos      Destino: ENF 01 - L 03

**HEMOGRAMA**

[DATA DA COLETA: 27/10/2018 12:33 ]

**Resultados**

**Valores de Referências**

**SÉRIE VERMELHA**

Eritrócitos.....	5.7 milhões/mm <sup>3</sup>	4,2 à 6,0 milhões/mm <sup>3</sup>
Hemoglobina.....	16,4 g/dL	13,5 à 16,0 g/dL
Hematócrito.....	49,9 %	40,0 à 52,5 %
V.C.M.....	88 fL	82,0 à 92,0 fL
H.C.M.....	29 pg	27,0 à 31,0 pg
C.H.C.M.....	33 g/dL	32,9 à 36,0 g/dL

**SÉRIE BRANCA**

Leucócitos.....	11.800 /mm <sup>3</sup>	5.000 à 10.000 /mm <sup>3</sup>
	(%)	(/mm <sup>3</sup> )
Neutrofilos		
Promielócitos.....	0	0
Mielócitos.....	0	0
Metamielócitos.....	0	0
Bastonetes.....	4,0	472
Segmentados.....	69,0	8.142
Eosinófilos.....	1,0	118
Basófilos.....	0	0
Linfocitos		
Típicos.....	23,0	2.714
Atípicos.....	0	0
Monocitos.....	3,0	354
CONTAGEM DE PLAQUETAS.....	303.000 mm <sup>3</sup>	140.000 a 400.000 mm <sup>3</sup>

OBSERVAÇÕES..... Contagens repetidas e confirmadas.

*Geider Farias Cavalcanti*  
Geider Farias Cavalcanti  
Biomédico  
CRBM - 7494

Emissão : 27/10/2018 13:33 - Página 1 de 1

Este laudo foi assinado digitalmente sob o número: 788A-9FA2-3FAE-B934-5B4D-7171-6B0D-1A9F





Sr(a): JOSE VALMIR SILVA DE ARAUJO Protocolo: 0000430911 RG: NÃO INFORMADO  
Dr(a): CLAUDETE F. R. VIEIRA Data: 16-10-2018 09:01 Origem: AREA VERMELHA  
Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES Idade: 23 anos Destino: Leito - 17

HEMOGRAMA

[DATA DA COLETA: 16/10/2018 09:00 ]

Resultados

Valores de Referências

SÉRIE VERMELHA

Eritrócitos.....	4.7 milhões/mm <sup>3</sup>	4,2 à 6,0 milhões/mm <sup>3</sup>
Hemoglobina.....	13,9 g/dL	13,5 à 16,0 g/dL
Hematócrito.....	41,7 %	40,0 à 52,5 %
V.C.M.....	89 fL	82,0 à 92,0 fL
H.C.M.....	30 pg	27,0 à 31,0 pg
C.H.C.M.....	33 g/dL	32,9 à 36,0 g/dL

SÉRIE BRANCA

Leucócitos.....	11.500 /mm <sup>3</sup>	5.000 à 10.000 /mm <sup>3</sup>
	(%)	(/mm <sup>3</sup> )
Neutrofilos		
Promielócitos.....	0	0
Mielócitos.....	0	0
Metamielócitos.....	0	0
Bastonetes.....	4,0	460
Segmentados.....	84,0	9.660
Eosinófilos.....	0	0
Basófilos.....	0	0
Linfocitos		
Típicos.....	10,0	1.150
Atípicos.....	0	0
Monocitos.....	2,0	230
CONTAGEM DE PLAQUETAS.....	175.000 mm <sup>3</sup>	140.000 a 400.000 mm <sup>3</sup>

OBSERVAÇÕES..... Contagens repetidas e confirmadas.

Geraldo Ramalho da Fonseca Neto  
Biomédico  
CRBM - 5010

Emissão : 16/10/2018 08:41 - Página 2 de 3

Este laudo foi assinado digitalmente sob o número: 827A-F312-49C5-B9FC-7B69-396B-C6BE-5887







ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS  
GONZAGA FERNANDES  
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS  
Sistema  
Único  
de  
Saúde

Sr(a):	JOSE VALMIR SILVA DE ARAUJO	Protocolo:	0000430911	RG:	NÃO INFORMADO
Dr(a):	CLAUDETE F. R. VIEIRA	Data:	16-10-2018 09:01	Origem:	AREA VERMELHA
Convênio:	HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES	Idade:	23 anos	Destino:	Leito - 17

**URÉIA**

[DATA DA COLETA: 16/10/2018 09:01 ]

Resultado..... 53 mg/dl

De 15 A 41 mg/dL

Resultados anteriores: 15/10/18: 39 |

Material: Soro

Método: Sistema Automatizado SELECTRA

Observação:

**CREATININA**

[DATA DA COLETA: 16/10/2018 09:01 ]

Resultado..... 0,7 mg/dl

Recem-nato: 0,3 a 1,0 mg/dl  
Crianças...: 0,3 a 1,0 mg/dl  
Adultos...: 0,4 a 1,3 mg/dl  
EXAMES RELACIONADOS: Ureia, Depuracao da Creatinina

e Sumario de


urina.

NOTA: O uso de medicamentos contendo dipirona e vitamina C podem alterar o resultado deste exame.

Resultados anteriores: 15/10/18: 0,6 |

Material: Soro

Método: Automatizado CM 200 WIENER

  
Geraldo Ramalho da Fonseca Neto  
Biomédico  
CRBM - 5010

Emissão : 16/10/2018 08:41 - Página 1 de 3

Este laudo foi assinado digitalmente sob o número: 2213-0893-E73C-4A97-C2F0-5CD1-B3F6-6990







ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS  
GONZAGA FERNANDES  
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS  
Sistema  
Único  
de  
Saúde

Sr(a): JOSE VALMIR SILVA DE ARAUJO

Protocolo: 0000430911

RG: NÃO INFORMADO

Dr(a): CLAUDETE F. R. VIEIRA

Data: 16-10-2018 09:01

Origem: AREA VERMELHA

Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES

Idade: 23 anos

Destino: Leito - 17

POTASSIO ..... 4.4 mmol/l

Resultados anteriores: 15/10/18: 4.3 |

[DATA DA COLETA: 16/10/2018 09:01 ]

Material: Soro

Método: Eletrodo Seletivo W300 MAXIONS

Valores de Referência:

Adulto.....: 3.5 a 5.5 mmol/l

Criança.....: 3.4 a 5.0 mmol/l

Valor crítico (adulto).....: menor que 2.5 e/ou

maior que 6.5 mmol/l

Valor crítico (recem-nascido): menor que 2.5 mmol/l

maior que 8.0 mmol/l

SÓDIO ..... 146 mmol/l

Resultados anteriores: 15/10/18: 146 |

[DATA DA COLETA: 16/10/2018 09:01 ]

Material: Soro

Método: Eletrodo Seletivo W300 MAX IONS

Valores de Referência:

Adulto.....: 132 a 148 mmol/l

Crianças.....: 134 a 148 mmol/l

Valor Crítico: menor que 120 e/ou maior que 160 mmol/l

Geraldo Ramalho da Fonseca Neto  
Biomédico  
CRBM - 5010

Emissão : 16/10/2018 08:41 - Página 3 de 3

Este laudo foi assinado digitalmente sob o número: CC75-5B7D-72E8-9F86-CCE2-31F2-7299-F1F1







ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS  
GONZAGA FERNANDES  
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS  
Sistema  
Único  
de  
Saúde

Sr(a): JOSE VALMIR SILVA DE ARAUJO      Protocolo: 0000430691      RG: NÃO INFORMADO  
Dr(a): ROSIVANIA S. MOTA      Data: 15-10-2018 08:50      Origem: AREA VERMELHA  
Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES      Idade: 23 anos      Destino: Leito - 17

POTASSIO..... 4.3 mmol/l

[DATA DA COLETA: 15/10/2018 08:50 ]

Material: Soro

Método: Eletrodo Seletivo W300 MAXIONS

Valores de Referência:

Adulto.....: 3.5 a 5.5 mmol/l

Criança.....: 3.4 a 5.0 mmol/l

Valor critico (adulto).....: menor que 2.5 e/ou

maior que 6.5 mmol/l

Valor critico (recem-nascido): menor que 2.5 mmol/l

maior que 8.0 mmol/l

SÓDIO..... 146 mmol/l

[DATA DA COLETA: 15/10/2018 08:50 ]

Material: Soro

Método: Eletrodo Seletivo W300 MAX IONS

Valores de Referência:

Adulto.....: 132 a 148 mmol/l

Crianças.....: 134 a 148 mmol/l

Valor Critico: menor que 120 e/ou maior que 160 mmol/l

Lille Marcianne L. M. Martins  
CRF-PB 1463

Emissão : 15/10/2018 14:39 - Página 1 de 1

Este laudo foi assinado digitalmente sob o número: 0F9C-0774-C0A2-42D3-B8FC-7730-6297-9C95





Sr(a): JOSE VALMIR SILVA DE ARAUJO      Protocolo: 0000430691      RG: NÃO INFORMADO  
Dr(a): ROSIVANIA S. MOTA      Data: 15-10-2018 08:50      Origem: AREA VERMELHA  
Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES      Idade: 23 anos      Destino: Leito - 17

**HEMOGRAMA**

[DATA DA COLETA: 15/10/2018 08:49 ]

**Resultados**

Valores de Referências

**SÉRIE VERMELHA**

Eritrócitos.....	4.96 milhões/mm <sup>3</sup>	4,2 à 6,0 milhões/mm <sup>3</sup>
Hemoglobina.....	13,8 g/dL	13,5 à 16,0 g/dL
Hematócrito.....	42,0 %	40,0 à 52,5 %
V.C.M.....	85 fL	82,0 à 92,0 fL
H.C.M.....	28 pg	27,0 à 31,0 pg
C.H.C.M.....	33 g/dL	32,9 à 36,0 g/dL

**SÉRIE BRANCA**

Leucócitos.....	13.600 /mm <sup>3</sup>	5.000 à 10.000 /mm <sup>3</sup>
	(%)	(/mm <sup>3</sup> )
Neutrófilos		
Promielócitos.....	0	0
Mielócitos.....	0	0
Metamielócitos.....	0	0
Bastonetes.....	5,0	680
Segmentados.....	80,0	10.880
Eosinófilos.....	1,0	136
Basófilos.....	0	0
Linfócitos		
Típicos.....	11,0	1.496
Atípicos.....	0	0
Monócitos.....	3,0	408
CONTAGEM DE PLAQUETAS.....	173.000 mm <sup>3</sup>	140.000 a 400.000 mm <sup>3</sup>

OBSERVAÇÕES..... Contagens repetidas e confirmadas.

*Carlos Felipe Souza de Miranda Botelho*

Carlos Felipe Souza de Miranda Botelho  
Biomédico  
CRM 5499

Emissão : 15/10/2018 09:36 - Página 2 de 3

Este laudo foi assinado digitalmente sob o número: A71F-917A-99EF-FF7F-E37D-2704-3EC7-3CEB







ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS  
GONZAGA FERNANDES  
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS  
Sistema  
Único  
de  
Saúde

Sr(a): JOSE VALMIR SILVA DE ARAUJO      Protocolo: 0000430691      RG: NÃO INFORMADO  
Dr(a): ROSIVANIA S. MOTA      Data: 15-10-2018 08:50      Origem: AREA VERMELHA  
Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES      Idade: 23 anos      Destino: Leito - 17

**URÉIA**

[DATA DA COLETA: 15/10/2018 08:50 ]

Resultado..... 39 mg/dl

De 15 A 41 mg/dL

Resultados anteriores:

Material: Soro

Método: Sistema Automatizado SELECTRA

Observação:

**CREATININA**

[DATA DA COLETA: 15/10/2018 08:50 ]

Resultado..... 0,6 mg/dl

Recem-nato: 0,3 a 1,0 mg/dl  
Crianças...: 0,3 a 1,0 mg/dl  
Adultos...: 0,4 a 1,3 mg/dl  
EXAMES RELACIONADOS: Ureia, Depuracao da Creatinina

e Sumario de

urina.

NOTA: O uso de medicamentos contendo dipirona e vitamina C podem alterar o resultado deste exame.

Resultados anteriores:

Material: Soro

Método: Automatizado CM 200 WIENER

Carlos Felipe Souza de Miranda Beltrão  
Biomédico  
CRBM 5409

Impressão : 15/10/2018 09:36 - Página 1 de 3

Este laudo foi assinado digitalmente sob o número: D006-3629-FE94-B8EE-9AB3-2144-BC4B-8FC2





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
 HQ AL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DE CAMPINA GRANDE  
 DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES  
 FOLHA DE CONTROLE E BALANÇO HÍDRICO

NOME: **João Volmân**

HD:

SETOR:

LEITO:

DATA:

**14/10/8**

HORÁRIO	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	12H	18	19	20	21	22	23	24	1	2	3	4	5	12H
P. ARTERIAL										100/40			80x80			80					144/55					130x80
PULSO/FC										14			148			16					72					129
TEMPERATURA																										
RESPIRAÇÃO																										
SAT. O2																										
PVC																										
PIA																										
HGT										130			124								138					130
SF 0,9%																										
SRL																										
SG 5%																										
SORO EXTRA																										
SEDAÇÃO																										
ANALGESIA																										
MEDICAÇÕES																										
NORA																										
DORA																										
HEMODERIVADOS																										
NPT																										
DIETA																										
ÁGUA																										
MEDICAÇÕES																										
SNG/VÔMITOS																										
FESES																										
DIURESE																										
HEMODIALISE																										
DRENO TÓRAX D																										
DRENO TÓRAX E																										
DRENO SUÇÃO																										
D. CAVITÁRIO																										
DVE																										
GANHOS 12H DIA=																										
PERDAS 12H DIA=																										
BH DIA=																										
PERDA 24H + 1000ML =																										
GANHOS 12H NOITE =																										
PERDAS 12H NOITE =																										
BH 24H =																										

Emmanuelle Silva de Lima  
 TEG DE EMERGÊNCIA  
 COREN-PB 959.114

Emmanuelle Silva de Lima  
 TEG DE EMERGÊNCIA  
 COREN-PB 959.114

Emmanuelle Silva de Lima  
 TEG DE EMERGÊNCIA  
 COREN-PB 959.114

Emmanuelle Silva de Lima  
 TEG DE EMERGÊNCIA  
 COREN-PB 959.114

ASSINATURA: **João Volmân**  
 COREN-PB 522485-ENF

ASSINATURA: **Emmanuelle Silva de Lima**  
 COREN-PB 959.114-ENF







SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
AL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DE CAMPIN  
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES  
FOLHA DE CONTROLE E BALANÇO HÍDRICO

NOME: João Jafraim S. Damasc

HD: fce

SETOR: a.v.

LEITO: 17

DATA: 15/10/18

HORÁRIO	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	1	2	3	4	5	12H
P. ARTERIAL		118/77				125/80			151/63					119/75				123/70					120/70	
PULSO/FC		75				71			70					64				52					53	
TEMPERATURA																								
RESPIRAÇÃO																								
SAT. O2		96							96														18	
PVC																								
PIA																								
HGT						136					138							152					130	
SF 0,9%	I	N	F	U	S	O	E	S		V	E	N	O	S	A	S								
SRL																								
SG 5%																								
SORO EXTRA																								
SEDAÇÃO																								
ANALGESIA																								
MEDICAÇÕES																								
NORA																								
DORA																								
HEMODERIVADOS																								
NPT																								
DIETA	I	N	F	U	S	O	E	S		V	E	N	O	S	A	S								
ÁGUA																								
MEDICAÇÕES																								
SNG/VÔMITOS	D	R	E	N	A	G	E	N	S															
FESES																								
DIURESE																								
HEMODIALISE																								
DRENO TÓRAX D																								
DRENO TÓRAX E																								
DRENO SUCÇÃO																								
D. CAVITARIO																								
DVE																								
GANHOS 12H DIA=																								
PERDAS 12H DIA=																								
BH DIA=																								
GANHOS 12H NOITE =																								
PERDAS 12H NOITE =																								
BH NOITE =																								
GANHOS 24H DIA=																								
PERDA 24H + 1000ML =																								
BH 24H =																								
ASSINATURA:																								
ASSINATURA:																								







# FOLHA DE CONTROLE E BALANÇO HÍDRICO

NOME: Jose Valmir de Araujo HD: matheus SETOR: pedra LEITO: 37 DATA: 16/10/15

ORARIO	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	1	2	3	4	5	12H
P. ARTERIAL																								
PULSO/FC		135	135				135	135																
TEMPERATURA		36,5	36,5				36,5	36,5																
RESPIRAÇÃO		22	22				22	22																
SAT. O2		99	99				99	99																
PVC																								
PIA																								
HGT		100	100				100	100																
SF 0,9%																								
SRL																								
SORO EXTRA																								
SEDAÇÃO																								
ANALGESIA																								
MEDICAÇÕES																								
NORA																								
DORA																								
HEMODERIVADOS																								
NPT																								
DIETA																								
ÁGUA																								
MEDICAÇÕES																								
SINGNÔMITOS																								
FESES																								
DIURESE																								
HEMODIALISE																								
DRENO TÓRAX D																								
DRENO TÓRAX E																								
DRENO SUÇÃO																								
D. CAVITARIO																								
DVE																								
GANHOS 12H DIA=																								
PERDAS 12H DIA=																								
BH DIA=																								
PERDAS 12H NOITE=																								
GANHOS 12H NOITE=																								
BH 24H=																								

ASSINATURA:

ASSINATURA:









**EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM**
**1. IDENTIFICAÇÃO**

Nome: José Valmir Silva Araújo Registro: \_\_\_\_\_ Leito: 1-3 Setor Atual: Neuro
**2. AVALIAÇÃO GERAL**

Sinais vitais: Tax: \_\_\_\_\_ °C; P: \_\_\_\_\_ bpm; FR: \_\_\_\_\_ irpm; PA: \_\_\_\_\_ mmHg; FC: \_\_\_\_\_ bpm; SPO2: \_\_\_\_\_ %

HGT: \_\_\_\_\_ mg/dl; Peso: \_\_\_\_\_ Kg; Altura: \_\_\_\_\_ cm Dor: ( ) Local: \_\_\_\_\_ Obs.: \_\_\_\_\_

**EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:**
**3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS**
**REGULAÇÃO NEUROLÓGICA**

Nível de consciência: ( ☒ ) Consciente ( ☒ ) Orientado ( ) Confuso ( ) Letárgico ( ) Torporoso ( ) Comatoso ( ) Outro

GLASGOW(3-15): \_\_\_\_\_ Drogas (Sedação/Analgesia): \_\_\_\_\_

Pupilas: ( ☒ ) Isocóricas ( ) Anisocóricas ( ) D>E ( ) E>D ( ) Fotorreagentes ( ) Mióticas ( ) Midriáticas

Mobilidade Física: ( ) Preservada ( ) Paresia ( ) Plegia ( ) Parestesia Local: \_\_\_\_\_

Linguagem: ( ) Qual? ( ) Disfonia ( ) Afasia ( ) Disfasia ( ) Disartria.

Obs: \_\_\_\_\_

**OXIGENAÇÃO**

Respiração: ( ☒ ) Espontânea ( ) Cateter Nasal ( ) Venturi \_\_\_\_\_ % l/min ( ) Traqueostomia ( ) Ayre/Tubo T

( ) VMNI ( ) VMI TOT nº \_\_\_\_\_ Comissura labial nº \_\_\_\_\_ FiO2 \_\_\_\_\_ % PEEP \_\_\_\_\_ cmH2O

( ☒ ) Eupnéia; ( ) Taquipnéia ( ) Bradipnéia ( ) Dispneia ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: ( ) Diminuídos ( ) D ( ) E

Ruídos adventícios: ( ) Roncos ( ) Sibilos ( ) Estridor ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Tosse: ( ☒ ) Improdutiva ( ) Produtiva Expectoração: ( ) Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_

Aspiração: Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_ Dreno de tórax: ( ) D ( ) E ( ) Selo d'água: \_\_\_\_\_

Data da inserção do dreno \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Aspecto da drenagem torácica: \_\_\_\_\_

Gasometria arterial: PH \_\_\_\_\_ PCO2 \_\_\_\_\_ PO2 \_\_\_\_\_ HCO3 \_\_\_\_\_ EB \_\_\_\_\_ SpO2 \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_\_

**PERCEPÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS SENTIDOS**

Alteração: ( ) Visão ( ) Audição ( ) Tato ( ) Olfato ( ) Paladar Observação: \_\_\_\_\_

**SEGURANÇA FÍSICA**

( ☒ ) Tranquilo ( ) Agitado ( ) Agressivo. ( ) Risco de queda. Observação: \_\_\_\_\_

**REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR**

Pulso: ( ☒ ) Regular ( ) Irregular ( ) Impalpável ( ) Filiforme ( ) Cheio.




**FONTE:** BORDINHÃO, R.C; Coleta de dados por meio de grupo focal. Porto Alegre (2009).





EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: JOSE WALMIR SILVA Registro: \_\_\_\_\_ Leito: 1-3 Setor Atual: NEURO

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: \_\_\_\_\_ °C; P: \_\_\_\_\_ bpm; FR: \_\_\_\_\_ irpm; PA: \_\_\_\_\_ mmHg; FC: \_\_\_\_\_ bpm; SPO2: \_\_\_\_\_ %  
HGT: \_\_\_\_\_ mg/dl; Peso: \_\_\_\_\_ Kg; Altura: \_\_\_\_\_ cm Dor: ( ) Local: \_\_\_\_\_ Obs.: \_\_\_\_\_

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: ☒ Consciente ( ) Orientado ( ) Confuso ( ) Letárgico ( ) Torporoso ( ) Comatoso ( ) Outro

GLASGOW(3-15): \_\_\_\_\_ Drogas (Sedação/Analgesia): \_\_\_\_\_

Pupilas: ☒ Isocóricas ( ) Anisocóricas ( ) D>E ( ) E>D ( ) Fotorreagentes ( ) Mióticas ( ) Midriáticas

Mobilidade Física: ( ) Preservada ( ) Paresia ( ) Plegia ( ) Parestesia Local: \_\_\_\_\_

Linguagem: ( ) Qual? ( ) Disfonia ( ) Afasia ( ) Disfasia ( ) Disartria.

Obs: \_\_\_\_\_

OXIGENAÇÃO

Respiração: ( ) Espontânea ( ) Cateter Nasal ( ) Venturi \_\_\_\_\_ % l/min ( ) Traqueostomia ( ) Ayre/Tubo T

( ) VMNI ( ) VMI TOT nº \_\_\_\_\_ Comissura labial nº \_\_\_\_\_ FiO2 \_\_\_\_\_ % PEEP \_\_\_\_\_ cmH2O

( ) Eupnéia; ( ) Taquipnéia ( ) Bradipnéia ( ) Dispneia ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: ( ) Diminuídos ( ) D ( ) E

Ruídos adventícios: ( ) Roncos ( ) Sibilos ( ) Estridor ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Tosse: ( ) Improdutiva ( ) Produtiva Expectoração: ( ) Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_

Aspiração: Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_ Dreno de tórax: ( ) D ( ) E ( ) Selo d'água: \_\_\_\_\_

Data da inserção do dreno \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Aspecto da drenagem torácica: \_\_\_\_\_

Gasometria arterial: PH \_\_\_\_\_ PCO2 \_\_\_\_\_ PO2 \_\_\_\_\_ HCO3 \_\_\_\_\_ EB \_\_\_\_\_ SpO2 \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_\_

PERCEPÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: ( ) Visão ( ) Audição ( ) Tato ( ) Olfato ( ) Paladar Observação: \_\_\_\_\_

SEGURANÇA FÍSICA

☒ Tranquilo ( ) Agitado ( ) Agressivo. ( ) Risco de queda. Observação: \_\_\_\_\_

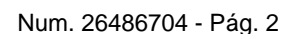
REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: ☒ Regular ( ) Irregular ( ) Impalpável ( ) Filiforme ( ) Cheio.





**FONTE:** BORDINHÃO, R.C; Coleta de dados por meio de grupo focal. Porto Alegre (2009).





EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Jon Salmi Registro: Leito: 1-3 Setor Atual: Nc

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: °C; P: bpm; FR: irpm; PA: mmHg; FC: bpm; SPO2: %  
HGT: mg/dl; Peso: Kg; Altura: cm Dor: ( ) Local: Obs.:

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: ☒ Consciente ☒ Orientado ( ) Confuso ( ) Letárgico ( ) Torporoso ( ) Comatoso ( ) Outro

GLASGOW(3-15): Drogas (Sedação/Analgesia):

Pupilas: ☒ Isocóricas ( ) Anisocóricas ( ) D>E ( ) E>D ( ) Fotorreagentes ( ) Mióticas ( ) Midríaticas

Mobilidade Física: ☒ Preservada ( ) Paresia ( ) Plegia ( ) Parestesia Local:

Linguagem: ( ) Qual? ( ) Disfonia ( ) Afasia ( ) Disfasia ( ) Disartria.

Obs:

OXIGENAÇÃO

Respiração: ☒ Espontânea ( ) Cateter Nasal ( ) Venturi % l/min ( ) Traqueostomia ( ) Ayre/Tubo T

( ) VMNI ( ) VMI TOT nº Comissura labial nº FIO2 % PEEP cmH2O

☒ Eupnéia; ( ) Taquipnéia ( ) Bradipnéia ( ) Dispneia ( ) Outros:

Ausculat pulmonar: Murmúrio vesicular presente: ( ) Diminuídos ( ) D ( ) E

Ruídos adventícios: ( ) Roncos ( ) Sibilos ( ) Estridor ( ) Outros:

Tosse: ( ) Improdutiva ( ) Produtiva Expectoração: ( ) Quantidade e aspecto:

Aspiração: Quantidade e aspecto: Dreno de tórax: ( ) D ( ) E ( ) Selo d'água:

Data da inserção do dreno / / Aspecto da drenagem torácica:

Gasometria arterial: PH PCO2 PO2 HCO3 EB SpO2 Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Hora:

PERCEÇÃO DOS ORGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: ( ) Visão ( ) Audição ( ) Tato ( ) Olfato ( ) Paladar Observação:

SEGURANÇA FÍSICA


☒ Tranquilo ( ) Agitado ( ) Agressivo. ( ) Risco de queda. Observação:

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: ☒ Regular ( ) Irregular ( ) Impalpável ( ) Filiforme ( ) Cheio.





Pele: <input checked="" type="checkbox"/> Corada ( ) Hipocorada ( ) Cianose ( ) Sudorese ( ) Fria ( ) Aquecida.	
Tempo de enchimento capilar: ( ) $\leq 3$ segundos; ( ) $>3$ segundos. ( ) Turgência jugular: ( )	
Drogas vasoativas: ( ) Quais? Precordialgia ( )	
Ausculta cardíaca: <input checked="" type="checkbox"/> Rítmica ( ) Arritmica ( ) Sopros ( ) Outros. Marcapasso: ( ) Transitório ( ) Definitivo	
Cateter vascular: <input checked="" type="checkbox"/> Periférico ( ) Central ( ) Dissecção. Localização: <u>MS</u> Data da punção <u>28/10/18</u>	
Edema: ( ) MMSS ( ) MMII ( ) Face ( ) Anasarca. Observações:	
<b>ALIMENTAÇÃO E ELIMINAÇÕES (INTESTINAL E URINÁRIA)</b>	
Tipo somático: <input checked="" type="checkbox"/> Nutrido ( ) Emagrecido ( ) Caquético ( ) Obeso.	
Dentição: ( ) Completa ( ) Incompleta ( ) Prótese.	
Alimentação: <input checked="" type="checkbox"/> IVO ( ) SNG ( ) SNE ( ) Gastronomia ( ) Jejunostomia ( ) NPT; Hora: Data: ___/___/___	
Alterações: ( ) Inapetência ( ) Disfagia ( ) Intolerância alimentar ( ) Vômito ( ) Pirose ( ) Outros:	
Abdômen: <input checked="" type="checkbox"/> Normotenso ( ) Distendido ( ) Tenso ( ) Ascítico ( ) Outros:	
RHA: <input checked="" type="checkbox"/> Normoativos ( ) Ausentes ( ) Diminuídos ( ) Aumentados	
Eliminação intestinal: <input checked="" type="checkbox"/> Normal ( ) Líquida ( ) Constipado há dias ( ) Outros:	
Eliminação urinária: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea ( ) Retenção ( ) Incontinência ( ) Hematúria ( ) SVD: Débito ml/h;	
Aspecto: ( ) Outros: Observações:	
<b>INTEGRIDADE FÍSICA E CUTÂNEO-MUCOSA</b>	
Condição da pele: <input checked="" type="checkbox"/> Inteira ( ) Ressecada ( ) Equimoses ( ) Hematomas ( ) Escoriações ( ) Outro:	
Coloração da pele: <input checked="" type="checkbox"/> Normocorada ( ) Hipocorada ( ) Ictérica ( ) Cianótica Turgor da pele: ( ) Preservado	
Condições das mucosas: <input checked="" type="checkbox"/> Úmidas ( ) Secas Manifestações de sede: ( )	
Incisão cirúrgica: ( ) Local/Aspecto: Curativo em: ___/___/___	
Dreno: ( ) Tipo/Aspecto: Débito: Retirado em: ___/___/___	
Úlcera de pressão: ( ) Estágio: Local: Descrição: Curativo: ___/___/___	
<b>CUIDADO CORPORAL</b>	
Cuidado corporal: <input checked="" type="checkbox"/> Independente ( ) Dependente ( ) Parcialmente dependente. Observações:	
Higiene corporal: <input checked="" type="checkbox"/> Satisfatória ( ) Insatisfatória Higiene Corporal: ( ) Satisfatória ( ) Insatisfatória.	
Limitação física: ( ) Acamado ( ) Cadeira de rodas ( ) Outro:	
<b>SONO E REPOUSO</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> Preservado ( ) Insônia ( ) Dorme durante o dia ( ) Sono Interrompido. Observações:	
<b>4 - AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOSSOCIAIS</b>	
<b>COMUNICAÇÃO, GREGÁRIA E SEGURANÇA EMOCIONAL</b>	
Comunicação: <input checked="" type="checkbox"/> Preservada ( ) Prejudicada Sentimentos e comportamentos: ( ) Cooperativo ( ) Medo:	
( ) Ansiedade ( ) Ausência de familiares/visita ( ) Outros:	
<b>5 - NECESSIDADES PSICOESPIRITUAIS</b>	
<b>RELIGIÃO / RELIGIOSIDADE E/OU ESPIRITUALIDADE</b>	
Tipo: <input checked="" type="checkbox"/> Praticante ( ) Não praticante. Observações:	
<b>INTERCORRÊNCIAS</b>	
<u>Paciente de quimio no momento, segue em observação.</u>	
Carimbo e Assinatura do Enfermeiro:  DATA: <u>30/10/18</u> HORA: <u>14:20</u> h	

FONTE: BORDINHÃO, R.C; Coleta de dados por meio de grupo focal. Porto Alegre (2009).





EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: José Valmir Silva Registro: \_\_\_\_\_ Leito: 1-3 Setor Atual: neuro

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: \_\_\_\_\_ °C; P: \_\_\_\_\_ bpm; FR: \_\_\_\_\_ irpm; PA: \_\_\_\_\_ mmHg; FC: \_\_\_\_\_ bpm; SPO2: \_\_\_\_\_ %  
HGT: \_\_\_\_\_ mg/dl; Peso: \_\_\_\_\_ Kg; Altura: \_\_\_\_\_ cm Dor: ( ) Local: \_\_\_\_\_ Obs.: \_\_\_\_\_

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: ☒ Consciente ☒ Orientado ( ) Confuso ( ) Letárgico ( ) Torporoso ( ) Comatoso ( ) Outro

GLASGOW(3-15): \_\_\_\_\_

Drogas (Sedação/Analgesia): \_\_\_\_\_

Pupilas: ( ) Isocóricas ( ) Anisocóricas ( ) D>E ( ) E>D ( ) Fotorreagentes ( ) Mióticas ( ) Midríaticas

Mobilidade Física: ☒ Preservada ( ) Paresia ( ) Plegia ( ) Parestesia Local: \_\_\_\_\_

Linguagem: ( ) Qual? ( ) Disfonia ( ) Afasia ( ) Disfasia ( ) Disartria.

Obs: \_\_\_\_\_

OXIGENAÇÃO

Respiração: ☒ Espontânea ( ) Cateter Nasal ( ) Venturi \_\_\_\_\_ % l/min ( ) Traqueostomia ( ) Ayre/Tubo T

( ) VMNI ( ) VMI TOT nº \_\_\_\_\_ Comissura labial nº \_\_\_\_\_ FIO2 \_\_\_\_\_ % PEEP \_\_\_\_\_ cmH2O

☒ Eupnéia; ( ) Taquipnéia ( ) Bradipnéia ( ) Dispnéia ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: ( ) Diminuídos ( ) D ( ) E

Ruídos adventícios: ( ) Roncos ( ) Sibilos ( ) Estridor ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Tosse: ( ) Improdutiva ( ) Produtiva Expectorção: ( ) Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_

Aspiração: Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_ Dreno de tórax: ( ) D ( ) E ( ) Selo d'água: \_\_\_\_\_

Data da inserção do dreno \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Aspecto da drenagem torácica: \_\_\_\_\_

Gasometria arterial: PH \_\_\_\_\_ PCO2 \_\_\_\_\_ PO2 \_\_\_\_\_ HCO3 \_\_\_\_\_ EB \_\_\_\_\_ SpO2 \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_\_

PERCEPÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: ( ) Visão ( ) Audição ( ) Tato ( ) Olfato ( ) Paladar Observação: \_\_\_\_\_

SEGURANÇA FÍSICA

☒ Tranquilo ( ) Agitado ( ) Agressivo. ( ) Risco de queda. Observação: \_\_\_\_\_

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Impalpável ( ) Filiforme ☒ Cheio.





Pele: <input checked="" type="checkbox"/> Corada ( ) Hipocorada ( ) Cianose ( ) Sudorese ( ) Fria ( ) Aquecida.	
Tempo de enchimento capilar: ( ) $\leq 3$ segundos; ( ) $> 3$ segundos. ( ) Turgência jugular: ( )	
Drogas vasoativas: ( ) Quais?	Precordialgia ( )
Ausculta cardíaca: ( ) Rítmica ( ) Arritmica ( ) Sopros ( ) Outros. Marcapasso: ( ) Transitório ( ) Definitivo	
Cateter vascular: <input checked="" type="checkbox"/> Periférico ( ) Central ( ) Dissecção. Localização:	Data da punção ____/____/____
Edema: ( ) MMSS ( ) MMII ( ) Face ( ) Anasarca. Observações:	
<b>ALIMENTAÇÃO E ELIMINAÇÕES (INTESTINAL E URINÁRIA)</b>	
Tipo somático: <input checked="" type="checkbox"/> Nutrido ( ) Emagrecido ( ) Caquético ( ) Obeso.	
Dentição: ( ) Completa <input checked="" type="checkbox"/> Incompleta ( ) Prótese.	
Alimentação: <input checked="" type="checkbox"/> VO ( ) SNG ( ) SNE ( ) Gastronomia ( ) Jejunostomia ( ) NPT; Hora:	Data: ____/____/____
Alterações: ( ) Inapetência ( ) Disfagia ( ) Intolerância alimentar ( ) Vômito ( ) Pirose ( ) Outros:	
Abdômen: <input checked="" type="checkbox"/> Normotenso ( ) Distendido ( ) Tenso ( ) Ascítico ( ) Outros:	
RHA: ( ) Normoativos ( ) Ausentes ( ) Diminuídos ( ) Aumentados	
Eliminação intestinal: <input checked="" type="checkbox"/> Normal ( ) Líquida ( ) Constipado há ____ dias ( ) Outros:	
Eliminação urinária: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea ( ) Retenção ( ) Incontinência ( ) Hematúria ( ) SVD: Débito ____ ml/h;	
Aspecto: ( ) Outros:	Observações:
<b>INTEGRIDADE FÍSICA E CUTÂNEO-MUCOSA</b>	
Condição da pele: <input checked="" type="checkbox"/> Íntegra ( ) Ressecada ( ) Equimoses ( ) Hematomas ( ) Escoriações ( ) Outro:	
Coloração da pele: <input checked="" type="checkbox"/> Normocorada ( ) Hipocorada ( ) Ictérica ( ) Cianótica	Turgor da pele: ( ) Preservado
Condições das mucosas: ( ) Úmidas ( ) Secas   Manifestações de sede: ( )	
Incisão cirúrgica: ( ) Local/Aspecto:	Curativo em: ____/____/____
Dreno: ( ) Tipo/Aspecto:	Débito: Retirado em: ____/____/____
Úlcera de pressão: ( ) Estágio:	Local: Descrição: Curativo: ____/____/____
<b>CUIDADO CORPORAL</b>	
Cuidado corporal: <input checked="" type="checkbox"/> Independente ( ) Dependente ( ) Parcialmente dependente. Observações:	
Higiene corporal: <input checked="" type="checkbox"/> Satisfatória ( ) Insatisfatória	Higiene Corporal: ( ) Satisfatória ( ) Insatisfatória.
Limitação física: ( ) Acamado ( ) Cadeira de rodas <input checked="" type="checkbox"/> Outro:	
<b>SONO E REPOUSO</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> Preservado ( ) Insônia ( ) Dorme durante o dia ( ) Sono Interrompido. Observações:	
<b>4 - AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOSSOCIAIS</b>	
<b>COMUNICAÇÃO, GREGÁRIA E SEGURANÇA EMOCIONAL</b>	
Comunicação: <input checked="" type="checkbox"/> Preservada ( ) Prejudicada	Sentimentos e comportamentos: ( ) Cooperativo ( ) Medo:
( ) Ansiedade ( ) Ausência de familiares/visita ( ) Outros:	
<b>5 - NECESSIDADES PSICOESPIRITUAIS</b>	
<b>RELIGIÃO / RELIGIOSIDADE E/OU ESPIRITUALIDADE</b>	
Tipo: ( ) Praticante ( ) Não praticante. Observações:	
<b>INTERCORRÊNCIAS</b>	
51 intercorrências.	
Carimbo e Assinatura do Enfermeiro:	
DATA: 21/10/18 HORA: ____ h	

FONTE: BORDINHÃO, R.C; Coleta de dados por meio de grupo focal. Porto Alegre (2009).







GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

(SJC)

### Ficha de Acolhimento

SAMU

Nome:	Jose Zalmir Silva Araujo		
End:	Sítio Ganga	Bairro:	Zumbi
Data de Nascimento:	04.05.1995	Documento de Identificação:	Barra de Sta
Queixa:	Ac. moto	Data do Atend.:	14.10.18
		Hora:	07:43
		Documento:	Res. B
Acidente de trabalho?	( ) Sim ( ) Não		

### Classificação de Risco

Nível de consciência: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Baixo	Aspecto: ( ) Calmo ( ) Fácies de dor ( ) Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: ( ) Normocorada ( ) Pálida
Deambulação: ( ) Livre ( ) Cadeira de rodas ( ) Maca	

### Estratificação

MOD. 110

- (X) Vermelho - atendimento imediato  
( ) Verde - atendimento até 4 horas

- ( ) Amarelo - atendimento até 1 hora  
( ) Azul - atendimento ambulatorial

Barbara N. Sousa Lins

Barbara N. Sousa Lins  
ENFERMEIRA  
COREN-PB 23.352

Assinatura e carimbo do profissional









**BOLETIM DE OCORRÊNCIA VERSANDO SOBRE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO**  
**Nº 11/2019**

DATA, HORA E LOCAL DA OCORRÊNCIA: 14/10/2019, ÀS 03H:00MIN, NA RODOVIA ESTADUAL PB-133, NAS PROXIMIDADES DO SÍTIO OLHO D'ÁGUA, ZONA RURAL DA CIDADE DE DAMIÃO-PB.

DATA E HORA QUE A DELEGACIA TOMOU CONHECIMENTO DO FATO: 08/08/2019, ÀS 11H:30MIN.

COMUNICANTE/ VÍTIMA: JOSÉ VALMIR SILVA ARAÚJO, brasileiro, solteiro, nascido em 04/05/1995, filho de Luis Vicente de Araújo e de Francisca da Silva Araújo, residente No Sítio São Lourenço, zona rural de Barra de Santa Rosa -PB, CPF Nº 118.849.424-40 e RG Nº 4.670.305.

TESTEMUNHA (S):

1ª - FRANCISCO FREIRE RODRIGUES, Residente no Sítio São Lourenço, zona rural de Barra de Santa Rosa -PB, CPF Nº 885.824.694-20 e RG Nº 1.641.278.

2ª - JOSÉ JUSTO DE AZEVEDO, Residente no Sítio São Lourenço, zona rural de Barra de Santa Rosa -PB, RG Nº 328.885 e CPF Nº 236.678.694-87.

**NARRATIVA:** QUE no dia 14/10/2019, por volta das 03h:00min, encontrava-se pilotando a motocicleta HONDA CG 125 FAN, PLACA MOD-6016-PB, CHASSI Nº 9C2JC30708R175610, ANO E MODELO 2008, COR CINZA, de propriedade de FRANCISCO FREIRE RODRIGUES, na Rodovia Estadual PB-133, que liga as cidades de Barra de Santa Rosa a Damião, mais precisamente nas proximidades do Sítio Olho D'água, zona rural da cidade de Barra de Santa Rosa-PB, quando, em uma curva, perdeu o controle da citada motocicleta e caiu ao solo; QUE com o impacto ficou desacordado; QUE posteriormente tomou conhecimento que foi inicialmente socorrido por uma ambulância da cidade de Damião até o trevo da cidade de Barra de Santa Rosa e posteriormente encaminhado para o Hospital Dom Luiz Gonzaga Fernandes, na cidade de Campina Grande, onde ficou internado por um período de 20 (vinte) dias; QUE com o impacto teve fraturas no maxilar e na coluna; QUE procurou a Delegacia de Policia desta cidade para Registrar o ocorrido.

**PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:** LAVRATURA DO PRESENTE BOLETIM.

AUTORIDADE:

DECIO DE SOUZA LIMA FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

COMUNICANTE:

José Valmir Silva Araújo

ESCRIVÃO:







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 11 de Novembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190538419

Vítima: JOSE VALMIR SILVA ARAUJO

Data do Acidente: 14/10/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), JOSE VALMIR SILVA ARAUJO

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Não foi verificada a existência de sequela permanente prevista na tabela da Lei nº 6.194, de 1974, razão pela qual o dano pessoal não possui cobertura pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00171/00172 - carta\_05 - INVALIDEZ

00060086



Carta nº 15092119







**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**1ª VARA DA COMARCA DE CUITÉ**

0801316-62.2019.8.15.0161

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE VALMIR SILVA ARAUJO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

---

**DESPACHO**

---

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade judiciária, sem prejuízo de impugnação (art. 98 e ss. do CPC).

Deixo de encaminhar os autos ao CEJUSC, pois a causa não admite a autocomposição (art. 334, § 4.º, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015), no momento inicial do processo, ante a ausência do exame pericial, requisito essencial para verificar o grau da invalidez do autor.

Ressalto que esta posição não importa no descumprimento do dever de conciliar as partes, previsto nos arts. 3.º, § 2.º, e 139, V, do CPC, pois este poderá realizar-se “sempre que possível” (art. 3.º, § 2.º) e “a qualquer tempo” (art. 139, V), de sorte que nada impede a promoção da autocomposição, com designação de audiência para esse fim, posteriormente ou em conjunto com a perícia judicial, como, aliás, vem acontecendo nos mutirões de processos de Seguro DPVAT ordinariamente realizados pelo TJPB.

Intime-se a parte autora.

Cite o (a) promovido(a) para tomar conhecimento da presente ação e, querendo, contestá-la em quinze dias, sob pena de revelia.

Cuité (PB), (data e assinatura eletrônica).





**IANO MIRANDA DOS ANJOS**

Juiz de Direito





Cite o (a) promovido(a) para tomar conhecimento da presente ação e, querendo, contestá-la em quinze dias, sob pena de revelia.

Data e assinatura eletrônica.





CIENTE DO DESPACHO RETRO. .

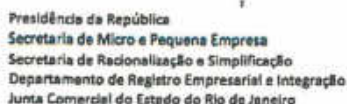




EM ANEXO







NIKE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

**Time Budgets**

Sociedade anônima

### Boite Environnement

Normal

### NO An Dentarlin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

### Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
Data	Telefone de contato:	
	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFAD5E0FBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



**JUCEFUTIA**  
JOURNAL OF THE  
FUTURES SOCIETY



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 14/04/2020 13:33:32

<http://pie.tipb.ius.br:80/pie/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041413333181800000028702741>

Número do documento: 20041413333181800000028702741

Num. 29837193 - Pág. 1



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13





Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*[Assinaturas manuscritas]*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13





**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13





SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13





SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB6	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	











4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

12/1

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembléia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

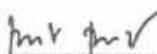
t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284795  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018







4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





de março de 1967.

12/4



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

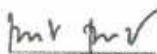
**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 0000295803 - 11/10/2016






## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º Ofício de Notas DA CAPITAL</b>	<b>Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira</b>	<b>ADB2B69D</b>
<b>Recebição por AUTENTICAÇÃO das firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)</b>	<b>Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-5000</b>	<b>088674</b>
<b>Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.</b>	<b>Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS</b>	<b>CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b>
<b>Em testemunho da verdade.</b>	<b>Total</b>	<b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b>
<b>Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.</b>		<b>3.9% Escrevente</b>
<b>ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01</b>		<b>10796.48062 série 09077 ME</b>
<b>https://www3.tirri.jus.br/sitepublico</b>		<b>Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94</b>





**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807





## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3190538419 **Cidade:** Barra de Santa Rosa **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** JOSE VALMIR SILVA ARAUJO **Data do acidente:** 14/10/2018 **Seguradora:** ARUANA SEGURADORA S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 06/11/2019

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DE MAXILAR P3  
FRATURA DOS OSSOS PRÓPRIOS DO NARIZ. P12  
FRATURA DE ZIGOMÁTICO DIREITO. P18

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO (EXODONTIA); DEMAIS CONSERVADOR. P44  
ALTA.

**Sequelas permanentes:** PERDA DE ELEMENTO DENTÁRIO.

**Sequelas:** Sequela não indenizável

**Documento/Motivo:**

**Nome do documento  
faltante:**

**Apontamento do Laudo  
do IML:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das  
sequelas:**

**Documentos  
complementares:**

**Observações:** SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO MÉDICA DISPONÍVEL NÃO HÁ LESÕES E/OU SEQUELAS INDENIZÁVEIS NOS MOLDES PREVISTOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

**Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.**

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CUITE/PB

Processo: 08013166220198150161

**AUSÊNCIA DE COBERTURA**

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE VALMIR SILVA ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

**CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

**BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **14/10/2018**, restando permanentemente inválida.

**Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data 08/08/2019.**

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora **não restou inválida**, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a **NEGATIVA** da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

A parte Autora sustenta que encontra-se inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Acontece Exa., que toda documentação médica apresentada aos autos não corrobora com o alegado, pelo contrário comprova cabalmente que NÃO HÁ INVALIDEZ e/ou DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

#### **DO MÉRITO**

##### **DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 08/08/2019 após 9 MESES da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 14/10/2018, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

**Não há justificativa para delonga tão grande**, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





## **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>1</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

### **DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

#### **DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE**

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

<sup>1</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)





### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

### **DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>2</sup>.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>3</sup>.

Frise-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

<sup>2</sup> RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>3</sup> **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”





**Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**

**Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>4</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>5</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

#### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

#### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Súmula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

<sup>4</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>5</sup> **art. 1º . (...)**

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**





Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CUITE, 2 de abril de 2020.

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**





### QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**





### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					





## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE VALMIR SILVA ARAUJO**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **CUITE**, nos autos do Processo nº 08013166220198150161.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





DOCUMENTACAO JUNTADA AOS AUTOS







**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**1ª VARA DA COMARCA DE CUITÉ**

**Classe processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**Processo nº 0801316-62.2019.8.15.0161**

**Autor: JOSE VALMIR SILVA ARAUJO**

**Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro a habilitação requerida na petição de id 29837197 - Pág. 9. Proceda-se com as anotações necessárias no sistema.

Intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se quiser, impugnar a contestação.

Após, independentemente de novo despacho, intemem-se as partes, por seus respectivos advogados, para, em 15 (quinze) dias, especificar, justificando, as provas que pretendem produzir.

Não havendo especificação, venham-me os autos conclusos para sentença.

Cumpra-se.

CUITÉ (PB), (data e assinatura eletrônica).

**IANO MIRANDA DOS ANJOS**

Juiz de Direito





Intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se quiser, impugnar a contestação.





EM ANEXO







**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE BARRA DE SANTA ROSA, PARAÍBA.**

**Processo nº 0801316-62.2019.815.0161**

**JOSÉ VALMIR SILVA ARAUJO**, devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT**, acima enumerada, que move em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, nos moldes do art. 350 do CPC/15, apresentar **IMPUGNAÇÃO A CONTESTAÇÃO**, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

### **I - DOS FATOS**

O réu foi citado para apresentar contestação; e em sua defesa alegou e sustentou teses impeditivas e extintivas dos direitos da autora, fatos estes que serão impugnados a seguir.

A parte ré alega que não efetuou o pagamento conforme o que é estipulado na via administrativa com base na documentação apresentada pela parte autora, no entanto alega que o autor não apresentou Laudo pericial do IML para que de fato fosse delimitado o grau da lesão.

Portanto, por mais que as alegações tenham sido feitas com base em prontuário médico, resta necessário que se faça a perícia médica para que fique comprovado a gravidade da lesão sofrida e a indispensabilidade de benesse.

Vale salientar que a parte ré em sede de contestação: **"Por outro lado, impende destacar que a Parte Autora não colacionou aos autos o laudo do IML, documento imprescindível para propositura da ação. Ora, a legislação aplicável é clara no sentido de que se faz necessário o laudo do Instituto Médico Legal – IML da jurisdição do acidente, devendo este quantificar as lesões apresentadas."**

### **II - DAS PRELIMINARES**

#### **1. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA**

Em síntese alega a inexistência de invalidez permanente, em razão do autor não ter apresentado qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro DPVAT.

Ocorre, que não merece prosperar esta alegação, tendo em vista a necessidade de realização de perícia médica. Ocorre que a Jurisprudência vem entendendo da seguinte forma:



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
☎ 83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
☎ 83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







**CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. 2ª VARA E 1º JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE TEFÉ. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. NECESSIDADE DE PERÍCIA EM CAUSA DE MENOR COMPLEXIDADE. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL.**

1. O juízo da 2ª Vara de Tefé/AM suscitou o presente conflito de competência, por entender que a necessidade de perícia, por si só, não era motivo para deslocar a competência do 1º juizado especial daquela comarca e nem incompatível com o seu procedimento. 2. A ação de cobrança do seguro DPVAT é considerada, nos termos do artigo 275, II, e, do CPC/73 c/c artigo 3º, II, da Lei nº 9.099/95, causa de menor complexidade. 3. A jurisprudência do STJ vem evoluindo no sentido de não considerar incompatível com o rito dos juizados especiais a necessidade de produção de prova pericial, mormente quando caracterizada a baixa complexidade de feitos de sua competência. 4. A matéria de mérito do processo originário já se encontra definida em precedentes de observância obrigatória do STJ e a natureza da perícia a ser produzida, extrajudicial e com quesitos previamente indicados pelas partes, somente corroboram a ausência de complexidade do feito. 5. Conflito negativo de competência conhecido para declarar competente o 1º Juizado Especial da comarca de Tefé/AM. (TJ-AM - CC: 00021420820148047500 AM 0002142-08.2014.8.04.7500, Relator: Cezar Luiz Bandiera, Data de Julgamento: 03/10/2018, Câmaras Reunidas, Data de Publicação: 10/10/2018)

**JUIZADO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA. COMPLEXIDADE DA CAUSA. PERÍCIA. POSSIBILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. COBRANÇA SEGURO DPVAT. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA EXTENSÃO DO DANO. ÔNUS DA PROVA. PREJUDICIAL AFASTADA. INCAPACIDADE FUNCIONAL PARCIAL PERMANENTE COMPROVADA. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO DESPROVIDO.** 1. Na Lei 9.099/95 não há dispositivo que permita inferir que a complexidade da causa - e, por conseguinte, a competência do Juizado Especial Cível - esteja relacionada à necessidade ou não de realização de perícia. A necessidade de prova técnica não influi na definição da competência dos juizados especiais cíveis estaduais. (Precedentes do STJ: RMS 30170/SC e RMS 29.163/RJ). Preliminar de incompetência dos Juizados rejeitada. 2. O julgamento antecipado da lide, por si, não caracteriza cerceamento de defesa. Cabe ao juiz, decidir acerca da pertinência e necessidade da prova a ser produzida. Se a própria parte desistiu da prova, descabe a alegação de cerceamento de defesa, por força do princípio da preclusão. Ademais, é vedado às partes a adoção de comportamentos contraditórios. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada. 3. Nos casos de pagamento do seguro DPVAT, o termo inicial da prescrição é o da ciência inequívoca da permanência da lesão ou deformidade. Não é possível a fixação do termo a quo unicamente com base na gravidade das lesões sofridas, pois não há



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com





com saber como será a recuperação do acidentado, tampouco a extensão de eventuais sequelas (precedente do STJ). 4. Houve um laudo judicial em processo que tramitou na Justiça do Trabalho, onde foi definido o grau e extensão das lesões suportadas pelo periciando. A míngua de prova da data de sua elaboração, ônus que recai a quem aproveitaria à alegação de prescrição, afasta-se por completo sua declaração. 5. A vítima de atropelamento por veículo automotor que sofre debilidade/deformação permanente tem direito ao pagamento do seguro DPVAT. 6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-DF - ACJ: 20141010051774, Relator: LUÍS GUSTAVO B. DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 23/06/2015, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 25/08/2015 . Pág.: 324)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PERÍCIA TÉCNICA. ARTS. 3º E 35 DA LEI N. 9.099/95. QUESTÃO IRRELEVANTE PARA ESTABELECER A COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. CONFLITO PROCEDENTE. Conforme entendimento pacífico adotado no Superior Tribunal de Justiça e neste Tribunal, **a necessidade de produção de prova pericial não influi na definição da competência dos juizados especiais cíveis estaduais, que se liga à matéria e valor da causa.** Exegese dos arts. 3º e 35 da Lei n. 9.099/95. Conflito de competência procedente. (TJ-SC - CC: 20140155528 São José 2014.015552-8, Relator: Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Data de Julgamento: 16/07/2014, Órgão Especial).

Se entende que deve ser observada a **NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA**, para que não restem dúvidas da situação da vítima, uma vez que os exames que fora juntado nos autos não são suficientes para que seja reconhecida a efetiva lesão.

Ora Excelência, é sabido a importância de tal laudo, porém a cidade não dispõe do Instituto Médico Legal – IML, conforme foi enviado para a seguradora a declaração da própria onde consta a ausência do Instituto na cidade, o qual aproveita a oportunidade e anexa aos autos.

Posto isto, diante a necessidade de realização de perícia médica pugna essa defesa que se este juízo entender pela incompetência do juízo, sejam os autos redistribuídos na justiça comum, afim de ser analisado os pedidos da inicial.

## **2. DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO IMPRESCINDIVEL AO EXAME DA QUESTÃO - LAUDO DO IML**

Alega a Requerida, ainda em sede preliminar, que os documentos colacionados aos autos não são capazes de qualificar a invalidez experimentada pelo autor, bem como quantificar seu grau, sendo o único documento apto para sua comprovação o laudo expedido pelo IML.

Contudo, basta a realização de prova pericial para comprovar que a autora sofreu perda da função de membro, ocasionada por acidente automobilístico.



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com





Até mesmo a ré concorda haver necessidade de produzir prova pericial, ao apresentar quesitos que pretende ver respondidos.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJSP que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE [...] LAUDO DO IML NÃO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO SENTENÇA ANULADA. Apelação parcialmente provida, com determinação. (TJ-SP - APL: 64937620108260152 SP 0006493-76.2010.8.26.0152, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 05/11/2012, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/11/2012)

[...] SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE DO SEGURADO. PETIÇÃO INICIAL. ALEGAÇÃO DE VÍCIO PELA FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL. DESACOLHIMENTO. O laudo do IML não constitui documento de apresentação indispensável com a petição inicial, na ação de cobrança de prestação securitária (DPVAT), A prova do dano, à falta de disposição legal específica, pode ser feita pelos diversos meios probatórios, circunstância que, por si só, afasta a possibilitar de cogitar da indispensabilidade da prova documental para tal demonstração.[...] (TJ-SP - APL: 9119010072008826 SP 9119010-07.2008.8.26.0000, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 09/10/2012, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/10/2012)

Por outro lado, não pode a mesma ser prejudicada pela indisponibilidade do órgão, bem como que no momento que foi enviada a documentação para ser analisada na via administrativa a parte juntou a declaração de ausência do IML, que foi disponibilizada pela própria seguradora, o que na oportunidade realiza a juntada.

### **III - NO MÉRITO**

Com relação ao mérito propriamente dito, Excelência, a ré, além de utilizar novamente o já batido argumento de inexistência de Laudo do IML, debate-se nos seguintes tópicos:

#### **1. DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

Alega em síntese que o autor juntou aos autos, Boletim de ocorrência com data posterior ao seu acidente, o que na visão dos mesmos, causa estranheza o período do sinistro até o período que foi prestado as informações via Boletim de Ocorrência.

Ocorre, Excelência que esta tese não merece prosperar, haja vista que o a elaboração de Boletim de Ocorrência em data posterior ao sinistro, não



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
☎ 83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
☎ 83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







afasta, por si só, o direito à indenização do seguro DPVAT, se o acidente e o nexo de causalidade puderem ser constatados através de outros meios de prova. Vejamos:

**AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT. BOLETIM DE Ocorrência. NEXO DE CAUSALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.** A elaboração de Boletim de Ocorrência em data posterior ao sinistro, não afasta, por si só, o direito à indenização do seguro DPVAT, se o acidente e o nexo de causalidade puderem ser constatados através de outros meios de prova. Tendo a seguradora decaído de parte do pedido, deve arcar com as custas processuais e honorários advocatícios na proporção de sua sucumbência. Os honorários de sucumbência devem ser fixados observando-se o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (TJ-MG - AC: 10035170047928001 MG, Relator: Estevão Lucchesi, Data de Julgamento: 11/06/0019, Data de Publicação: 26/06/2019)

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - BOLETIM DE Ocorrência - PRESCINDIBILIDADE - COMPROVAÇÃO DE LESÃO E INVALIDEZ - NEXO CAUSAL COMPROVADO.** - O Boletim de Ocorrência não se mostra necessário quando há nos autos outros elementos que comprovam a ocorrência do acidente automobilístico - Existindo documentos nos autos que comprovam a ocorrência do sinistro e atendimento médico no dia do acidente, compete à Seguradora demonstrar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

(TJ-MG - AC: 10521140026027002 MG, Relator: Alexandre Santiago, Data de Julgamento: 11/02/0019, Data de Publicação: 25/02/2019)

Por esta razão, não prospera a tese levantada tendo o autor tanto na via administrativa quanto na via judicial através de vários documentos comprovado o seu acidente, preenchendo os requisitos para dispensar o Boletim de ocorrência.

Justamente por isso, entendemos que o valor recebido é inferior ao que realmente é devido, pois a perda completa da mobilidade do joelho não é algo supérfluo e por tal razão estamos pleiteando o complemento de sua indenização securitária, para que se faça jus ao que realmente lhe é devido e de direito.

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). PAGAMENTO INFERIOR AO DETERMINADO EM LEI. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DOS VALORES POR MEIO DE ATO ADMINISTRATIVO REGULAMENTAR. NECESSIDADE DE COMPLÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA DESDE A DATA DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC.**



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remígio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I - Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional do Seguro Privado ou qualquer norma dessa natureza não têm o condão de redefinir os valores de indenizações do seguro DPVAT, motivo pelo qual se mostra inadmissível o pagamento em quantia inferior àquela definida em lei. II - Tratando-se de ação de cobrança de complção de seguro obrigatório (DPVAT), a correção monetária incide a partir da data do pagamento administrativo inferior à importância efetivamente devida. Os juros de mora, por sua vez, fluem a partir da citação, nos termos da Súmula 426 do Superior Tribunal de Justiça. III - Consoante previsão do artigo 406 do Código Civil, a taxa de juros moratórios corresponde àquela prevista no artigo 161, § 1º, do CTN, qual seja, de 1% ao mês. Assim, não há falar na aplicabilidade da taxa Selic, até mesmo porque esta não se presta para a estipulação de juros de mora, porquanto acrescida da correção monetária. (TJ-SC - AC: 469603 SC 2009.046960-3, Relator: Joel Figueira Júnior, Data de Julgamento: 18/08/2011, Primeira Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Apelação Cível n., de Rio do Oeste).

Por este fato, há a necessidade de realização de nova perícia a fim de auferir as reais sequelas atuais deixadas ao autor, em razão do seu acidente, o que não foi analisado devidamente na via administrativa.

## **2. DA APLICABILIDADE DAS SÚMULAS 474 E 544 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL – NECESSIDADE DE GRADUAÇÃO DA LESÃO**

Sumula 474: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

A Legislação é bastante clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será em conformidade com a lesão suportada pelo autor, bem como o grau de invalidez apurado em laudo pericial.

Ocorre que no caso dos autos não houve a realização de perícia, para posteriormente ser emitido laudo pericial, apenas houve uma perícia técnica nos documentos enviados pela autora, o que não merece prosperar posto que não tem como identificar o grau da debilidade muito menos o percentual devido a parte.

“Súmula 544 - É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008.”

Cabe frisar a necessidade de apuração de lesão em perícia médica para que seja estabelecida a real proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT, o que não ocorreu no caso dos autos.

## **3. DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS**



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
☎ 83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
☎ 83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







Em relação aos juros, estes deveram ser aplicados a partir da efetiva citação da parte ré, portando, se ratifica os pleitos da petição inicial, referentes a juros e correção monetária.

TJ-CE - Apelação APL 01656408820158060001 CE 0165640-88.2015.8.06.0001 (TJ-CE) Data de publicação: 18/04/2017  
Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. **CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. DATA DO ACIDENTE. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE A PARTIR DO EVENTO DANOSO .PRECEDENTES.** 1. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, firmou seguinte tese: **A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso.** 2. **A data do evento danoso deve ser considerada a data em que ocorreu o acidente, posto que este foi o fato ensejador da reparação.** 3. Na hipótese, a incidência da correção monetária opera-se a partir da data do sinistro, posto que a atualização monetária só cessa com o adimplemento da obrigação. 4. Apelação conhecida, mas improvida. ACÓRDÃO: Acordam os Senhores Desembargadores integrantes da 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer da Apelação Cível interposta, mas para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo inalterada a sentença vergastada, conforme voto do Desembargador Relator. Fortaleza, 18 de abril de 2017  
Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE Relator CHAGAS PEREIRA DA SILVA, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 15/03/2017, Publicado no DJE 24/03/2017)

#### 4. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

No que tange ao quantum dos honorários a serem arbitrados, a ré tece notas para que o valor requerido na exordial seja diminuído e arbitrados na forma da lei 1060/50, mas nos termos do Código de Processo Civil temos que os honorários podem ser arbitrados na proporção entre 10% a 20% sobre o valor da causa, como dispõe o art. 85, §2º, CPC/15.

Dito isto, se ratifica o pleito da inicial, para que os honorários sejam fixados na proporção de 20% sobre o valor da causa, ou, na hipótese deste valor resultar irrisório, que sejam arbitrados por Vossa Excelência de maneira equânime.

TJ-AM - 07154312820128040001 AM 0715431-28.2012.8.04.0001 (TJ-AM) Data de publicação: 29/01/2017  
Ementa: CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT . ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. HONORÁRIOS **ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. 20% (VINTE POR CENTO). TOTALMENTE CABÍVEL. REMUNERAÇÃO EQUIVALENTE AO TRABALHO DO ADVOGADO.** APELAÇÃO



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







CONHECIDA. NÃO PROVIDA. 1.O processo foi iniciado em meados de 2012, o qual já se desenrolou por diversas fases e recursos, que foram protocolados pelo patrono do apelado, que teve todo o zelo profissional e despendeu de tempo para a conclusão do seu labor. **A quantia arbitrada em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação não demonstra valor exagerado, e sim valor totalmente razoável e proporcional ao trabalho realizado pelo patrono.** 2. Apelação conhecida e não provida.

TJ-MG - Apelação Cível AC 10696160020298001 MG (TJ-MG)  
Data de publicação: 01/12/2017 Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL - PAGAMENTO PROPORCIONAL AO GRAU DE INCAPACIDADE DA PESSOA VITIMADA - SINISTRO POSTERIOR ÀS ALTERAÇÕES FEITAS PELA LEI Nº 11.945 /2009 À LEI Nº 6.194 /1974 - APLICABILIDADE DA TABELA INSTITUÍDA PELA CITADA LEI Nº 11.945 /2009 - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FIXAÇÃO - CRITÉRIOS. Nos casos de sinistros ocorridos após as alterações feitas pela Lei nº 11.945 /2009 à Lei nº 6.194 /74, a indenização por invalidez permanente é devida até o valor máximo de R\$ 13.500,00, e deve ser proporcional à extensão da incapacidade da pessoa vitimada, observando-se a tabela de graduação dos percentuais de perda instituída pela citada Lei nº 11.945 /2009. No tocante à correção monetária, o Superior Tribunal de Justiça pacificou a questão no julgamento do REsp 1483620/SC, submetido ao rito do art. 543-C do CPC /73, no qual restou decidido que a incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT , prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6194 /74, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.482 /2007, opera-se desde a data do evento danoso. **Consoante preconizado no art. 85 , § 2º , do CPC/15 , os honorários advocatícios devem ser fixados entre o mínimo de dez por cento e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, atendidos os critérios estabelecidos nos incisos I a VI do mesmo dispositivo legal.**

#### **IV - DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer que Vossa Excelência rejeite as preliminares levantada pela ré, para que no mérito seja a presente ação julgada procedente, ratificando ainda todos os requerimentos da exordial.

Ademais, diante a necessidade de ser analisado a real situação do autor, requer a **realização de perícia** médica pugna essa defesa que se este juízo



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







entender pela incompetência do juízo, sejam os autos redistribuídos na justiça comum, a fim de **ser analisado os pedidos da inicial**.

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento.

Barra de Santa Rosa, 12 de agosto de 2020.

**Lucélia Dias de Medeiros**

OAB/PB nº. 11.845

**Barbara Naynnar Sousa Lins**

OAB/PB nº 24.609



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

 meiraadvocacia@gmail.com





intimem-se as partes, por seus respectivos advogados, para, em 15 (quinze) dias, especificar, justificando, as provas que pretendem produzir.





intimem-se as partes, por seus respectivos advogados, para, em 15 (quinze) dias, especificar, justificando, as provas que pretendem produzir.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA VISTA DA  
COMARCA DE CUITÉ - PARAÍBA.**

**JOSÉ VALMIR SILVA ARAÚJO**, já qualificada nos autos da ação em epígrafe, por intermédio dos seus advogados, vem a presença de Vossa Excelência, em atenção ao despacho retro, informar que insiste na realização de perícia médica, para melhor elucidação do feito.

Termos em que, pede deferimento.

Cuité - Paraíba, 13 de agosto de 2020.

***BARBARA NAYNNAR SOUSA LINS***

***OAB/PB n.º 24.609***





EM ANEXO







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CUITE/PB

Processo: 08013166220198150161

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE VALMIR SILVA ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Certo é, que todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do segmento corporal afetado, em absoluta consonância com a Tabela disposta na Lei 11.945/2009, que estipula o percentual máximo para cada membro afetado, respeitando, ainda, o verbete sumular nº 474, do Superior Tribunal de Justiça.

Evidente, pois, que inexistente qualquer direito de indenização total ao autor, mormente por não haver prova pericial neste sentido, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez suportado pela parte autora.

Dessa forma, **REQUERER A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL TÉCNICA**, com a determinação de pagamento de honorários periciais que se coadunem com o Convênio de Nº 015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CUITE, 13 de agosto de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 17/08/2020 14:50:21  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20081714502119600000031858976>  
Número do documento: 20081714502119600000031858976

Num. 33285123 - Pág. 2





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**1ª Vara Mista de Cuité**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801316-62.2019.8.15.0161

**DESPACHO**

Vistos etc.

No caso vertente a prova pericial é necessária, devendo ser realizada nos termos do Convênio 015/2014, com o custeio dos honorários periciais pela SEGURADORA LÍDER.

**Assim, determino a designação de perícia, com a nomeação do Dr. Alberto Rodrigues de Oliveira, CRM 5.221/PB como perito auxiliar deste Juízo, devendo designar dia e local para a realização do exame e responder aos quesitos de praxe no prazo de até 30 (trinta) depois do exame.**

Intime-se a parte promovida por nota de foro e o autor(a) pessoalmente e através de seu advogado, dando-se ciência de que a perícia poderá ser acompanhada por assistente técnico, podendo apresentar quesitos em 5 dias, se ainda não o fez e indicar assistente técnico no mesmo prazo.

Advirta-se ainda o autor o que a ausência injustificada ao Mutirão será considerada desistência da prova pericial, sendo-lhe imputado o ônus probatório dessa inércia.

Intime-se a Seguradora para efetuar o pagamento em 10 dias a contar da intimação (caso ainda não o tenha feito), devendo comprovar o pagamento das perícias realizadas nos autos.

Após a entrega do laudo pericial, expeça-se alvará em favor do perito.

Fixo os honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos reais) de acordo com o Convênio citado.

Proceda-se com os expedientes necessários.

Cumpra-se. Com urgência.

Cuité (PB), (data da assinatura eletrônica).





**IANO MIRANDA DOS ANJOS**

*Juiz de Direito*













1ª Vara Mista de Cuité  
Rua Samuel Furtado, 815, Centro, CUITÉ - PB - CEP: 58175-000  
CUITÉ  
( )

Nº do processo: 0801316-62.2019.8.15.0161

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: JOSE VALMIR SILVA ARAUJO

### **MANDADO DE INTIMAÇÃO DE TERCEIROS**

**O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Mista de Cuité manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, intime o Dr. Alberto Rodrigues de Oliveira, CRM 5.221/PB, podendo ser encontrado no Hospital Municipal desta cidade, como perito auxiliar deste Juízo, devendo designar dia e local para a realização da perícia na pessoa da autora, devendo responder aos quesitos de praxe no prazo de até 30 (trinta) depois do exame, tudo conforme despacho que segue cópia anexa.**

CUITÉ, em 8 de setembro de 2020.

De ordem, DEBORA BEZERRA CAVALCANTI ALBUQUERQUE

Mat.469.030-3





CIENTE.





EM ANEXO







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CUITE/PB

Processo: 08013166220198150161

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE VALMIR SILVA ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CUITE, 10 de setembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





## **CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado. Dou fé.

23 de setembro de 2020

DENIS DE FARIAS MARQUES





1ª Vara Mista de Cuité  
Rua Samuel Furtado, 815, Centro, CUITÉ - PB - CEP: 58175-000  
CUITÉ  
( )

1ª P / CUITÉ

Nº do processo: 0801316-62.2019.8.15.0161

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: JOSE VALMIR SILVA ARAUJO

Recebido  
21/09/20  
Dr. Alberto Rodrigues de Oliveira  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM-5221 TEOT 7702

### MANDADO DE INTIMAÇÃO DE TERCEIROS

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Mista de Cuité manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, intime o Dr. Alberto Rodrigues de Oliveira, CRM 5.221/PB, podendo ser encontrado no Hospital Municipal desta cidade, como perito auxiliar deste Juízo, devendo designar dia e local para a realização da perícia na pessoa da autora, devendo responder aos quesitos de praxe no prazo de até 30 (trinta) depois do exame, tudo conforme despacho que segue cópia anexa.

CUITÉ, em 8 de setembro de 2020.

De ordem, DEBORA BEZERRA CAVALCANTI ALBUQUERQUE

Mat.469.030-3



Assinado eletronicamente por: **DEBORA BEZERRA CAVALCANTI ALBUQUERQUE**

08/09/2020 12:19:46

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **34051905**



20090812194597100000032572790





EM ANEXO







N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		22/09/2020	657	2600123521259
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
21/09/2020	2712018	08013166220198150161	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
CUITE	1 VARA COMARCA DE CUITE	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
JOSE VALMIR SILVA ARAUJO		Física	11884942440	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
7C38428A549F3450				
CÓDIGO DE BARRAS				







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CUITE/PB

**Processo: 08013166220198150161**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE VALMIR SILVA ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

CUITE, 24 de setembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PB 4246-A

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
15477 - OAB/PB





EM ANEXO







**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CUITE/PB**

Processo n.º 08013166220198150161

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE VALMIR SILVA ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer o prosseguimento do feito .

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CUITE, 17 de fevereiro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**





Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 18/02/2021 15:08:49  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021815084859500000037764435>  
Número do documento: 21021815084859500000037764435



## **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que devidamente intimado, o médico perito nomeado nestes autos, decorreu do prazo legal, sem informar o agendamento para realização da perícia.

Certifico que a parte promovida juntou aos autos comprovante de pagamento dos honorários médicos.

CUITÉ, 03 de março 2021  
Débora Bezerra C. Albuquerque







**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**1ª VARA DA COMARCA DE CUITÉ**

**Classe processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**Processo nº 0801316-62.2019.8.15.0161**

**Autor: JOSE VALMIR SILVA ARAUJO**

**Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**DECISÃO**

**Vistos, etc.**

Em contato com este GABINETE, o perito nomeado, **DR. ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA, CRM 5.221/PB**, informou a intenção de realizar, em regime de *MUTIRÃO*, todas as perícias pendentes nos autos de feitos que tramitam perante esta VARA. Na ocasião, indicou a data de **30/03/2021**.

Tendo em vista a enorme quantidade de processos pendentes de realização de perícia, os quais já somam quase uma centena, muitos dos quais já incluídos na lista de processos da Meta 2 do CNJ, em atenção ao princípio da duração razoável do processo, com a finalidade de facilitar e tornar mais célere a realização da perícia médica, acolho a sugestão do perito nomeado, a fim de permitir-lhe responder apenas os quesitos por ele sugeridos, **posto que os mesmos permitem a obtenção de informações essenciais e suficientes ao julgamento do mérito, tais como a existência da lesão, o nexo de causalidade, se tais lesões são permanentes ou não, e por fim, o grau de intensidade das mesmas, permitindo esta última informação, por consectário lógico, saber se trata-se de lesão completa ou incompleta.**

Por contemplar informações essenciais e suficientes ao julgamento do mérito, **os quesitos sugeridos pelo perito também ensejam respostas aos quesitos geralmente formulados pelas partes**, razão por que tornar-se-ia redundante e improdutivo responder a cada um dos quesitos formulados pelas partes, quando a resposta a tais quesitos já estiver contida no laudo pericial confeccionado com base nos quesitos sugeridos pelo perito.

Assim, **padronizo os questionamentos, devendo, na oportunidade, o perito responder os quesitos, NA FORMA E ORDEM, que seguem em anexo a esta decisão.**

O *MUTIRÃO* deverá ser realizado com a adoção de protocolos de segurança, especialmente respeitando o distanciamento social e evitando aglomeração, em face dos perigos de contágio pelo COVID-19. Isto posto:

**1 - Intime-se a parte autora, pessoalmente (por mandado) e por seu advogado, a fim de que compareça, no dia 30/03/2021, a partir das 08:30 da manhã, no AUDITÓRIO (1º andar) deste FÓRUM DESEMBARGADOR RIVALDO S. DA FONSECA, Rua Samuel Furtado, nº 815, Centro, Cuité-PB, para a realização da perícia respectiva determinada nos autos.**





2 - Deverá ser respeitada a ordem de chegada, sem prejuízo das preferências legais, cujo controle ficará a cargo do OFICIAL DE JUSTIÇA PLANTONISTA.

3 - Designo o voluntário deste Juízo, **JOSÉ ELEON DE AGUIAR LIMA**, para auxiliar, com suporte logístico, o perito nomeado no mutirão respectivo.

4 - Comunique-se à Gerência do Fórum a fim de que adote as providências que entender cabíveis.

5 - Acrescente-se a etiqueta: “**MUTIRÃO DPVAT**”.

6 - intime-se o perito nomeado, pessoalmente e com urgência, para tomar ciência da presente decisão.

7 - Intimem-se as partes acerca da presente decisão.

**DOU A ESTA DECISÃO FORÇA DE OFÍCIO/MANDADO/EXPEDIENTE.**

Cumpra-se com urgência.

Cuité (PB), (data e assinatura eletrônica).

**IANO MIRANDA DOS ANJOS**

Juiz de Direito





**1ª VARA DA COMARCA DE CUITÉ-PB**  
**AVALIAÇÃO MÉDICA – PERÍCIA -DPVAT**

**Nº DO PROCESSO:** \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **815.** \_\_\_\_\_

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

**AUTOR:** \_\_\_\_\_

**RÉU:** \_\_\_\_\_

**DATA:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**QUESITOS PADRONIZADOS**

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoa com veículo automotor de via terrestre?

☐ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

*Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.*

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometido(s)?

---

---

---

---

---

---

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

---

---

---

---

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☐ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

---

---





---

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☐ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

---

---

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo

☐ Não

*Em caso de enquadramento na opção “a” do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados*

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(as) de dano(s) anatômico(s) corporal(is) funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/2009, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

☐





b) Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

☐

b.1 Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

☐

b.2 Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da 11.945/2009, considerando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

**Segmento anatômico**

**Marque aqui o percentual**

1ª Lesão

\_\_\_\_\_ ☐ 10% Re ☐ al 25% ☐ e 50% Mé ☐ 75%  
Intensa

2ª Lesão

\_\_\_\_\_ ☐ 10% Re ☐ al 25% ☐ e 50% Mé ☐ 75%  
Intensa

3ª Lesão

\_\_\_\_\_ ☐ 10% Re ☐ al 25% ☐ e 50% Mé ☐ 75%  
Intensa

4ª Lesão

\_\_\_\_\_ ☐ 10% Re ☐ al 25% ☐ e 50% Mé ☐ 75%  
Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

---

---

---

---

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico – CRM

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE CUITÉ**

**Juízo do(a) 1ª Vara Mista de Cuité**

Rua Samuel Furtado, 815, Centro, CUITÉ - PB - CEP: 58175-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**MANDADO DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE**

**Nº DO PROCESSO: 0801316-62.2019.8.15.0161**

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito]

**Justiça gratuita**

**AUTOR: JOSE VALMIR SILVA ARAUJO**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**









**Nome:** JOSE VALMIR SILVA ARAÚJO  
**Endereço:** Sítio Gangorra, s/n, Zona Rural, BARRA DE SANTA ROSA - PB - CEP: 58170-000

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). IANO MIRANDA DOS ANJOS, MM Juiz(a) de Direito deste 1ª Vara Mista de Cuité, **sendo infrutífera a anterior intimação via AR**, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0801316-62.2019.8.15.0161 (número identificador do documento transcrito abaixo), manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a **INTIMAÇÃO da parte AUTOR: JOSE VALMIR SILVA ARAÚJO**, através de seu representante legal, conforme o caso, no endereço acima, para comparecer **no dia 30/03/2021, a partir das 08:30 da manhã, no AUDITÓRIO (1º andar) deste FÓRUM DESEMBARGADOR RIVALDO S. DA FONSECA, Rua Samuel Furtado, nº 815, Centro, Cuité-PB, para a realização da perícia respectiva determinada nos autos**. Deverá ser respeitada a ordem de chegada, sem prejuízo das preferências legais, cujo controle ficará a cargo do OFICIAL DE JUSTIÇA PLANTONISTA.

OBS: O autor deve comparecer portando todos seus documentos pessoais.









CUITÉ-PB, em 8 de março de 2021

De ordem, DEBORA BEZERRA CAVALCANTI ALBUQUERQUE  
Técnico Judiciário

**PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX





## CERTIDÃO

Certifico que entrei em contato com o senhor JOSÉ ELEON DE AGUIAR LIMA, através do whatsapp nº (083) 99608-4421, informando ao mesmo a sua nomeação para auxiliar como suporte logístico, do perito nomeado no mutirão do DPVAT, para o próximo dia 30/03/2021, a partir das 09:30 horas.

Certifico também que através do whatsapp nº (083) 9835 5349 entrei em contato com a gerencia do Fórum, e a mesma ficou ciente do mutirão DPVAT.

Certifico por fim, que deixei de expedir a intimação do médico perito, em virtude do mesmo já está ciente do referido mutirão na data aprazada, através de contato telefônico.

O referido é verdade; dou fé.

Débora Bezerra C. Albuquerque

Técnica Judiciária







CIENTE.

**BARBARA NAYNNAR SOUSA LINS**  
OAB/PB nº 24.609

📍 Und I Avenida Cavalcante de Moraes, nº 49, 1º andar,  
Centro, Remígio CEP: 58.398-000  
☎ (83) 99654.4635

📌 Meira Adv  
📷 meiraadvocacia  
✉ meiraadvocacia@hotmail.com

Und II Rua Nossa Senhora da  
Barra de San





## **CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado. Dou fé.

20 de março de 2021

MARCELO MERSON DA SILVA





Successfully created

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE CUITÉ****Juízo do(a) 1ª Vara Mista de Cuité**

Rua Samuel Furtado, 815, Centro, CUITÉ - PB - CEP: 58175-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581



v.1.0

**MANDADO DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE****Nº DO PROCESSO: 0801316-62.2019.8.15.0161**

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Acidente de Trânsito]

**Justiça gratuita****AUTOR: JOSE VALMIR SILVA ARAUJO****REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.****Nome: JOSE VALMIR SILVA ARAUJO****Endereço: Sítio Gangorra, s/n, Zona Rural, BARRA DE SANTA ROSA - PB - CEP: 58170-000**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). IANO MIRANDA DOS ANJOS, MM Juiz(a) de Direito deste 1ª Vara Mista de Cuité, sendo infrutífera a anterior intimação via AR, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0801316-62.2019.8.15.0161 (número identificador do documento transcrito abaixo), manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a **INTIMAÇÃO da parte AUTOR: JOSE VALMIR SILVA ARAUJO**, através de seu representante legal, conforme o caso, no endereço acima, para comparecer **no dia 30/03/2021, a partir das 08:30 da manhã, no AUDITÓRIO (1º andar) deste FÓRUM DESEMBARGADOR RIVALDO S. DA FONSECA, Rua Samuel Furtado, nº 815, Centro, Cuité-PB, para a realização da perícia respectiva determinada nos autos.** Deverá ser respeitada a ordem de chegada, sem prejuízo das preferências legais, cujo controle ficará a cargo do OFICIAL DE JUSTIÇA PLANTONISTA.

**OBS: O autor deve comparecer portando todos seus documentos pessoais.**

CUITÉ-PB, em 8 de março de 2021

De ordem, DEBORA BEZERRA CAVALCANTI ALBUQUERQUE  
Técnico Judiciário**PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXXAssinado eletronicamente por: **DEBORA BEZERRA CAVALCANTI  
ALBUQUERQUE****08/03/2021 12:11:48**<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>ID do documento: **40330878**

21030812114767800000038416967

imprimir

*Jose Valmir Silva Araujo*

10/03/2021 09:58



Assinado eletronicamente por: MARCELO MERSON DA SILVA - 20/03/2021 11:50:56

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21032011505574300000038935538>

Número do documento: 21032011505574300000038935538





CIENTE.

**BARBARA NAYNNAR SOUSA LINS**  
OAB/PB nº 24.609

---

📍 Und I Avenida Cavalcante de Moraes, nº 49, 1º andar,  
Centro, Remígio CEP: 58.398-000  
☎ (83) 99654.4635

📌 Meira Adv  
📷 meiraadvocacia  
✉ meiraadvocacia@hotmail.com

Und II Rua Nossa Senhora da  
Barra de San







**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**1ª VARA DA COMARCA DE CUITÉ**

**Classe processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**Processo nº 0801316-62.2019.8.15.0161**

**Autor: JOSE VALMIR SILVA ARAUJO**

**Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Considerando a edição da Medida Provisória Estadual nº 295 de 24/03/2021, publicada no DOE do dia 25/03/2021, **instituindo feriado no dia 29/03/2021 e antecipando outros para os dias subsequentes.**





# ATOS DO PODER EXECUTIVO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 295 DE 24 DE MARÇO DE 2021.  
AUTORIA: PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre a instituição e antecipação de feriados, no âmbito do Estado da Paraíba, em caráter excepcional, com a finalidade de conter a propagação da pandemia de COVID-19, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 63 da Constituição do Estado da Paraíba, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, excepcionalmente e em função da pandemia da COVID-19, o dia 29 de março de 2021 como feriado, no âmbito do Estado da Paraíba.

**Art. 2º** Ficam antecipados, exclusivamente no ano de 2021, como medida excepcional de contenção à acelerada disseminação da pandemia da COVID-19, os seguintes feriados:

I – 21 de abril para 30 de março;

II – 03 de junho para 31 de março;

III – 05 de agosto para 01 de abril.


**Art. 3º** O disposto nos artigos 1º e 2º desta medida provisória não se aplica às unidades de saúde, segurança pública, administração penitenciária, socioeducativa, assistência social e serviço funerário, além de outras atividades definidas como essenciais ou com funcionamento permitido por meio de decreto estadual.

**Art. 4º** Caberá ao Poder Executivo estadual, e aos municipais, de forma complementar, estabelecer as regras e proibições de funcionamento no período dos feriados previstos nos artigos 1º e 2º desta medida provisória.

**Parágrafo único.** Havendo conflito ou divergências entre normas estaduais e municipais prevalecerá aquela em que haja a imposição de medidas mais restritivas.

**Art. 5º** Esta medida provisória entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 24 de março de 2021; 133ª da Proclamação da República.

  
JOÃO AZEVEDO LIMA FILHO  
Governador

Considerando, de igual forma, o agravamento do quadro de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19.

Considerando, por fim, que, em contato telefônico, o médico, nomeado para proceder com a perícia nos presentes autos, **informou novas datas para a realização do mutirão retro agendado, determino:**

1 - As perícias agendadas para o dia 29/03/2021 ficam adiadas para o dia **26/04/2021 (segunda-feira)**, a partir das 09:30 da manhã, no mesmo local e nas mesmas condições da decisão anterior que determinou a realização do ato em regime de mutirão;

2 - As perícias agendadas para o dia 30/03/2021 ficam adiadas para o dia **27/04/2021 (terça-feira)**, a partir das 08:30 da manhã, no mesmo local e nas mesmas condições da decisão anterior que determinou a realização do ato em regime de mutirão;

**3 - Intimem-se as partes, através dos seus respectivos advogados, da redesignação, a fim de que compareçam nas novas datas agendadas;**

4 - Os demais auxiliares do JUÍZO ficam, desde já, intimados para proceder com os atos preparatórios à realização do mutirão nos termos fixados na decisão retro, tendo como norte as novas datas designadas;

5 - Dispensada a intimação do perito, já que o mesmo forneceu as novas datas em contato telefônico.

*Dou a esta decisão força de expediente/intimação.*

Cumpra-se com urgência.

Cuité (PB), (data e assinatura eletrônica).





**IANO MIRANDA DOS ANJOS**

Juiz de Direito







CIENTE.

**BARBARA NAYNNAR SOUSA LINS**  
OAB/PB nº 24.609

📍 Und I Avenida Cavalcante de Moraes, nº 49, 1º andar,  
Centro, Remígio CEP: 58.398-000  
☎ (83) 99654.4635

📌 Meira Adv  
📷 meiraadvocacia  
✉ meiraadvocacia@hotmail.com

Und II Rua Nossa Senhora da  
Barra de San





## CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao que determina a Portaria 01/2021 (ATOS ORDINATÓRIOS), no seu art. 14, INTIMO as partes, para, querendo, no prazo comum de 15 (quinze) dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial acostado aos presentes autos.

Cuité, 30 de abril de 2021

Maria José Rodrigues

Técnica Judiciária





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE  
CUITÉ – ESTADO DA PARAÍBA.**

**ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, médico, inscrito no CRM-PB sob nº 5221, portador do RG nº. 1.238.347 SSP-PB e do CPF nº. 788.539.584-72, residente e domiciliado na Rua Abelardo da Silva Guimarães Barreto, 400/2701- Altiplano, João Pessoa-PB, nomeado por Vossa Excelência como PERITO JUDICIAL nos autos dos processos detalhados na planilha em anexo, vem, mui respeitosamente, por meio desta, \_de requerer da V.Exª. o seguinte:

a) Por meio desse ofício entregar os **18 (dezoito) laudos periciais**, dos processos listados em anexo, frutos das perícias realizadas no dia de 27/04/2021 nas dependências do Fórum dessa Comarca.

b) Por oportuno, tendo em vista que a Seguradora Lider já efetuou o depósito dos Honorários Periciais em todos os processos acima listados, o requerente requer que sejam expedidos os respectivos alvarás autorizando o levantamento das quantias e seus posteriores créditos na conta corrente nº. 11086-8, Agência 8632-0 do Banco do Brasil S.A. de titularidade do requerente.

c) Por fim, ainda requer que sejam os alvarás expedidos enviados para meu endereço digital (**albertocurimatau@gmail.com**), conforme solicitado por o meu contador.

Logo, diante do exposto, é o que tem a requerer e renovo os votos de estima e admiração por esse Juiz.

Nestes Termos  
Pede Deferimento.

Cuité – PB, 27 de abril de 2021.

  
**ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA**  
Ortopedia/Traumatologia CRM/PB 5221

*Recebido em*  
*27/04/2021*  
*Márcia*





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE CUITÉ  
1ª VARA MISTA

QUESITOS - MUTIRÃO DPVAT

Nº DO PROCESSO: 0801316-62.2019.815.0161

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

AUTOR: JOSE VALMIR SILVA ARAUJO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S.A.

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoa com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometido(s)?

HOUE ACIDENTE DE MOTO E FRAATURAS NA SÉTIMA VÉRTEBRA DA COLUNA TORÁCICA (SEGMENTO TORÁCICO) E NO QUADRILHAÇO (SEGMENTO CRÂNIO-FACIAL) TRATADAS SEM CIRURGIA, PORÉM FOI NECESSÁRIA INTERNAÇÃO HOSPITALAR.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

HÁ DOR RESIDUAL NA FACE. NA COLUNA TORÁCICA HÁ ORTODONÇIA E DOR SIGNIFICATIVA QUE O IMPEDIR DE FAZER QUALQUER ESFORÇO. PAROU DE TRABALHAR APÓS O SINISTRO.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias  
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

VIDE ITEM II - B

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?





☐ Sim, em que prazo

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(as) de dano(s) anatômico(s) corporal(is) funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/2009, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☐ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da 11.945/2009, considerando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

**Segmento anatômico**

**Marque aqui o percentual**

1ª Lesão

Segmento CRÂNIO-FACIAL



10% Residual



25% Leve



50% Média



75% Intensa

2ª Lesão

Segmento TORÁCICO



10% Residual



25% Leve



50% Média



75% Intensa

3ª Lesão

\_\_\_\_\_



10% Residual



25% Leve



50% Média



75% Intensa

4ª Lesão

\_\_\_\_\_



10% Residual



25% Leve



50% Média



75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

há PERDA FUNCIONAL PERMANENTE, PARCIAL E INCOMPLETA DE 10% (DEZ POR CENTO)

NO SEGMENTO CRÂNIO-FACIAL E DE 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) NO SEGMENTO

Local e data da realização do exame médico:

OUTR-PO, 27, 04 2021.

Assinatura do médico – CRM TORÁCICO

Dr. Alberto Rodrigues de Oliveira  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM-5221 TEOR 1702





## CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento a determinação deste juízo expeço o competente Alvará em favor do médico perito Dr. Alberto Rodrigues de Oliveira.

Cuité, 03 de maio de 2021

Maria José Rodrigues

Técnica Judiciária





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE CUITÉ**

**Juízo do(a) 1ª Vara Mista de Cuité**

Rua Samuel Furtado, 815, Centro, CUITÉ - PB - CEP: 58175-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.00


**ALVARA JUDICIAL Nº 61/2021**  
**PROCESSO Nº 0801316-62.2019.8.15.0161**

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) IANO MIRANDA DOS ANJOS, Juiz(a) de Direito do 1ª Vara Mista de Cuité, no uso de suas atribuições legais, conforme despacho, proferido nos autos do processo acima referenciado, AUTORIZA o BANCO DO BRASIL, pelo presente alvará, a PAGAR ao(à) Sr(a). **ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, CPF n.º 788.539.584-72, a quantia de **R\$ 200,00 (Duzentos reais)**, acrescida de juros e correção monetária, que se encontra depositada nessa instituição financeira, referente a guia que segue abaixo, mediante **crédito na conta bancária** a seguir identificada:

NUMERO E NOME DO BANCO: 01

NUMERO DA AGÊNCIA: 8632-0

NÚMERO DA CONTA: 11086-8

			Nº DA CONTA JUDICIAL 2600123521259	
Nº DA PARCELA 0	DATA DO DEPÓSITO 22/09/2020	AGÊNCIA (PREF / DV) 657	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL	
DATA DA GUIA 21/09/2020	Nº DA GUIA 2712018	Nº DO PROCESSO 08013166220198150161	TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
COMARCA CUITÉ	ORGÃO/VARA 1 VARA COMARCA DE CUITÉ	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			TIPO DE PESSOA Jurídica	CPF / CNPJ 09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE JOSE VALMIR SILVA ARAUJO			TIPO DE PESSOA Física	CPF / CNPJ 11884942440
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 7C38428A549F3450				
CÓDIGO DE BARRAS				

Deve a aludida instituição financeira proceder em conformidade com a legislação em vigor, dispensada a apresentação de via impressa deste alvará com assinatura física do Juiz, devendo ser verificada a autenticidade desta ordem judicial através do sítio "<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>", bastando, para tanto, ser fornecido o código numérico que se encontra no rodapé deste documento (código de barras). O QUE CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Dado e passado nesta cidade de CUITÉ-PB, e emitido em 3 de maio de 2021. O presente documento foi redigido pelo(a) servidor(a) MARIA JOSE RODRIGUES, Técnico Judiciário, e assinado eletronicamente pelo(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito abaixo discriminado(a).

**IANO MIRANDA DOS ANJOS**

Juiz(a) de Direito





1- Havendo coincidência do número do processo, do CPF e do nome da parte beneficiária, eventual divergência em relação ao órgão jurisdicional (juizado) no campo “Órgão/Vara”, deverá ser considerada mera irregularidade que não impedirá a liberação do alvará;

**2- O presente alvará somente será válido se enviado através do e-mail institucional oficial da unidade judiciária, conforme relação disponibilizada ao Banco do Brasil, em observância aos termos do Ato da Presidência nº 38/2019**





Em anexo.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA VISTA DA COMARCA DE CUITÉ – PARAÍBA.****Processo nº:** 0801316-62.2019.815.0161

**José Valmir Silva Araújo**, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por meio de seu advogado que esta subscreve, vem à ilustríssima presença de Vossa Excelência, em face ao despacho de ID nº 7019184, manifestar-se sobre a resposta do perito juntada aos autos.

Em observação ao Laudo Pericial juntado, extrai-se que o Demandante sofrera **PERDA FUNCIONAL PERMANENTE, PARCIAL E INCOMPLETA DE 10% NO SEGUIMENTO CRÂNIO FACIAL E 75% NO SEGUIMENTO TORÁCICO**. Por consequência, aplicando-se o cálculo para obtenção do valor da verba indenizatória devida, têm-se o seguinte:

TETO	% DA PERDA	% APURADA
13.500,00	10%	10%
13.500,00 X 10% X 10% = 135,00		

TETO	% DA PERDA	% APURADA
13.500,00	75%	75%
13.500,00 X 75% X 75% = 7.593,15		

Logo, a demandada deixou de efetuar o pagamento da indenização no importe de R\$ **7.728,75** (sete mil, setecentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), valor realmente devido, sendo que não foi pago nenhum valor na via administrativa, referente aos percentuais, segundo análise da seguradora.

Diante do cálculo apresentado, deverá a Demandada efetuar o pagamento da indenização no importe de **7.728,75** (sete mil, setecentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos) valor esse que deverá ser atualizado monetariamente desde a data do evento danoso, conforme RESP. Nº 1.483.620-SC.

Nesses termos, Pede Deferimento.

Barra de Santa Rosa/PB, 04 de maio 2020.

**Lucélia Dias de Medeiros**  
OAB/PB nº 11.843

**Bárbara Naynnar Sousa Lins**  
OAB/PB nº 24.609

1



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com







**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**1ª Vara Mista de Cuité**

---

PROCESSO Nº 0801316-62.2019.8.15.0161

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Acidente de Trânsito]

AUTOR: JOSE VALMIR SILVA ARAUJO  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

1ª Vara Mista de Cuité-Pb, 14 de maio de 2021.

**CRISTIANO MEIRELES SILVA**

Analista Judiciário





Agendamento de Resgate Justiça Estadual

-----  
Numero de Protocolo : 00000000052330573  
Processo : 08013166220198150161  
Numero do Alvará : 61/2011  
Data do Alvará : 03/05/2021  
Data do Levantamento : 12/05/2021  
Beneficiário : ALBERTO RODRIGUES DE OLIV  
CPF/CNPJ : 788.539.584-72  
Agência do Resgate : 0657 CUI TE  
-----

DADOS DO RESGATE

Valor do Capital : R\$ 200,00  
Valor dos Rendimentos: R\$ 1,90  
Valor Bruto Resgate : R\$ 201,90  
Valor do IR : R\$ 0,00  
Valor Líquido Resgate: R\$ 201,90

DADOS DO CRÉDITO

Finalidade : Crédito em C/C BB  
Banco : Banco do Brasil S.A.  
Agência : 8632  
Conta : 00000011086-8  
Titular da Conta : ALBERTO RODRIGUES DE OLIV  
CPF/CNPJ : 788.539.584-72  
Valor Líq. Pagamento : R\$ 201,90  
Previsão do Pagamento: 12/05/2021  
INFORMAÇÕES ADICIONAIS  
Conta Resgatada : 2600123521259  
=====

Autenticação Eletrônica: D0528BD81052058B

Valores sujeitos a alterações até o efetivo processamento do resgate.

Acesse seus comprovantes diretamente no site [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), no menu Judiciário > Serviços Exclusivos > Depósito Judicial > Comprovantes. Clientes BB também podem acessar no Autoatendimento Pessoa Física e Gerenciador Financeiro.





Agendamento de Resgate Justiça Estadual

-----  
Numero de Protocolo : 00000000052330610  
Processo : 0800346-96.2018.815.0161  
Numero do Alvará : 65/2021  
Data do Alvará : 03/05/2021  
Data do Levantamento : 12/05/2021  
Beneficiário : ALBERTO RODRIGUES DE OLIV  
CPF/CNPJ : 788.539.584-72  
Agência do Resgate : 0657 CUI TE  
-----

DADOS DO RESGATE

Valor do Capital : R\$ 200,00  
Valor dos Rendimentos: R\$ 7,36  
Valor Bruto Resgate : R\$ 207,36  
Valor do IR : R\$ 0,00  
Valor Líquido Resgate: R\$ 207,36

DADOS DO CRÉDITO

Finalidade : Crédito em C/C BB  
Banco : Banco do Brasil S.A.  
Agência : 8632  
Conta : 00000011086-8  
Titular da Conta : ALBERTO RODRIGUES DE OLIV  
CPF/CNPJ : 788.539.584-72  
Valor Líq. Pagamento : R\$ 207,36  
Previsão do Pagamento: 12/05/2021

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Conta Resgatada : 1100126771465  
=====

Autenticação Eletrônica: 405BF9C4AB1B000E

Valores sujeitos a alterações até o efetivo processamento do resgate.

Acesse seus comprovantes diretamente no site [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), no menu Judiciário > Serviços Exclusivos > Depósito Judicial > Comprovantes. Clientes BB também podem acessar no Autoatendimento Pessoa Física e Gerenciador Financeiro.





Agendamento de Resgate Justiça Estadual

-----  
Numero de Protocolo : 0000000052333446  
Processo : 0800022-55.2019.815.0781  
Numero do Alvará : 32/2021  
Data do Alvará : 03/05/2021  
Data do Levantamento : 12/05/2021  
Beneficiário : ALBERTO RODRIGUES DE OLIV  
CPF/CNPJ : 788.539.584-72  
Agência do Resgate : 0657 CUITE  
-----

DADOS DO RESGATE

Valor do Capital : R\$ 200,00  
Valor dos Rendimentos: R\$ 2,17  
Valor Bruto Resgate : R\$ 202,17  
Valor do IR : R\$ 0,00  
Valor Líquido Resgate: R\$ 202,17

DADOS DO CRÉDITO

Finalidade : Crédito em C/C BB  
Banco : Banco do Brasil S.A.  
Agência : 8632  
Conta : 00000011086-8  
Titular da Conta : ALBERTO RODRIGUES DE OLIV  
CPF/CNPJ : 788.539.584-72  
Valor Líq. Pagamento : R\$ 202,17  
Previsão do Pagamento: 12/05/2021

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Conta Resgatada : 4300119156713  
=====

Autenticação Eletrônica: 90AC86C092249001

Valores sujeitos a alterações até o efetivo processamento do resgate.

Acesse seus comprovantes diretamente no site [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), no menu Judiciário > Serviços Exclusivos > Depósito Judicial > Comprovantes. Clientes BB também podem acessar no Autoatendimento Pessoa Física e Gerenciador Financeiro.





EM ANEXO





## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3190538419 **Cidade:** Barra de Santa Rosa **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** JOSE VALMIR SILVA ARAUJO **Data do acidente:** 14/10/2018 **Seguradora:** ARUANA SEGURADORA S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 06/11/2019

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DE MAXILAR P3  
FRATURA DOS OSSOS PRÓPRIOS DO NARIZ. P12  
FRATURA DE ZIGOMÁTICO DIREITO. P18

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO (EXODONTIA); DEMAIS CONSERVADOR. P44  
ALTA.

**Sequelas permanentes:** PERDA DE ELEMENTO DENTÁRIO.

**Sequelas:** Sequela não indenizável

**Documento/Motivo:**

**Nome do documento  
faltante:**

**Apontamento do Laudo  
do IML:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das  
sequelas:**

**Documentos  
complementares:**

**Observações:** SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO MÉDICA DISPONÍVEL NÃO HÁ LESÕES E/OU SEQUELAS INDENIZÁVEIS NOS MOLDES PREVISTOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

**Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.**

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 11 de Novembro de 2019

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3190538419**

**Vítima: JOSE VALMIR SILVA ARAUJO**

**Data do Acidente: 14/10/2018**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO**

**Senhor(a), JOSE VALMIR SILVA ARAUJO**

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Não foi verificada a existência de sequela permanente prevista na tabela da Lei nº 6.194, de 1974, razão pela qual o dano pessoal não possui cobertura pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 00171/00172 - carta\_05 - INVALIDEZ

00060086



Carta nº 15092119







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CUITE/PB

Processo n.º 08013166220198150161

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE VALMIR SILVA ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexos de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexos causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexos entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Ocorre que, após a devida regulação na esfera administrativa, quando a parte autora foi submetida a exame pericial constatou-se a ausência de sequela indenizável, motivo pelo qual não há cobertura para o acidente narrado nos autos, fazendo-se mister a improcedência do pleito inicial.

**PORTANTO, NO QUE PESE O LAUDO PERICIAL ATESTAR A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE, QUANTIFICANDO-A, O MESMO NÃO SE PRESTA A COMPROVAR CABALMENTE NEXOS DE CAUSALIDADE ENTRE AS LESÕES E UM ACIDENTE AUTOMOTOR. PERCEBA QUE TODA DOCUMENTAÇÃO CARREADA AOS AUTOS, EM ESPECIAL O BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO JUNTADO AOS AUTOS, BEM COMO O PROCESSO ADMINISTRATIVO EM ANEXO, APONTAM NO SENTIDO DA AUSÊNCIA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE O DANO SUPORTADO E UM SINISTRO DE TRÂNSITO.**





Frisa-se não se apresentar crível, nem verossímil, que a parte autora venha apresentar lesão invalidante vários meses após ter sido submetido à avaliação médica administrativa. Digno de destaque todos os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando a ideia do aparecimento tardio de uma permanente invalidez.

Prestigiando o princípio da eventualidade, destacamos que foi nomeado perito, tendo as partes apresentado quesitos com o escopo de se verificar qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada, não obstante a impossibilidade de condenação ante a ausência do elemento causal (acidente x invalidez).

Repita-se, não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação

VEJA AINDA EXA., QUE O I. EXPERT, NÃO INFORMA QUAL SERIA O TIPO DE RESTRIÇÃO, LIMITAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DO R. ÓRGÃO INFORMADO NO LAUDO PERICIAL.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CUITE, 27 de maio de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**





Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 31/05/2021 12:01:44  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21053112014357900000041695058>  
Número do documento: 21053112014357900000041695058





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**1ª Vara Mista de Cuité**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801316-62.2019.8.15.0161

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: JOSE VALMIR SILVA ARAUJO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**SENTENÇA**

**I – RELATÓRIO**

**JOSÉ VALMIR SILVA ARAÚJO**, ingressou com a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** de seguro DPVAT em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, asseverando que sofrera debilidade permanente decorrente de acidente automobilístico ocorrido em 14/10/2018, razão pela qual almeja a condenação da ré na indenização, devidamente corrigida, relativa ao pagamento do seguro DPVAT, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A inicial foi acompanhada dos documentos.

O promovido apresentou contestação, sem preliminares e no mérito alegou a ausência de prova do grau de invalidez da parte autora para que possa ser fixada a indenização correspondente.

Laudo pericial (id. 42495371) elaborado por perito de confiança do Juízo.

Instada a se manifestar sobre o laudo, a parte autora requereu a procedência do pedido nos moldes estabelecidos na perícia. Por sua vez, a demandada requer, a improcedência da demanda tendo em vista que não comprovação de lesão indenizável, subsidiariamente, a limitação de indenização ao percentual constatado na perícia em caso de procedência do pedido.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, verifico que não foram suscitadas preliminares. Dessa forma, passo à análise do mérito.

Urge frisar que o laudo do IML não pode ser considerado documento indispensável ao ajuizamento de demandas desta natureza, sendo certo que a constatação ou não da invalidez pode ser perfeitamente apurado durante a instrução processual, através de perícia





Como é cediço, o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é derivado da Lei n. 8.441/92, que estabeleceu o consórcio obrigatório de seguradoras para pronto pagamento às vítimas de veículos automotores, mesmo que se trate de veículos cujos seguros se encontrem vencidos ou não realizados.

A adesão ao seguro tem por base a lei de regência, que o torna ínsito a todos os veículos automotores para cobrir os danos pessoais que porventura possam vir a ser produzidos, tendo como beneficiário qualquer pessoa que eventualmente venha a ser vitimada em sinistro.

Trata-se, pois, de instituto obrigatório que visa à proteção da sociedade que, por força de lei, garante qualquer um que assumir a posição de vítima em acidente automobilístico, razão pela qual, por ser o segurado pessoa indeterminada, revela natureza jurídica de estipulação em favor de terceiro, sendo estipulante o proprietário do veículo e beneficiário eventual vítima. É indenizável por qualquer seguradora do sistema mesmo que o sinistro seja provocado por veículo não identificado, desconhecido, com seguro vencido, prêmio não pago ou ainda que reste clara a culpa exclusiva da vítima, eis que se identifica com uma garantia social universal e indistinta.

Nesse contexto, dispõe o artigo 5º da Lei 8.441/92 que *o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*”

**Emerge dos autos a prova de que a parte autora apresenta lesão permanente parcial de 10% do segmento torácico e 75% do segmento torácico (id. 42495371), bem como os documentos juntados com a inicial comprovam o envolvimento do autor em acidente ocorrido em 14/10/2018, inclusive como passagem por nosocômio com para tratamento das lesões.**

Com efeito, provado o sinistro e as consequências nefastas, mesmo de forma simples, decorre automaticamente o dever de indenizar, que no caso em epígrafe deverá ser proporcional à perda funcional percebida pelo autor.

Em relação à quantificação da indenização, esta deve ser diretamente proporcional à extensão do dano físico, levando-se em consideração o grau da debilidade sofrida no acidente automobilístico, em observância à tabela constante na Lei 6.194/74, a partir da vigência da Lei 11.945/09.

Segundo a tabela constante na Lei 6.194/74, para os casos de Danos Corporais Segmentares (Parciais), deve ser aplicado os percentuais de acordo com o grau da perda funcional ou da mobilidade do membro afetado.

Vejamos a jurisprudência do STJ:

*STJ-0457262) CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Em situações de invalidez parcial é correta a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT. Interpretação do art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74 (determinada pela Lei 11.482/2007).*





*Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Agravo em Recurso Especial nº 403.306/SC (2013/0325367-4), 4ª Turma do STJ, Rel. Luis Felipe Salomão. j. 13.05.2014, unânime, DJe 21.05.2014).*

Inclusive, o STJ sumulou esse entendimento, conforme Enunciado nº 474: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”.

De acordo com a tabela a que se refere a Lei nº 6.194/74, em caso de **lesão da estrutura torácica**, o valor da indenização deve corresponder a 100% (cem por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Considerando que no presente caso a perda funcional da parte autora não foi completa, mas de **75% das referidas funcionalidades (perda residual)**, o percentual constante da mencionada tabela deve ser, igualmente, reduzido, tendo em vista essa proporção, donde se infere a indenização devida no importe de R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais).

Por sua vez, em caso de **lesões de órgãos e estruturas crânio faciais**, o valor da indenização deve corresponder a 100% (cem por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e **sendo a seqüela do autor fixada no percentual de 10% (perda residual)**, deverá ser a indenização devidamente reduzida tendo em vista essa proporção, sendo devida a indenização no valor de R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais).

### III – DISPOSITIVO

À vista do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO** para **CONDENAR a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A** ao pagamento de indenização no valor **R\$ 11.475,00 (onze mil quatrocentos e setenta e cinco reais)**, a título de indenização por invalidez parcial permanente.

Incidirão juros moratórios a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês STJ, Súmula 426), e correção monetária desde a ocorrência do sinistro (STJ, Súmula 580).

Dada a sucumbência recíproca, fixo os honorários em 10% do valor da condenação, devidos pelo demandando, tudo em atenção ao art. 85 do CPC. Por outro lado, condeno ambas as partes nas custas do processo, à razão de 50% para cada, observando ainda, em relação ao autor, a inexigibilidade prevista no art. 98, §3º do mesmo CPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Cuité/PB, 20 de julho de 2021.

**FÁBIO BRITO DE FARIA**





**Juiz de Direito**







CIENTE.

**BARBARA NAYNNAR SOUSA LINS**  
OAB/PB nº 24.609

📍 Und I Avenida Cavalcante de Moraes, nº 49, 1º andar,  
Centro, Remígio CEP: 58.398-000  
☎ (83) 99654.4635

📌 Meira Adv  
📷 meiraadvocacia  
✉ meiraadvocacia@hotmail.com

Und II Rua Nossa Senhora da  
Barra de San





PDF.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA MISTA DA  
COMARCA DE CUITÉ - PB,**

**Processo nº 0801316-62.2019.8.15.0161**

**José Valmir Silva Araújo**, já qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**, movida em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, vem como o devido e merecido respeito à presença de Vossa Excelência, por sua advogada devidamente habilitada nos autos, requerer o **CUMPRIMENTO DA SENTENÇA**, nos termos do art. mediante as razões de direito adiante articuladas:

**I – DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA**

Tendo em vista, o consignado na sentença (ID 45995867), prolatada nos autos da ação supracitada, o requerente tornou-se credor do valor de **R\$ 17.178,87** (Dezessete mil, cento e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos), a título de indenização por invalidez parcial permanente, juros moratórios a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês STJ, Súmula 426), e correção monetária desde a ocorrência do sinistro (STJ, Súmula 580), sendo o valor de **R\$ 1.561,72 (Um mil, quinhentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos) referentes a condenação em honorários sucumbenciais** de 10% sob o valor da condenação.

Diante do exposto, o exequente é credor do **valor total de R\$ R\$ 15.617,15 (Quinze mil, seiscentos e dezessete reais e quinze centavos) e seus causídicos são credores de R\$ 1.561,72 (Um mil, quinhentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos) referentes a condenação em honorários sucumbenciais.**

**II - DO PEDIDO**

Diante do exposto requer a Vossa Excelência que se dê início a fase de Cumprimento de Sentença, nos seguintes termos:

A) Intime-se a requerida, por seus advogados, para pagar a dívida no valor **de R\$ 17.178,87** (Dezessete mil, cento e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos), no prazo de 15 (quinze) dias, ou, querendo, opor impugnação aos cálculos apresentados ao cumprimento da sentença, no mesmo prazo, conforme determina os artigos 513, §2º, e 525, do Novo Código de Processo Civil;

B) Ainda, se não ocorrer o pagamento voluntário no prazo de 15 dias, deverá ser acrescida multa nos termos do art. 523, § 1º do NCPC;

1



Unidade I  
Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, nº 49  
1º andar, Centro, Remigio - PB  
83 3364.1020

Unidade II  
Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 27  
Centro, Barra de Santa Rosa - PB  
83 99382.4009

✉ meiraadvocacia@gmail.com





C) Em caso do não pagamento voluntário da condenação, requer desde já, a penhora online do valor devido, a ser atualizado até o momento do bloqueio, nos termos do artigo 835, I e 854 ambos do NCPC de 2015;

D) Com o pagamento integral, requer a expedição de alvará nos moldes covid-19, que deverão ser em nome da causídica Dra. Bárbara Naynnar Sousa Lins com os seguintes dados bancários: Agência: 1026-x; Conta Corrente: 14.320-0; CPF: 105.330.734-99, Banco do Brasil.

Termos em que,  
Pede Deferimento.

Cuité/PB, 18 de agosto de 2021.

**Bárbara Naynnar Sousa Lins**  
OAB/PB nº. 24.609





**Cálculo de Atualização Monetária****Dados básicos informados para cálculo****Descrição do cálculo**

<b>Valor Nominal</b>	R\$ 11.475,00
<b>Indexador e metodologia de cálculo</b>	INPC-IBGE - Calculado pro-rata die.
<b>Período da correção</b>	14/10/2018 a 31/07/2021
<b>Taxa de juros (%)</b>	1 % a.m. compostos
<b>Período dos juros</b>	30/03/2020 a 30/07/2021
<b>Honorários (%)</b>	10 %

**Dados calculados**

<b>Fator de correção do período</b>	1021 dias	1,157974
<b>Percentual correspondente</b>	1021 dias	15,797418 %
<b>Valor corrigido para 31/07/2021</b>	(=)	R\$ 13.287,75
<b>Juros(487 dias-17,53042%)</b>	(+)	R\$ 2.329,40
<b>Sub Total</b>	(=)	R\$ 15.617,15
<b>Honorários (10%)</b>	(+)	R\$ 1.561,72
<b>Valor total</b>	(=)	<b>R\$ 17.178,87</b>

**Retornar Imprimir**